@metropolis

49

ano 13 | junho 2022

Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais

revista eletrônica
e-metropolis

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial – que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas – e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: *www.emetropolis.net*.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária – Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof° Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti
Luciana Ximenes
Luísa Sobral
Patrícia Ramos Novaes
Pedro Paulo Machado Bastos
Priscilla Rodrigues Fonseca
Renata Brauner Ferreira
Renata Cristina Antão
Samuel Thomas Jaenisch
Tarcyla Fidalgo Ribeiro
Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Diene Ghizzo

suporte administrativo

Karoline de Souza

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Profª Drª.Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 49 ▪ ano 13 | junho de 2022

Temos o prazer de anunciar a publicação de mais um número da *e-metropolis*. A condução de nossa política editorial sempre se orientou por princípios democráticos, pela transparência, pela diversidade temática e por diferentes olhares sobre os quais as cidades e o mundo que as envolve podem ser observadas. Com este novo número, continuaremos cumprindo nossos objetivos de comunicação e divulgação da produção científica sobre o urbano e o regional no Brasil, esperando contribuir para a construção de cidades mais justas, em um momento especial de renovação de nossas esperanças democráticas.

No artigo que abre este número, intitulado "As cidades dos galpões: dinâmica e contradições da urbanização logística", Nelson Diniz e Pedro Gonçalves refletem sobre o impulso dado pelo *e-commerce* na criação de centros de distribuição e condomínios logísticos em diferentes cidades do Brasil. Além das contribuições conceituais sobre uma questão emergente e relevante para o debate urbano contemporâneo, o artigo analisa dados e informações para chamar a atenção para os impactos e contradições da chamada urbanização logística nos mercados imobiliário e de trabalho no país.

Em "O direito à cidade e a práxis bolsonarista: os efeitos da inflexão conservadora na política urbana brasileira", Renata Salles traça uma síntese das políticas urbanas e seus efeitos através da análise das ações implementadas nos anos 2000, mas, especialmente, a partir de 2016, nos governos Temer e Bolsonaro. Nas conclusões, o artigo aponta que as políticas de caráter redistributivo implementadas por governos anteriores a esse período foram comprometidas, causando uma ruptura no processo de desenvolvimento e inclusão social que estava em curso, se configurando como um processo de desmonte do aparato social brasileiro.

No artigo intitulado "Pichações Metropolitanas: o comportamento espacial dos grupos de pichadores na RMBH-MG", Erick Vinicius Lopes e Alexandre Diniz exploram a presença e os rastros da prática da pichação em três importantes centralidades da RMBH-MG: Hipercentro de Belo Horizonte, bairro Eldorado, em Contagem, e bairro Esperança, em Ribeirão das Neves. Os resultados da investigação indicam que o comportamento espacial desses atores está estreitamente conectado ao contexto metropolitano, utilizando-se dos seus principais eixos viários de integração, portanto, os canais da metropolização, para espalhar as suas marcas e estabelecer a sua presença nas centralidades metropolitanas estudadas.

No artigo seguinte, "Renda Básica e inclusão financeira em tempos de crise: o caso da moeda social digital em Maricá-RJ", contamos com a contribuição de Maria Fernanda Fontenele e Hipólita Siqueira, que abordam o caso da moeda social digital em Maricá-RJ para refletir sobre percurso da renda básica no Brasil, e como as moedas sociais podem auxiliar no processo de inclusão financeira, principalmente em tempos de crise. A partir de estudo bibliográfico, as autoras refletem sobre o modelo de transferência de renda através da iniciativa da moeda social digital Mumbuca, implementada na cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.

Já no artigo "Construir comunidade: a instrumentalização de ferramentas educacionais enquanto configuração de um imaginário territorial coletivo", Julia Silveira e Gabriel Barth da Silva discutem as dificuldades e entraves na criação de uma percepção compartilhada de pertencimento coletivo em comunidades vulnerabilizadas, principalmente em justaposição da coesão de grupos estabelecidos hegemônicos.

Na Seção Especial deste número, denominada "Ensayo visual sobre Usera, el castizo barrio chino y latino de Madrid", João Pedro Silveira-Martins trata dos desdobramentos sociais da pandemia de Covid-19, refletindo criticamente sobre a constituição de bairros com inspiração étnica e sobre certos fetichismos em torno de culturas estrangeiras que, muitas vezes, aparecem como "selos" de diversidade em cidades globais.

Encerramos este número 49 com o ensaio fotográfico "A resistência do simbólico: o Setor de Ervas no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, como território da reprodução da cura e dos anseios de felicidade em meio urbano", de Gabriela Rios. Ao expressar a imagética do setor, a autora destaca que as práticas que trazem significado ao território dos vendedores de cheiro e que guiam a produção dos seus artigos, se inserem em um contexto de reprodução de saberes populares, tradicionais e ancestrais, de modo que esse território se configura de forma a contrariar a racionalidade urbana colonial que guia a normatividade das formas de vida na cidade.

Queremos encerrar a apresentação deste número agradecendo autoras, autores, leitoras e leitores que contribuem e motivam a existência da revista. Assim, não podemos deixar de registar que os resultados das urnas no último pleito eleitoral no país é uma mensagem de alento e de esperança, após quatro anos de ataque às Universidades e à Ciência no Brasil. ■

Índice

nº 49 ▪ ano 13 | junho de 2022

Capa

06 **As cidades dos galpões: dinâmica e contradições da urbanização logística**

Warehouse cities: dynamics and contradictions of logistical urbanization

Por Nelson Diniz e Pedro Paulo Gonçalves

Artigos

16 **O direito à cidade e a práxis bolsonarista: os efeitos da inflexão conservadora na política urbana brasileira**

The right to the city and the 'bolsonarista' praxis: the effects of the conservative inflection in brazilian urban policy

Por Renata de Leorne Salles

27 **Pichações Metropolitanas: o comportamento espacial dos grupos de pichadores na RMBH-MG**

Metropolitan Graffiti: the spatial behavior of graffiti groups in the RMBH-MG, Brazil

Por Erick Vinicius Pereira Lopes e Alexandre Magno Alves Diniz

37 **Renda Básica e inclusão financeira em tempos de crise: o caso da moeda social digital em Maricá-RJ**

Basic Income and Financial Inclusion in times of crisis: the case of digital social currency in Maricá-RJ

Por Maria Fernanda Fontenele e Hipólita Siqueira

47 **Construir comunidade: a instrumentalização de ferramentas educacionais enquanto configuração de um imaginário territorial coletivo**

Building community: the instrumentalization of educational tools as a configuration of a collective territorial imaginary

Por Julia Silveira e Gabriel Barth da Silva

Especial

55 **Ensayo visual sobre Usera, el castizo barrio chino y latino de Madrid**

Visual essay on Usera, the traditional Chinese and Latino neighborhood of Madrid

Por João Pedro Silveira-Martins

Ensaio

63 **A resistência do simbólico: o Setor de Ervas no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, como território de reprodução da cura e dos anseios de felicidade em meio urbano**

The resistance of symbolic: The Herb Sector at Ver-o-Peso Market, in Belém, as territory for reproduction of healling in urban areas

Por Gabriela Leal Rios

ficha técnica

A ilustração de capa é de **Rodrigo Figueiredo**, *arquiteto, urbanista, cenógrafo e cartunista. Mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (DF) e bacharel em arquitetura pelo Instituto Metodista Bennett (RJ). Entre um cartum e projetos complexos, é arquiteto e urbanista no Escritório de Serviços para Projetos da ONU.*

@figueiredista

Projeto gráfico e diagramação
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

capa

Nelson Diniz

Pedro Paulo Gonçalves

As cidades dos galpões

dinâmicas e contradições da urbanização

RESUMO

Este artigo é dedicado à reflexão sobre o impulso dado pelo *e-commerce* à criação de centros de distribuição e condomínios logísticos em diferentes cidades do Brasil. Tendo como suporte e material empírico dados e informações extraídos de reportagens sobre as "cidades dos galpões", realizamos uma discussão inicial sobre um tema da maior relevância para o debate urbano e metropolitano contemporâneo: o advento de formas espaciais e processos sociais que podem ser explorados a partir de noções emergentes, tais como "urbanização logística", "cidades logísticas" e "urbanismo de plataforma". Como se verá, nossas principais contribuições são definições, ainda que provisórias, e problematizações a respeito dessas noções. Além disso, ao analisar os dados e informações mencionados, chamamos a atenção para os impactos e contradições da urbanização logística nos mercados imobiliário e de trabalho brasileiros.

Palavras-chave: Urbanização logística; Cidades logísticas; Urbanismo de plataforma; Trabalho; Moradia.

ABSTRACT

This article reflects upon the impulse given by e-commerce to the creation of distribution centers and logistics park in different cities in Brazil. Based on empirical data extracted from journalistic reports that deal with the so-called "warehouse cities" in which these processes occur, we carried out a preliminary discussion on a topic of greatest relevance to the contemporary urban and metropolitan debate: the advent of spatial forms and social processes that can be explored from emerging notions such as "logistic urbanization", "logistics cities", and "platform urbanism". The article's main contribution is to bring some definitions, although provisional, and problematizations regarding these notions. Furthermore, it draws attention to the impacts and contradictions of logistic urbanization in the Brazilian real estate and labor market.

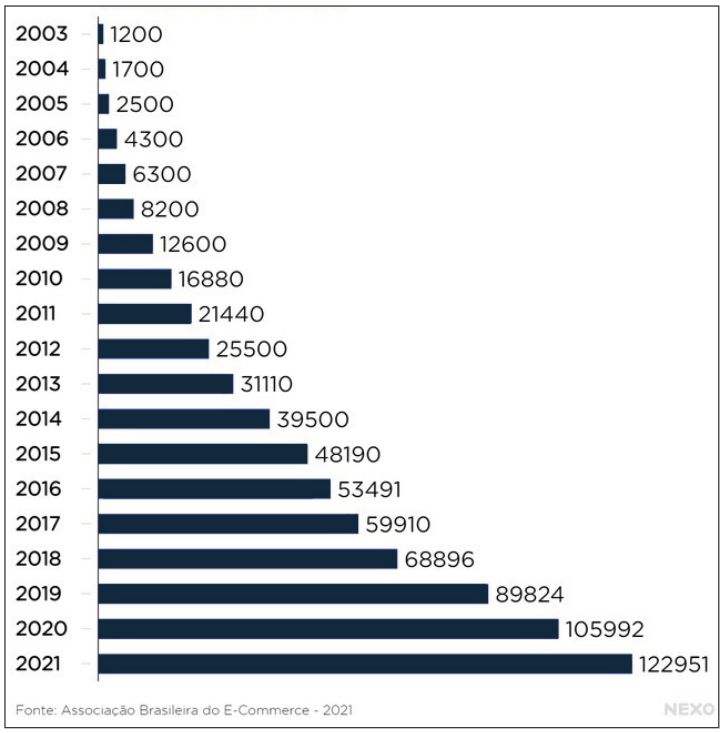
Keywords: Logistic urbanization; Logistics cities; Platform urbanism; Housing; Work.

INTRODUÇÃO

"Faltam casas e sobram vagas nas cidades dos galpões": esse é o sugestivo título de uma reportagem da *Folha de São Paulo*, publicada em março de 2022. Trata-se de reportagem dedicada a apresentar dados e diferentes perspectivas sobre a questão do impulso dado pelo *e-commerce* à criação de centros de distribuição e condomínios logísticos em diferentes cidades do país. Alerta-se, ainda, para os efeitos de uma complexa e contraditória dinâmica urbana (BRIGATTI, 2022). Dinâmica marcada, por exemplo, pela geração de empregos, mas acompanhada por escassez de moradias. Assim como o texto da *Folha*, reportagem mais recente, veiculada no *Nexo Jornal*, faz alusão ao caso paradigmático de Cajamar, município da região metropolitana de São Paulo conhecido como a "Faria Lima dos galpões", ou mesmo a "Disney do *e-commerce*", setor em franca expansão no Brasil, como é possível observar no gráfico 1 (GAGLIONI, 2022).

Como se vê, há, de fato, expressivo crescimento do setor de *e-commerce* no Brasil, evidenciando uma tendência que já estava em curso, mas que foi catalisada no contexto da pandemia de covid-19. Sem dúvida, as medidas sanitárias adotadas com o objetivo de conter a disseminação do vírus produziram inúmeros efeitos. Entre esses efeitos, mais ou menos traumáticos e disruptivos, destacou-se, na ausência de alternativas, diante da proibição da circulação e

Gráfico 1: Volume de vendas no *e-commerce* brasileiro (em milhões de vendas)



Fonte: Elaborado pelo *Nexo Jornal*, com base em dados da Associação Brasileira de E-commerce.

aglomeração em centros comerciais, o ajustamento das subjetividades dos consumidores brasileiros ao comércio eletrônico. Há que considerar, além disso, a contrapartida desse processo, que foi a adesão, maior ou menor, de pequenas, médias e grandes empresas a essa modalidade de negócios. De todo modo, o que nem sempre fica claro é que a expansão desses espaços virtuais de mercado, aparentemente imateriais, encontra correspondência na necessária transformação e organização dos espaços reais, urbanos e regionais, que lhes dão suporte, a exemplo do que se passa em Cajamar, mas também em outras cidades e regiões metropolitanas do país.

Cajamar é uma cidade com cerca de 78 mil habitantes localizada a 29 km da capital paulista e próxima às rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Sua ocupação original, no princípio do século XX, deu-se ao redor de uma indústria de cimento. A partir do final dos anos 2000, foi convertida em um grande centro logístico, o maior do Brasil, abrigando entrepostos de algumas das principais empresas nacionais e internacionais, como Amazon, Magazine Luiza, Carrefour, Leroy Merlin e Mercado Livre. No total, conforme a reportagem do Nexo já mencionada, são 145 empresas com galpões funcionando no município. Ainda de acordo com o Nexo, Cajamar foi responsável, em 2021, por 40% das encomendas despachadas pelo setor de *e-commerce* no país. Dos 11 milhões de m² de galpões construídos no Brasil, ao longo do mesmo ano, 86% foram erguidos na cidade.

Foi igualmente a respeito de Cajamar que uma matéria do *Tab Uol*, do final de 2021, intitulada "A capital dos galpões", ressaltou as contradições urbanas aí existentes, opondo o progresso prometido pela instalação dos megagalpões à realidade dos bairros pobres do entorno (BERTOLOTTO; LOPES, 2021). A reportagem do *Nexo*, por seu turno, refere-se a Cajamar como uma cidade que "une o protagonismo na cadeia econômica e tecnológica do século XXI à precariedade de uma população vulnerável". Uma caracterização que, em nossa opinião, faz lembrar os argumentos de Francisco de Oliveira (2003), na *Crítica à Razão Dualista* e n'*O ornitorrinco*. Isso porque, para o autor, a compreensão do desenvolvimento capitalista, no Brasil, deve partir da ideia de que o moderno se alimenta, historicamente, do atraso, como quando explica, em resposta ao pensamento cepalino, de que maneira as economias de subsistência, de bases rurais, deram impulso ao crescimento industrial no século XX. Em suas palavras:

> [...] a Cepal, Prebisch e Furtado haviam empacado com a tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento, tese aliás que esteve muito em moda na teorização contemporânea, como a de Arthur Lewis sobre a formação do salário em condições de excesso de mão de obra. Tal tese não encontrava sustentação histórica [...] os estudos sobre o café mostraram que o modo inicial de sua expansão utilizou a agricultura de subsistência dos colonos, intercalada com o café, para prover-lhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do café. [...] Sustentei, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização. [...] Apontei, então, que as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não-reinvertível em sim mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana (OLIVEIRA, 2003, p. 84-85).

Assim, atualizando seus próprios argumentos, que datam dos anos 1970, o autor defende que compreender o Brasil no século XXI, diante do fracasso do projeto desenvolvimentista, exige, em seus termos eminentemente ensaísticos, imaginá-lo a partir da figura estranha em que foi transformado: um ornitorrinco, um monstro que expressa como a modernidade e o atraso estão relacionados umbilicalmente, combinam-se contraditoriamente. Como resultado, emerge uma formação socioeconômica na qual os setores intensivos em capital, típicos do que denomina como a revolução molecular-digital, estão sistematicamente vinculados ao estatuto rebaixado da força de trabalho. Tudo isso com graves repercussões na estrutura social brasileira, sobretudo no que diz respeito à reprodução de desigualdades.

Abordagens como essa, que enfatizam as contradições da acumulação capitalista, permitem refletir, criticamente, sobre o objeto das reportagens supramencionadas, isto é, sobre o que tem sido chamado de "urbanização logística", em termos de processo, e "cidades logísticas", em termos de forma. Trata-se de expressões relativamente recentes, mobilizadas no debate acerca de ondas de transformação urbana cujo traço fundamental é o seguinte: a criação de grandes infraestruturas e projetos logísticos (formas contemporâneas de capital fixo) que funcionam como eixos e vias centrais da circulação global do valor. Cabendo ressaltar, ainda, que os processos de circulação do valor são, cada vez mais, mediados por plataformas digitais.

Como se verá, pretendemos levar adiante, precisamente, uma reflexão inicial a respeito da urbanização logística, o que faremos apresentando algumas

definições, recorrendo a dados e informações extraídos de reportagens e chamando a atenção para os impactos e contradições desse tipo de urbanização nos mercados imobiliário e de trabalho brasileiros.

A URBANIZAÇÃO LOGÍSTICA

Do nosso ponto de vista, o processo de urbanização logística e sua conformação socioterritorial, nas cidades que o elegem como motor de seu crescimento econômico e desenvolvimento urbano, têm expressado o que há de mais moderno no âmbito da acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de espaços produzidos em sintonia com as tendências típicas do meio técnico-científico-informacional, para utilizar um conceito de Milton Santos (2008). Nesses termos, defendemos que a urbanização logística corresponde à produção, gestão e conexão de espaços cuja alta densidade técnico-científico-informacional facilita e promove a fluidez do capital, especialmente em sua forma mercadoria. Desse modo, são reduzidos, por exemplo, tempos e custos de circulação em alguns setores-chave da economia contemporânea, crescentemente digitalizada, como é o caso do setor de *e-commerce*.

Entretanto, sobretudo quando a referida produção se dá no contexto de formações sociais dependentes, sustentamos que essas formas modernas de circulação de mercadorias não podem ser entendidas fora da relação dialética com as dimensões do atraso histórico das cidades periféricas. Em nossa perspectiva, isso é particularmente verdadeiro no que se refere à exploração/espoliação da força de trabalho e à estrutura fundiária/imobiliária urbana. Algo que pode ser enquadrado, mais uma vez, nas contribuições teóricas de Oliveira (2003), que enfatiza, como dito, a combinação entre o "progresso" e o "atraso" como fundamento da acumulação de capital no Brasil. Esse é um parâmetro de reflexão que, a rigor, também está presente nas elaborações de Santos (2004), especialmente no que tange aos "dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos", isto é, o "circuito superior ou moderno", de um lado, e o "circuito inferior ou não moderno", de outro. Quer dizer, no fundo, para os dois autores, o que é dito moderno e o que é dito atrasado são duas faces da mesma moeda.

Evidentemente, há disputas em curso a respeito do que são as configurações espaciais resultantes da urbanização logística. Sengpiehl *et al.* (2008), por exemplo, autores do campo da gestão de cadeias de suprimentos, elaboram o seguinte conceito:

> O conceito de cidade logística representa amplamente uma área geográfica metropolitana com sua principal função sendo uma plataforma logística que fornece infraestrutura logística adequada, instalações físicas (estradas, ferrovias, terminais e infraestrutura de TI) e serviços logísticos substanciais (armazenamento, distribuição e expedição de carga) (SENGPIEHL et. al., 2008, p. 59, tradução nossa).

Note-se que essa é apenas uma possibilidade de definição, que conduz os autores, com base em seu conceito/modelo de cidade logística, à identificação de alguns casos referidos como paradigmáticos: Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, Lingang (adjacente a Xangai, na China), Zaragoza, na Espanha, e Shenzhen, também na China. Claro está que outros autores e autoras oferecem perspectivas e exemplos distintos. Em todo caso, essa definição é suficiente para colocar em evidência o seguinte: aos processos sociais característicos da urbanização logística, que sustentam as atuais modalidades de circulação e, no limite, de realização do valor das mercadorias, correspondem formas espaciais e configurações territoriais específicas.

Além das cidades logísticas, outro fenômeno igualmente importante para a reflexão sobre o tema da urbanização logística é o "urbanismo de plataforma". Tal noção vem sendo desenvolvida para dar conta das complexas relações entre o progresso tecnológico contemporâneo, que tem como um de seus principais vetores as chamadas plataformas digitais, e as formas mediantes as quais essas mesmas plataformas são utilizadas para produzir, controlar e extrair valor dos espaços urbanos.

Para Mark Graham (2020), por exemplo, as plataformas digitais têm cada vez mais mediado as interações socioespaciais (entre usuários, trabalhadores e proprietários do capital e da informação). Ao fazê-lo, exercem enorme poder sobre as geografias econômicas locais, obtendo, até o momento, imenso sucesso em não se responsabilizar, necessariamente, pelos desdobramentos de sua incidência na produção do espaço. Conforme o autor, as plataformas digitais não se responsabilizam por esses desdobramentos justamente em função do modo como exercem seu poder, isto é, por meio da implementação de estratégias espaciais identificadas como "geografias conjunturais". Em consonância com essa perspectiva, pode-se dizer que as plataformas digitais e as empresas-aplicativo[1] são capazes de operar, simultânea e/

1 Abílio (2017) sustenta que, atualmente, as empresas-aplicativo são as principais promotoras do processo de uberização,

ou sucessivamente, incorporadas e desincorporadas ao espaço-tempo. Elas se manifestam incorporadas ("*imbedded*", no original em inglês) ao lugar sobretudo quando visam obter/extrair as recompensas provenientes da conexão espacial, o que exige uma forma de manifestação eminentemente material e territorializada. No entanto, elas se retiram dos lugares especialmente quando querem abdicar de qualquer responsabilidade, social ou ambiental, por exemplo, sob os efeitos de sua atuação, assumindo, para tanto, sua forma efêmera, nomeadamente digital e desterritorializada de manifestação.

É possível recorrer, mais uma vez, à reportagem do *Nexo Jornal* para ilustrar essa dinâmica. Nela, destaca-se o caso de Coffeyville, cidade de menos de 10 mil habitantes, no estado do Kansas, nos Estados Unidos. A partir de 1999, a Amazon edificou uma série de galpões em Coffeyville, apelando, para tanto, para os benefícios de políticas de incentivos fiscais. Entretanto, em 2014, a multinacional decidiu encerrar suas operações na cidade, aparentemente por ter encontrado localidades com políticas fiscais ainda mais atrativas. E assim o fez, deixando para trás um rastro de mais de mil funcionários demitidos, o que repercutiu, gravemente, em vários setores da economia local.

Mas o que muda em relação às tradicionais modalidades de tomada de decisão locacional e ao debate sobre seus efeitos? Em nossa opinião, justamente a capacidade aumentada, técnico-algorítmica, das plataformas e empresas digitais de se desfazer, temporária ou permanentemente, dos vínculos espaciais com o lugar, sem maiores prejuízos operacionais. Sobressai, além disso, a referida capacidade de se desresponsabilizar dos impactos de sua mobilidade crescente, uma vez que seriam empresas que operam, eminentemente, em espaços virtuais-digitais, cujo caráter "inovador" dificulta seu enquadramento nos mecanismos regulatórios convencionais.

Ou seja, argumentos como os de Graham (2020) enfatizam dialéticas do tipo materialização/desmaterialização e/ou territorialização/desterritorialização na operação das plataformas digitais. Ao fazê-lo, oferecem, de fato, um interessante caminho para a reflexão sobre o que se passa à medida que os processos sociais e as formas espaciais identificados com a urbanização logística se difundem pelas cidades e metrópoles do Brasil e do mundo. Isso porque esses argumentos ajudam, com efeito, a refletir sobre um aspecto central das estratégias espaciais e de acumulação mediadas por essas plataformas: ao mesmo tempo que é possível identificar sua presença, poder, produção e controle dos territórios e configurações socioespaciais, elas estão, em alguma medida, invisíveis a olho nu, suas práticas espaciais são difíceis de captar, sobretudo quando elas desaparecem e desmaterializam-se no emaranhado de escalas em que operam.

Ressalte-se que não estamos sustentando a desmaterialização e/ou desterritorialização absoluta das plataformas e empresas digitais, uma vez que a desterritorialização implica, sempre, reterritorialização. Trata-se, a rigor, da complexa alternância/combinação de padrões de territorialização, o que permite falar, inclusive, em configurações de territórios-rede, tal como definidos por Haesbaert (2004), e/ou em arranjos multiescalares, tal como Yassu (2021) observa em seu estudo sobre o caso de Cajamar. De todo modo, vejamos mais de perto o que está em curso não só em Cajamar, mas em outras cidades brasileiras.

A PROMOÇÃO DA URBANIZAÇÃO LOGÍSTICA NO BRASIL: OS CASOS DE CAJAMAR-SP, EXTREMA-MG E CAUCAIA-CE

Como já sugerido, as reportagens acima mencionadas levam em conta não só o caso de Cajamar, mas também de outras cidades. Por exemplo, a reportagem da *Folha* se refere, do mesmo modo, ao que ocorre em Extrema, Minas Gerais, sede de quatro polos industriais e de diversos galpões logísticos. Uma cidade cujo crescimento econômico, nos últimos anos, resultou na geração de empregos e na absorção da mão de obra do entorno. No entanto, esse crescimento não foi suficiente para resolver o expressivo déficit habitacional do município. Na verdade, desdobrando os argumentos da reportagem, pode-se levantar a hipótese de que ele agravou o problema, sobretudo em virtude da elevação dos custos dos imóveis disponíveis para locação. Do nosso ponto de vista, há, aqui, uma explícita relação entre o aumento da demanda capitalista por terras e a deterioração das condições de reprodução da força de trabalho. Mesmo beneficiada, eventualmente, pelo crescimento econômico, ela é onerada no acesso à moradia. Isto é, o que se ganha na esfera da produção é perdido no âmbito da reprodução.

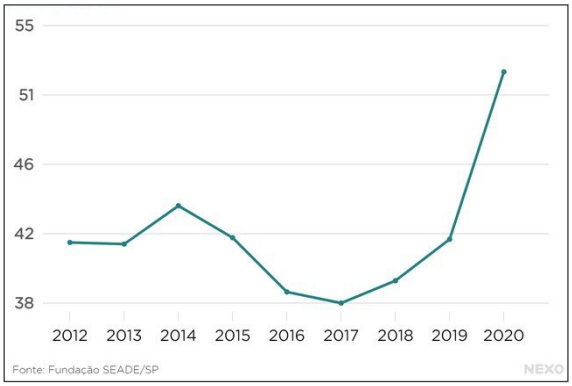
por intermédio do qual "desenvolvem mecanismos de transferência de riscos e custos não mais para outras empresas a elas subordinadas, mas para uma multidão de trabalhadores autônomos engajados e disponíveis para o trabalho. Na prática, tal transferência é gerenciada por softwares e plataformas online de propriedade dessas empresas, os quais conectam usuários trabalhadores a usuários consumidores e ditam e administram as regras (incluídos aí custos e ganhos) dessa conexão".

Além disso, cabe sublinhar como as tendências típicas do advento do urbanismo de plataforma, da urbanização logística e a consequente formação das cidades-galpões determinam e são determinadas por mudanças nas políticas fiscais. Os casos de Extrema-MG, Cajamar-SP e também de Caucaia, no Ceará, são ilustrativos nesse sentido, fazendo lembrar o debate acerca da "guerra fiscal" como expressão, nas palavras de Santos (2008), de uma "guerra dos lugares". Guerra estimulada, dessa vez, pela lógica de operação das plataformas e empresas digitais que atuam no setor de *e-commerce*.

No caso de Extrema, o governo estadual estipulou um regime especial de tributação para o *e-commerce*, reduzindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor, até o limite de alíquotas efetivas de 1% sobre a venda. Mas o poder municipal também realiza ações desse tipo, incentivando a criação de centros de distribuição na cidade, investindo, por exemplo, nos seus distritos industriais, concedendo isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) e descontos nos alvarás. Ainda de acordo com a já referenciada matéria da *Folha*, existem 27 projetos de logística e centros de distribuição na cidade, 7 deles ainda em fase de implantação, com a expectativa de geração de 2.400 empregos diretos. É relatado que, diariamente, empresários do ramo, interessados em se instalar na cidade, procuram a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais para discutir os benefícios que facilitem essa instalação.

Em Cajamar, por sua vez, há redução no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ainda que com duas contrapartidas: a garantia de que 50% das vagas de emprego sejam para a população local, exigindo-se, além disso, que de 2 a 5% do custo das obras de instalação na cidade sejam investidos em infraestrutura municipal. Passou-se, ademais, a cobrar o ISS considerando o estoque mantido na cidade, o que fez a arrecadação dobrar de R$ 60 milhões/ano para R$ 120 milhões/ano e, conforme as autoridades locais, converteu Cajamar em um destaque nacional na criação de empregos formais. O gráfico 2 ilustra o ritmo de abertura de vagas formais de emprego no município paulista.

Gráfico 2: Total de empregados formalmente (em milhares)



Fonte: Elaborado pelo *Nexo Jornal*, com base em dados da Associação Brasileira de E-commerce.

Por fim, em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, também está em movimento uma expansão da rede logística, acompanhando o crescimento do setor de *e-commerce* no país. Nesse caso, há a oferta de incentivos fiscais para empresas que ofereçam, como contrapartida, a garantia de que 80% de suas contratações mobilizem moradores da cidade, já que apenas 10% de seus habitantes trabalham no município. Estimula-se, do mesmo modo, que as próprias empresas capacitem esses trabalhadores.

Aparentemente, essas políticas fiscais, que impulsionam e são impulsionadas pela competição entre cidades, estariam na base de ciclos de prosperidade e crescimento local. Entretanto, como já antecipado, há muita contradição em curso, demandando um exame crítico do que se passa de fato. Para nós, é necessário considerar, especialmente, o que ocorre nos mercados imobiliário e de trabalho.

AS CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO LOGÍSTICA: IMPACTOS NOS MERCADOS IMOBILIÁRIO E DE TRABALHO

Em Extrema-MG, por exemplo, o maior empreendimento em construção, atualmente, é o complexo logístico BWP Business Park. Ele tem à frente a assessoria de captação de recursos e *real estate* BlackWall, sediada em Belo Horizonte. A primeira parte do projeto, cujo investimento total, segundo a *Folha*, é da ordem de R$ 350 milhões, já foi concluída: 72 mil m² arrendados para a Via (antiga Via Varejo). É por esse e outros investimentos nos chamados condomínios industriais e logísticos que a cidade de Extrema vem se consolidando como um grande centro de comércio eletrônico em Minas Gerais e no Brasil, respondendo, hoje, nacionalmente, por 25% da atividade do setor (SEDE/MG, 2021). Mas essa dinâmica – que, ademais, expressa a centralidade dos fundos financeiros no processo de urbanização logística e revela um caso típico de imbricação entre a circulação do capital fictício e do capital fixo – tem impacto nos preços imobiliários em geral. Conforme as fontes jornalísticas aqui elencadas, quitinetes próximas aos distritos industriais já são alugadas por, aproximadamente, R$ 1.500. Além disso, é cada vez

mais difícil, na cidade, alugar um apartamento de 2 quartos por menos de R$ 1.600[2], o que contrasta com a remuneração média mensal do município, de 2,4 salários mínimos, em 2019, e com seu piso salarial de, precisamente, R$ 1.600.

Algo semelhante ocorre em Cajamar-SP, isto é, a elevação dos preços dos aluguéis em uma cidade que acumula 2 milhões de m² em galpões, com um estoque total de terras disponíveis de 25 milhões de m². O que abre caminho para um dilema: construir moradias ou ainda mais galpões? Como o próprio prefeito da cidade, Danilo Joan (PSD), declarou à *Folha*: "Precisamos criar uma cidade nova. Falta moradia hoje na cidade, e o que tem disponível, vende rápido".

Em nossa avaliação, a crescente demanda capitalista por terras voltadas para o setor logístico dessas cidades tem contribuído para agudizar os problemas oriundos da elevação do componente habitacional do custo de reprodução da força de trabalho.

A acentuada chegada e saída de trabalhadores faz parecer, por si só, que tal dinâmica seja responsável pela elevação dos aluguéis. Entretanto, como dito anteriormente, esse não é o fator determinante, e sim a demanda por terras para a construção de novos galpões. Aliás, diga-se de passagem, apesar do ritmo de criação de vagas de empregos formais, essa expansão das contratações não é marcada pelo engajamento de mão de obra especializada, caracterizando-se, na verdade, por alta rotatividade, justamente em função da baixa atratividade dos empregos ofertados. Considere-se, por exemplo, o que diz uma entrevistada na reportagem do Nexo sobre o perfil dos empregos no setor de *e-commerce* em Cajamar:

> [...] Eu tenho um sobrinho que foi contratado no fim do ano [2021] para um galpão, ficou lá dois meses e depois, quando acabou a temporada de festas, foi demitido, tá procurando alguma coisa até agora. E a gente sabe que logística não paga muito, né? Tem que lutar. (NEXO, 2022)

Nesse sentido, a matéria da *Folha* também ressalta a avaliação de uma consultoria de recursos humanos de que existe, em Cajamar, a urgência por maior capacitação de mão de obra e salários mais altos, em virtude da elevada rotatividade na cidade e da busca por melhores remunerações. Isto é, surge, aqui, o repetido e reducionista discurso de que empregos existem, tratados muitas das vezes, aprioristicamente, como "bons empregos", mas faltam pessoas qualificadas para ocupá-los. Também se percebe a narrativa de que uma maior qualificação/especialização corresponde, necessariamente e em todos os setores, a melhores salários – discurso reforçado, ganhando contornos específicos, no contexto do advento da "sociedade da informação e do conhecimento".

Entretanto, acreditamos que, se por um lado iniciativas de capacitação contribuem para socializar/difundir conhecimentos aos trabalhadores, por outro, sabe-se que o estímulo à educação formal e à qualificação profissional, apesar de sua constante apresentação como solução para os dilemas do mercado de trabalho, nem sempre produz, efetivamente, elevação nos rendimentos desses mesmos trabalhadores ou até mesmo a inclusão nesse mercado. Na verdade, tais iniciativas costumam ocultar a real dinâmica do mercado de trabalho, sobretudo em formações sociais periféricas, o que tentaremos sintetizar na sequência.

Mas por que, afinal de contas, a maior capacitação pode não se traduzir na obtenção de melhores salários? Embora possa proporcionar aumento de produtividade – junto de outros elementos ainda mais significativos, como a inovação tecnológica, muito presente no setor aqui discutido –, ela não resulta, necessariamente, no aumento da remuneração, principalmente em virtude do grande contingente de pessoas existentes na condição de exército de reserva. Ou seja, há muitos trabalhadores igualmente disponíveis para atuar nesse setor. Um setor, repita-se, com alta rotatividade, tal como indicam as fontes aqui reunidas, o que se dá em consonância com as taxas historicamente elevadas de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro[3].

Recorde-se, ademais, que a assimetria entre produtividade e salários – em outras palavras, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho – apresenta-se, também historicamente, como fator significativo da dinâmica de acumulação capitalista no Brasil.

2 Como relata uma entrevistada na reportagem da *Folha*, referindo-se a Extrema-MG: "Quem quiser trabalho pode vir que tem, mas é difícil achar aluguel de [imóvel] de dois quartos por menos de R$ 1.600 por mês". Por sua vez, um trabalhador do comércio afirma o seguinte sobre as dificuldades de negociação de aluguéis no município: "Um vai embora, vem dez interessados".

3 Se comparada à realidade de outros países, essa taxa é bem alta, normalmente apresentando valores superiores a 50-60% nas séries históricas do Brasil. É importante sublinhar que não somente a "taxa de rotatividade global" (movimentação do mercado de trabalho referente a todos os tipos de vínculos) apresenta níveis elevados, mas também a "taxa de rotatividade descontada", quer dizer, aquela que diz respeito unicamente às demissões que se baseiam em motivações do empregador, quando ele demite o trabalhador. Esse tipo de demissão, inclusive, é o mais recorrente nas séries históricas analisadas pela literatura da área (DIEESE, 2017).

Ao menos essa é a tese de Oliveira (2003), para quem isso foi verdadeiro inclusive nos momentos mais favoráveis aos trabalhadores do país. Quer dizer, no setor em tela, em conformidade com o que se apresenta na história do mercado de trabalho brasileiro, há um grande contingente de pessoas disponíveis para o trabalho (frações do exército de reserva), alta rotatividade, intenso desenvolvimento tecnológico e, por conseguinte, elevados índices de produtividade. Índices que dinamizam e preenchem as necessidades de pessoal a um custo baixo, sem pressão para salários mais elevados, indo na contramão do que é ideologicamente sugerido com a afirmação da necessidade por maior qualificação, haja vista a ampla disponibilidade de vagas.

Por último, cumpre ressaltar o histórico e funcional papel desempenhado, na realidade brasileira, pelos trabalhadores engajados nas denominadas "atividades informais", como é o caso do que se passa nos setores do comércio e de prestação de serviços urbanos. Tal como estabelecido por Oliveira (2003), essas atividades, instáveis e precariamente remuneradas, contribuem para reduzir os custos da força de trabalho nas cidades. Ou seja, a combinação de altos índices de informalidade, típica das regiões metropolitanas do país, com o expressivo exército de reserva e a significativa rotatividade no setor formal pressiona constantemente para baixo os salários. Uma tendência que opera a despeito de toda panaceia do "estímulo à qualificação da mão de obra" como fator da elevação dos rendimentos do trabalho.

Para ilustrar essa última tendência, pode-se afirmar que é possível percebê-la na ocupação urbana limítrofe aos galpões de Cajamar. Nela, além da clara situação de precariedade habitacional, que atinge várias pessoas empregadas formalmente nos galpões, e da presença de imigrantes estrangeiros, como os haitianos, há muitas pessoas em situação de informalidade. Situação produzida, inclusive, pela própria dinâmica dos galpões. Pode-se citar o exemplo de uma mulher que, anteriormente, trabalhava, no período noturno, no depósito dos Correios, e que, ao ser demitida, começou a preparar e vender salgados para os antigos colegas de trabalho, pois "sabia que o pessoal ficava com muita fome de tanto despachar Sedex" (TAB UOL, 2022).

Em síntese, o que se convencionou denominar por viração, portanto, é estruturante na vida da população brasileira, e não é diferente nas cidades logísticas, como é possível notar a partir do exemplo citado anteriormente. Essa noção, que vem sendo desenvolvida a partir de Telles (2006), surgiu por meio de sua problematização do trabalho na contemporaneidade. Assim, a construção conceitual da ideia de viração se dá no sentido de compreender que, apesar de o trabalho ser incerto e descontínuo para um enorme contingente da população brasileira, ele não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social. A viração seria caracterizada pela falta de estabilidade, identidade profissional, onde as pessoas "se viram" como podem para garantir a sobrevivência. Trata-se de uma inserção no mundo do trabalho marcada pela instabilidade na obtenção de renda para se viver o dia a dia. Renda obtida das mais variadas formas: ora no plano da formalidade (situação cada vez mais rara, descontínua e precária), ora, e na maior parte das vezes, na esfera do que é comumente caracterizado como relativo ao âmbito da informalidade. Trata-se, enfim, de um modo de vida e de reprodução constitutivo da classe trabalhadora brasileira, que está cada vez mais se espraiando para outros estratos de classe, não só no Brasil, como no mundo (ABÍLIO, 2017; 2018; RIZEK, 2006; TELLES, 2006; 2009).

Portanto, como resultado dessas dinâmicas, surge a paisagem paradigmática das cidades dos galpões: de um lado, gigantescos entrepostos funcionando como nós da distribuição, cada vez mais ligeira e sofisticada, de mercadorias por todo o país; de outro, o advento ou crescimento de ocupações urbanas e bairros populares que abrigam a maioria dos trabalhadores precários das cidades logísticas do século XXI.

Sobre essas contradições, expressas no modo como se relacionam trabalho e moradia na realidade brasileira, faz-se necessário realizar mais algumas considerações. A esse respeito, Silva (2002) resgata que, no início da urbanização do país, e, acreditamos, ao longo de sua história, a constituição de um mercado de terras nas cidades, base para a organização capitalista da produção imobiliária, ocorre como produto de um conflito entre proprietários, de modo que a questão do trabalho teve pouca interferência nessa dinâmica. O acesso à moradia sempre foi restrito, ela não se universalizou como bem-salário, ou seja, é um bem cujo acesso permanece fragmentado e restrito, sendo essa dificuldade, "ao mesmo tempo, causa e consequência das conhecidas descontinuidades do 'acesso à cidade', responsáveis pela fragmentação da questão habitacional" (SILVA, 2002, p. 224).

Em nossa perspectiva, essa questão contribui para refletirmos sobre o caso das cidades logísticas. No plano da intencionalidade, alguns gestores públicos e autoridades até explicitam a relação entre a temática do trabalho/emprego e a da habitação/moradia, a exemplo da afirmação acima destacada do prefeito de Cajamar. Entretanto, historicamente, elas não são articuladas numa resolução a contento, isto é, que resulte na oferta simultânea de moradia

e trabalho dignos para a população, como também pode ser observado a partir dos exemplos aqui elencados. Em geral, o crescimento econômico vivenciado nessas cidades se dá de forma desencontrada em relação ao acesso tanto ao trabalho quanto à moradia de qualidade. Com efeito, a realização desses direitos, quando efetivada, ocorre de modo segmentado, contemplando, principalmente, pessoas não originárias dessas cidades. Como visto, isso se converte em um problema apontado pelas próprias reportagens, que o assinalam como uma das questões-chave para o poder público, que deveria agir, e age, em alguns casos, exigindo contrapartidas que beneficiam sobretudo os trabalhadores locais.

Nessas cidades, até mesmo contiguamente aos complexos logísticos, ocupações urbanas são formadas a partir de práticas de autoconstrução de moradias, e sua população sobrevive, em grande medida, na viração. Ao menos essa é a imagem que deriva dos relatos das reportagens que serviram de inspiração e material empírico neste artigo. De fato, viração e autoconstrução representam, igualmente, duas faces da mesma moeda. Além disso, não há, ao menos até o presente momento, nenhum sinal ou horizonte de resolução articulada das questões habitacional e do emprego, na forma de políticas públicas, setoriais e/ou territoriais, que resultem na garantia de direitos sociais e de cidadania. Esse não é o caso nas cidades brasileiras, em geral, e também não é o caso nas cidades logísticas. Note-se que isso certamente contribuiria para a promoção de outros direitos, a começar pelo direito mais amplo à cidade. Mas, ao contrário, o que está em vigor, atualmente, é a irresolução dos direitos ao emprego, à moradia, à cidade, tratados como secundários face à prioridade dada ao crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, tendo como suporte e material empírico dados e informações extraídos de reportagens sobre as "cidades dos galpões", realizamos uma discussão inicial sobre um tema da maior importância para o debate urbano e metropolitano contemporâneo: o advento de formas espaciais e processos sociais que podem ser explorados a partir de noções emergentes, tais como urbanização logística, cidades logísticas e urbanismo de plataforma. Nossa reflexão mobilizou relações e explicitou contradições entre acumulação de capital, transformações no mundo do trabalho e produção social do espaço.

Acreditamos que tais relações e contradições, que podem ser lidas a partir das contribuições teóricas de autores clássicos do pensamento crítico brasileiro, como Francisco de Oliveira (2003), têm sido estabelecidas numa fase de expansão do capitalismo caracterizada tanto pela dominância financeira quanto pelo que designamos como dominação informacional-digital. Trata-se, no último caso, de uma modalidade de dominação que se dá, antes de tudo, por intermédio da propriedade do capital informacional e é mediada, fundamentalmente, por inovações tecnológicas recentes. Inovações comumente associadas ao funcionamento das plataformas digitais, no âmbito da chamada economia de plataforma ou do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016).

Atualmente, o par "finanças-informação" tem estado no centro das formas de manifestação do capital, com impactos e repercussões na ordem urbana. É preciso refletir sobre tais impactos. E, ao fazê-lo, é necessário ter em mente que se trata de um horizonte de investigação bastante promissor. Isso é verdadeiro, em nossa opinião, seja para captar o que há de novo, seja para identificar o que há de persistente nos padrões de reprodução do capitalismo brasileiro. Entretanto, esse foi, como dito, apenas um esforço inicial de reflexão, com o intuito de estimular o debate. Pretendemos ampliá-lo subsequentemente, na forma de uma investigação mais rigorosa e sistemática, tanto em termos teóricos quanto empíricos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, 22 fev. 2017. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/. Acesso em: 04 set. 2022.

_____. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Margem esquerda**, São Paulo, n. 31, p. 54-60, 2018.

BERTOLOTTO, Rodrigo; LOPES, Edson. A capital dos galpões. **TAB Uol**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/capital-dos-galpoes/#cover>. Acesso em: 04 de jul. 2022.

BRIGATTI, Fernada. Faltam casas e sobram vagas nas cidades dos galpões. **Folha de S. Paulo**, 26 mar. 2022. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/faltam-casas-e-sobram-vagas-nas-cidades-dos-galpoes.shtml>. Acesso em: 11 de mai. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Movimentação do mercado de trabalho**: rotatividade, intermediação e proteção

ao emprego. São Paulo: DIEESE, 2017. 104 p.

GAGLIONI, Cesar. Como a invasão de galpões de ecommerce mudou Cajamar. **Nexo**, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2022/06/08/Como-a-invas%C3%A3o-de-galp%C3%B5es-de-ecommerce-mudou-Cajamar>. Acesso em: 04 de jul. 2022.

GRAHAM, Mark. Regulate, replicate and resist - the conjunctural geographies of platform urbanism. **Urban Geography**, vol. 41, n. 3, p. 453-457, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

RIZEK, Cibele Saliba. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 49-58, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SEDE/MG). Empresa de parque logístico anuncia investimento de R$750 milhões em Minas Gerais, 2021. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/application/noticias/noticia/1712/empresa-de-parque-logistico-anuncia-investimento-de-r$-750-milhoes-em-minas-gerais>. Acesso em: 12 de mai. 2022.

SENGPIEHL, C.; OAKDEN, R.; NAGEL, P.; TOH, K.; SHI, P. The emergence of logistics cities: Conceptual model. **Journal of Transport and Supply Chain Management**, v. 2, n. 1, p. 58-77, 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. A continuidade do "problema da favela". *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-237.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 173-195, jun. 2006.

_____. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009.

YASSU, Alexandre. **A reestruturação imobiliária e os arranjos escalares na (re)produção da metrópole**: o caso de Cajamar-SP. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. ■

Nelson Diniz é doutor e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e graduado em Geografia (FFP/UERJ). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Metrópole, Estado e Capital - INCT Observatório das Metrópoles e professor da Educação Básica e da licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). *nelsondiniz@hotmail.com*

Pedro Paulo Gonçalves é mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), graduado em Sociologia (Unitau) e em Relações Internacionais (PUC Minas). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Metrópole, Estado e Capital - INCT Observatório das Metrópoles. *pedropbg@gmail.com*

Renata de Leorne Salles

O direito à cidade e a práxis bolsonarista

os efeitos da inflexão conservadora na política urbana brasileira

Resumo

Desde o golpe parlamentar ocorrido no Brasil em 2016, temos vivenciado um desmonte no campo das políticas públicas sociais, de modo geral, devido à inflexão conservadora que foi estabelecida a partir desse período. Este trabalho tem como foco as reverberações do projeto neoliberal na política urbana brasileira, área que também vem sofrendo as consequências negativas devido ao aniquilamento do aparato social nos últimos anos. Desse modo, pretende-se traçar uma síntese das políticas urbanas e seus efeitos através da análise das ações implementadas nos anos 2000, mas, especialmente, a partir de 2016, mais precisamente entre os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2021) — este último ainda em curso. Constata-se que as políticas de caráter redistributivo implementadas pelos governos anteriores (2003-2016) foram comprometidas, causando uma ruptura no processo de desenvolvimento e inclusão social que estava em curso.

Política urbana · Direito à cidade · Inflexão conservadora · Bolsonarismo · Desmonte

Abstract

Since the parliamentary coup in Brazil in 2016, we have experienced a dismantling in the field of social public policies, in general, due to the conservative inflection that was established from this period. This work focuses on the reverberations of the neoliberal project in Brazilian urban policy, an area that has also suffered the negative consequences due to the annihilation of the social system in recent years. Thus, it is intended to outline a synthesis of urban policies and their effects through the analysis of the actions implemented in the 2000s, but especially from 2016, more precisely between the Temer (2016-2018) and Bolsonaro (2019-2021) governments - the latter still ongoing. It is observed that the redistributive policies implemented by previous governments (2003-2016) were compromised, causing a rupture in the process of development and social inclusion that was underway.

Urban policy · Right to the city · Conservative inflection · Bolsonarism · Disassemble

INTRODUÇÃO

A destruição dos direitos sociais no Brasil vem sendo vivenciada desde o golpe parlamentar que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando seu vice, Michel Temer, assumiu a liderança. Contudo, o projeto neoliberal iniciado pelo sucessor do governo petista acabou convencendo grande parte dos eleitores e foi renovado nas eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. O desmonte no campo social tem se agravado desde então, dando cabo à atual gestão bolsonarista, que exclui a maioria da população brasileira dos processos decisórios e das políticas públicas implementadas, causando um aniquilamento do aparato social em diversas esferas, como na educação, cultura, saúde, serviços públicos etc. Num contexto de crise econômica mundial, o compromisso dessas lideranças com as elites tem se firmado através da marginalização de programas sociais e com promessas de mudanças estruturais, como as reformas trabalhista e da previdência, além do "teto dos gastos", visando reduções no gasto público com a revogação de direitos sociais e dos trabalhadores.

Partindo do pressuposto de que o bolsonarismo também vem afetando o campo das políticas públicas urbanas, este artigo tem como foco verificar se essa área também vem sofrendo consequências negativas com a inflexão conservadora e neoliberal característica do atual governo federal brasileiro. Assim, pretende-se traçar uma síntese geral das políticas urbanas e seus efeitos através da análise das ações implementadas nos anos 2000, mas, especialmente, a partir do golpe de 2016, mais precisamente entre os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2021) — este último ainda em voga. Nota-se que o Estado, nesses últimos anos, tem comprometido as políticas de caráter redistributivo implementadas pelos governos de esquerda Lula-Dilma (2003-2016) através da redução de gastos em habitação social e mobilidade urbana, por exemplo, o que corrobora a "despetização" anunciada por Bolsonaro. Logo, o cenário aponta não só uma descontinuidade com relação às propostas anteriores, mas uma ruptura no processo de desenvolvimento e inclusão social que estava em curso.

A cidade reflete as desigualdades sociais de diversas maneiras, seja através da segregação territorial, do acesso à infraestrutura urbana, da mobilidade ou por meio dos usos estabelecidos no espaço público. A cidade comporta as dinâmicas sociais mais diversas, sendo, portanto, o local onde os cidadãos praticam o direito ao bem-estar urbano e o direito à cidade. Hoje, o reflexo do crescimento das desigualdades é visto de forma explícita, devido ao aumento significativo de pessoas desempregadas, empobrecidas, e muitas ocupando as ruas como local de moradia diante da ausência de políticas públicas habitacionais, programas assistenciais, entre tantos outros exemplos que poderíamos elencar. Dados do Observatório das Metrópoles apontam queda na média de rendimentos da população residente nas regiões metropolitanas desde o final de 2019, especialmente entre os mais pobres[1]. Esse cenário foi agravado com a chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020, cujo negacionismo propagado por Bolsonaro, que reduziu a doença a uma mera "gripezinha", prejudicou a adoção de medidas protetivas recomendadas pela ciência contra o vírus — como o uso de máscara de proteção e álcool em gel —, contribuindo com a disseminação dos efeitos negativos causados pela pandemia, como as mortes.[2]

No entanto, o panorama nacional é parte de um problema ainda mais complexo e que pode ser entendido como um fenômeno global vinculado à ascensão de uma forte agenda neoliberal implementada por governos conservadores e autoritários de extrema-direita — para a surpresa dos partidos progressistas — em diversos territórios, como nos Estados Unidos e em vários países da América Latina, Europa e Ásia, para citar alguns exemplos. As similaridades entre tais governos são muitas, como a adoção de políticas pró-mercado, discursos de ódio e intolerância (racismo, machismo, homofobia etc.), o negacionismo climático, a retórica nacionalista e anti-globalista, a ideologia repressiva, enfim: um verdadeiro ataque aos princípios democráticos constitucionais.

A POLÍTICA URBANA NO BRASIL NOS ANOS 2000: DE LULA A BOLSONARO

O Brasil vivenciou a construção de uma nova política urbana e, logo, de um novo modelo de política habitacional a partir da eleição do presidente Lula

1 SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrópoles**, n. 5. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/desigualdade-nas-metropoles-media-de-renda-continua-caindo-nas-metropoles-brasileiras/. Acesso em: 07 out. 2021.

2 MOURA, Thaís. Desinformação do governo Bolsonaro ampliou mortes por covid, indica relatório. **Congresso em Foco**, 25 jun. 2021. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/desinformacao-do-governo-bolsonaro-ampliou-mortes-por-covid-indica-relatorio/. Acesso em: 20 jun. 2022.

(PT), em 2003, ano da criação do Ministério das Cidades (MCID), então responsável pela política urbana nacional nas áreas de habitação, mobilidade urbana, saneamento básico e regularização fundiária. (SANTOS JR. *et al.*, 2020). Com a criação do Conselho das Cidades (ConCidades), órgão colegiado vinculado ao MCID, iniciou-se um ciclo de efetiva participação social nos debates em torno de políticas urbanas através de uma série de conferências realizadas nos âmbitos municipal, estadual e federal. Daí em diante, muitos projetos de interesse social foram desenvolvidos.

Apesar dos inegáveis avanços observados entre 2003 e 2016, existiram alguns problemas. A questão fundiária, por exemplo, não recebeu o respaldo necessário junto ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), pois delegou aos municípios a responsabilidade do cumprimento da função social da propriedade, contrariando o Estatuto da Cidade, de 2001 (Ibid., 2020), que deliberava a cooperação entre os três níveis governamentais. Outro problema observado diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007. Tal modelo caminhou no sentido oposto da proposição do SNHIS ao não efetivar a participação popular, como era esperado. Seu subprograma Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), inclusive, saiu da agenda urbana em 2014 por falta de efetividade das obras. Além disso, há algumas contradições acerca do programa que se tornou a principal política habitacional dos anos 2010, o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Uma delas foi a redução do poder de gestão dos municípios (ao contrário do que sucedeu com o PAC) e, em concomitância, o aumento da atuação de setores privados da construção civil (Ibid.), fato que agravou o fenômeno da periferização das cidades — foram realizadas construções em áreas periféricas para maior lucratividade, entre outros fatores.

Desse modo, para debatermos o momento atual e traçarmos um paralelo com as conquistas realizadas nos anos anteriores, tomaremos como referência principal o *Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades*[3] (2020), produzido pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)[4], para levantarmos as principais questões relacionadas às políticas urbanas — ou que infringem, mesmo que de maneira indireta, o direito à cidade —, visando compreender os efeitos da política bolsonarista no âmbito urbano. Vale ressaltar que o FNRU é um importante instrumento de promoção do debate e da viabilização de políticas públicas em prol da Reforma Urbana.

Algumas evidências do desmonte dos direitos sociais no âmbito urbano foram levantadas pelo mencionado documento e categorizadas neste trabalho em 8 áreas temáticas, para possibilitar uma melhor abordagem e análise, a saber: (i) Participação social; (ii) Política habitacional; (iii) Política fundiária; (iv) Mobilidade urbana; (v) Cultura; (vi) Água: mercantilização; (vii) Água: saneamento básico; (viii) Pactos internacionais. Por fim, para complementar a discussão, discorreremos sucintamente sobre as consequências da atuação do governo federal no âmbito da pandemia de Covid-19, no que diz respeito às medidas direcionadas para a população mais vulnerável, privada das condições básicas de moradia, alimentação, higiene e saúde, e que foi a mais atingida pelos efeitos negativos da doença e do negacionismo propagado pelo discurso bolsonarista.

Cada um dos temas será desenvolvido e analisado nas seções a seguir, nos permitindo refletir sobre como as proposições dos últimos anos vêm impactando o direito à cidade e os processos de gestão participativa desenvolvidos pelos governos petistas anteriores. O quadro exposto no final deste trabalho (Apêndice I) explicitará as propostas realizadas em cada uma das áreas temáticas, facilitando a leitura das ações, assim como dos efeitos da inflexão conservadora iniciada no governo Temer e agravada com a atual práxis bolsonarista.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social nas políticas públicas é um dos mecanismos de controle social garantidos pela Constituição de 1988 — que estabeleceu os conselhos setoriais —, configurando um direito que permite a livre organização dos indivíduos e a manifestação de suas vontades políticas através de debates, conferências e outros instrumentos. Desde então, no âmbito urbano, foram criados instrumentos para efetivar a participação da sociedade civil na formulação e fiscalização de políticas públicas, como o Orçamento Participativo (OP), de 1988, e o Estatuto da Cidade,

3 SANTOS JÚNIOR., Orlando; DINIZ, Tânia Maria; SAULE JÚNIOR., Nelson. (Org.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/dossie-do-desmonte-da-politica-urbana-federal-nos-governos-temer-e-bolsonaro-e-seus-impactos-sobre-as-cidades/. Acesso em: 19 set. 2022.

4 O FNRU, fundado em 1987, reúne diversas entidades e movimentos sociais que visam lutar por cidades democráticas e inclusivas, promovendo o direito à cidade. Disponível: https://forumreformaurbana.org.br. Acesso em: 19 set. 2022.

lei federal instituída em 2001 — época do governo Fernando Henrique Cardoso — que assegurou a participação popular através de órgãos colegiados, conferências, audiências públicas, projetos de lei de iniciativa popular, entre outros (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020).

Um dos mais importantes canais de participação social das últimas décadas no âmbito das políticas urbanas foi o ConCidades, criado em 2004 no primeiro governo Lula e atrelado, à época, ao Ministério das Cidades (MCID), datado de 2003. O conselho tinha como objetivo principal viabilizar a participação dos cidadãos no que se refere aos debates em torno da formulação de políticas urbanas, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com base no princípio do direito à cidade:[5]

> A criação do Conselho das Cidades (...) representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução. (GOVERNO DO BRASIL, 2020).

A título de exemplo, projetos construídos por movimentos sociais transformaram-se em leis federais através do ConCidades, como é o caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS - Lei 11.124/2005), além de outras leis implementadas, como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU - Lei 12.587/2012).

No atual governo, diversos canais de participação da sociedade vêm sofrendo esvaziamento além da eliminação de importantes espaços de debates públicos, como é o caso da extinção, em 2019, do MCID — incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Regional junto ao Ministério de Integração Nacional — e, logo, do ConCidades.[6]

Vale ressaltar também que, em 2014, frente à crise financeira e institucional já estabelecida no país, a então presidenta Dilma Rousseff lançou um decreto (nº 8.243/2014) para ampliar as esferas participativas diante da insatisfação popular que se apresentou nas Jornadas de Junho de 2013. Porém, a medida que visava à instituição da Política Nacional de Participação Social (PNPS) para o fortalecimento do debate entre governo federal e sociedade civil foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

A ruptura com o modelo de gestão pública participativa característica dos governos Lula-Dilma (2003-2016) ocorreu nos primeiros meses do atual governo a partir do Decreto 9.759/2019[7], que extinguiu 35 (trinta e cinco) dos 70 (setenta) órgãos colegiados da administração pública federal criados até 2014, como ocorreu com o ConCidades, de acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).[8] Logo depois, alguns conselhos foram recriados com novas regras, como a redução de cerca de 50% das vagas destinadas à sociedade civil.[9] A ausência de espaços de debates vem sendo reclamada, inclusive, por setores empresariais da construção civil, que têm alegado a falta de participação nos processos decisórios do governo.

A extinção de órgãos como estes não só fere princípios constitucionais como também determinações do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001)[10], que trata da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade através de mecanismos de gestão (como o Plano Diretor), para garantir o direito à gestão democrática das cidades. O esvaziamento das esferas participativas é um sintoma do desrespeito às leis e aos direitos dos cidadãos na atualidade, sendo

5 GOVERNO DO BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Conselhos das Cidades (ConCidades). Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-das-cidades-concidades. Acesso em: 07 out. 2021.

6 Na realidade, o ConCidades é decorrente de uma lei e, em termos legais, ele não poderia ser extinto por meio de um decreto. Mas, como ele estava vinculado ao ex-MinC, estamos considerando seu fim, já que ele não foi integrado a outra pasta ministerial.

7 BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

8 DECRETO de Bolsonaro extingue pelo menos 35 conselhos sociais. **Fetamce**, 12 abr. 2019. Disponível em: https://fetamce.org.br/decreto-de-bolsonaro-extingue-pelo-menos-35-conselhos-sociais/. Acesso em: 17 out. 2021.

9 ANDRADE, Hanrrikson de. Bolsonaro reduz vagas e murcha participação social em conselhos. **UOL**, 26 jul. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/26/bolsonaro-reduz-vagas-e-murcha-participacao-social-em-conselhos-recriados.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

10 BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

uma ameaça à liberdade de manifestação social, em especial das classes populares, deslegitimando a agenda dos movimentos sociais, principalmente.

POLÍTICA HABITACIONAL

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, o direito à moradia tornou-se universal, mas ainda se apresenta como um dos grandes desafios a serem alcançados, principalmente quando não há fomento a políticas públicas que caminham nessa direção.

Alguns avanços foram concretizados nos anos 2000, nos governos Lula-Dilma. Logo no início do primeiro mandato de Lula, criou-se o MCID, em 2003, pasta essencial para o avanço da questão da moradia no Brasil e através da qual foram desenvolvidos alguns projetos como o Projeto Moradia (2002), que acabou se convertendo no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2009, e que foi desenvolvido até 2016 (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020), ano do golpe parlamentar.

Em 2005, no âmbito do ConCidades, criou-se a lei que deliberava sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que também promoveram alguns avanços na área através de subsídios para as camadas de baixa renda, do aumento do poder decisório dos municípios no âmbito das políticas habitacionais, da participação social na elaboração de tais políticas e do apoio à produção autogestionária da moradia através de programas de financiamentos exclusivos (Ibid., 2020). O PlanHab (2009) também foi construído através do ConCidades.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), oriundo do decreto nº 6.025 de 2007, implementou a Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) exclusivamente para urbanização de favelas, mas saiu da agenda urbana em 2014 por falta de efetividade. Em 2009, a implementação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) através da Lei Federal nº 11.977, criada para subsidiar ou financiar imóveis residenciais de acordo com a faixa de renda familiar, tornou-se a principal política habitacional de interesse social dos governos petistas (e talvez da história do país), possibilitando o acesso à moradia a uma parcela considerável da população que costuma viver de forma precária, como em ocupações urbanas irregulares. Dados apontam que, entre 2010 e 2016, o MCMV possibilitou um crescimento domiciliar de 30% no país (Ibid.).

A ruptura no campo das políticas habitacionais é uma das marcas da práxis bolsonarista. Primeiramente, houve a descontinuidade do MCMV a partir da eliminação da Faixa 1 do programa, que subsidiava a casa própria para os setores de menor renda.[11] Além disso, o governo federal promoveu um corte de mais de 40% no orçamento destinado ao programa, inclusive impossibilitando a execução de obras que estavam em andamento.[12] Mais recentemente, no início de 2021, o MCMV foi definitivamente extinto e substituído pelo programa Casa Verde e Amarela.[13] A faixa de renda familiar exigida pelo programa MCMV para o subsídio da casa própria aumentou, o que significa a exclusão de uma parcela considerável de famílias de baixa renda que não conseguem mais ter acesso a nenhum programa habitacional. Isso se deu para atender aos interesses empresariais, já que a oferta de habitação para os menos favorecidos não vinha gerando os lucros desejados.

A extinção de programas habitacionais de alto impacto redistributivo, como é o caso do MCMV, demonstra ruptura e descaso acerca da possibilidade de acesso à moradia para parte da população, em especial aqueles de mais baixa renda, contrariando o SNHIS, que delibera sobre a promoção de moradia digna para tais camadas[14]. Além disso, os grandes beneficiados do novo programa serão setores da iniciativa privada, em especial do mercado imobiliário, já que a possibilidade de *melhoria habitacional e regularização fundiária* incluídas no Casa Verde e Amarela se dará por meio de linhas de financiamento concedidas ao poder privado. Ademais, foram excluídas da agenda urbana as políticas de urbanização de favelas, também prejudicando os mais vulneráveis. Em suma, constrói-se uma política habitacional fortemente dependente da iniciativa privada, enquanto a moradia de interesse social, que deveria ser o principal foco, é excluída da agenda urbana.

11 BOLSONARO acaba com a faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. **Rede Brasil Atual**, 4 nov. 2019. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/bolsonaro-acaba-com-a-faixa-1-do-minha-casa-minha-vida/. Acesso em: 27 jun. 2022.

12 MINHA casa perto do fim? **UOL**, 24 nov. 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#page19. Acesso em: 08 out. 2021.

13 GOVERNO DO BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. O Programa Casa Verde e Amarela. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela. Acesso em: 27 jun. 2022.

14 GOVERNO DO BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, 3 ago. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social. Acesso em: 19 set. 2022.

POLÍTICA FUNDIÁRIA

A questão fundiária no Brasil, que diz respeito à forma como se dá a distribuição das propriedade rurais no território nacional, revela a desigualdade estrutural que gira em torno da temática desde a época colonial e reflete as condições de vida da grande maioria dos pequenos trabalhadores rurais, muitos dos quais não conseguem garantir a própria subsistência familiar, uma vez que grande parte das terras concentra-se nas mãos dos latifundiários, que equivalem a uma pequena parcela da população. Em outras palavras, a exclusão social existente no Brasil corresponde, em grande parte, ao próprio modelo de segregação territorial que ainda persiste e que vai contra os princípios constitucionais da política urbana e do Estatuto da Cidade (2001), que visam à segurança de posse e à função social da propriedade.

Os últimos governos de esquerda lutaram para viabilizar a regularização de áreas ocupadas por uma parcela vulnerável da população para a diminuição da desigualdade estrutural através da primeira lei federal (n° 11.977/2009)[15], implementada em 2009 no governo Lula, que definiu a regularização fundiária para a população mais vulnerável em termos sociais (moradores de áreas irregulares de baixa renda), criando instrumentos para a sua efetivação. Dessa forma, recursos públicos foram destinados para formalizar a regularização (título de propriedade privada), além de outras medidas, aumentando a proteção social e efetivando o direito à moradia através do direto à permanência (segurança de posse). Vale ressaltar que esse último não depende exclusivamente da regularização formal, ou seja, do título de propriedade privada para sua garantia (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020).

O desmonte da legislação fundiária que vigorou até 2016 — e que também dispunha sobre o MCMV — pode ser visto através da nova lei[16] (n° 13.465/2017), que substitui a anterior. Implementada no governo Temer, ela retoma a ideologia da propriedade privada como um direito absoluto e institui um novo modelo (mais rápido e barato) de regularização fundiária no Brasil focado na titulação[17]. Tal lei propõe a regularização fundiária de núcleos urbanos informais e a titulação de seus ocupantes, incluindo, além daqueles mais vulneráveis, "qualquer área", independentemente da situação social de seus ocupantes. Desse modo, a lógica da lei anterior é subvertida e passa a atender aos interesses específicos das camadas mais abastadas, privilegiando a titulação via propriedade privada individual, em detrimento de medidas de melhoria territorial (Ibid., 2020) — urbanísticas, sociais e ambientais. Isso significa que construções irregulares ou clandestinas de alta e média renda adentram no processo de regularização, o que pode incentivar o descumprimento das normas urbanísticas já estabelecidas e ameaçar a segurança de posse de muitas famílias, principalmente daquelas que vivem em áreas nobres das cidades, em função do assédio para que elas desocupem suas casas, as vendam por valores abaixo do mercado, ou tenham que sair devido ao aumento dos custos de moradia por conta da aquisição do título de propriedade (Ibid.). A nova lei, desse modo, corrobora ainda mais com a periferização da cidade.

Além disso, a ausência de um marco temporal pode levar à regularização de situações ocorridas após o estabelecimento da nova lei, viabilizando o direito à regulamentação de forma permanente, ademais do risco de aumento das remoções. Os conflitos existentes também podem ser agravados com a criminalização de movimentos sociais que lutam pelo direito à terra e à moradia.

Para piorar ainda mais esse cenário, uma lei criada no atual governo Bolsonaro (Lei n° 13.874/2019)[18], conhecida como lei da "liberdade econômica", tende a fortalecer o modelo liberal do Estado mínimo também no âmbito urbano, reforçando o privatismo e amplificando os conflitos diante do risco do aumento de grilagem de terras.

MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é uma importante ferramenta para garantir o desenvolvimento da infraestrutura nacional e, numa escala micro, promover o bem-estar coletivo da população, principalmente para

15 BRASIL. **Lei n. 11.977, de julho de 2019**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas...Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

16 BRASIL. **Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Lega...Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

17 Antes disso, a Medida Provisória 759, de 2016 (gov. Temer), alterou o capítulo da Lei 11.977/2009 que dispunha sobre a regularização fundiária e o MCMV.

18 BRASIL. **Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado... Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

quem vive nas grandes cidades e precisa enfrentar horas no trânsito para realizar os deslocamentos diários necessários (trabalho, estudo, acesso à equipamentos de saúde etc.). O excesso de automóveis — principal meio de transporte das camadas de maior renda —, os grandes congestionamentos e a ineficácia do transporte público coletivo ilustram bem esse cenário, que teve início na década de 1990 e não recebeu, até hoje, a devida atenção do Estado. Com isso, inúmeros problemas são acarretados, incluindo o surgimento de meios informais de transporte público para os grupos de menor renda, como os serviços de mototáxi, vans etc. (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020).

Mais recentemente, a emergência dos serviços de transporte individual por meio de aplicativos (99, Uber etc.) vem promovendo outros impactos sobre o transporte público coletivo, como a perda de passageiros — que também é fruto da baixa qualidade do serviço prestado. Conforme a Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), entre 1994 e 2017 houve uma redução de mais de 50% dos usuários de transporte público coletivo, enquanto entre 2000 e 2019 o número de automóveis aumentou 175% e o de motos, 570%.[19] Tal fato afeta, também, as políticas públicas de transporte, uma vez que essa modalidade exclui o papel do Estado como provedor de tais serviços e aumenta a abertura para os setores privados operarem.

No primeiro mandato Dilma, em 2012, foi implementada a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU/ Lei nº 12.587),[20] considerada um avanço no campo, pois instituiu mecanismos para a efetivação de políticas urbanas, como a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana a nível municipal, além de uma emenda constitucional criada em 2015, que deliberou o transporte como um direito social fundamental. Com isso, muitas realizações no campo foram concretizadas, como o aumento substancial de ciclovias e corredores exclusivos para a circulação de ônibus, a implementação do metrô em alguns municípios, entre outros (Ibid., 2020). Trata-se de um instrumento que corrobora o acesso universal à cidade e, portanto, reforça os princípios da política de desenvolvimento urbano do país. Assim, a PNMU tem como objetivo integrar as distintas modalidades de transporte e promover a melhoria dos serviços de transporte urbano, garantindo o deslocamento e a acessibilidade, tanto da população quanto das cargas, por meio do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana (SNMU), tendo em vista a garantia de infraestruturas de mobilidade urbana necessária para tais fins. Vale ressaltar que, apesar da nova lei, apenas 6% dos municípios, até 2018, haviam elaborado o Plano de Mobilidade proposto, evidenciando a limitação (técnica e/ou financeira) das gestões municipais e/ou a falta de coordenação do Estado para dar o apoio necessário à efetivação da medida (Ibid.).

Logo no início do mandato de Jair Bolsonaro, em 2019, ocorreu a extinção do MCID, órgão então responsável pela gestão dos recursos destinados à área de mobilidade urbana do país. Desde então, os recursos vêm sendo repassados diretamente para os estados, dando a estes mais autonomia, mesmo correndo o risco de dar continuidade a um problema já recorrente no Brasil: a falta de planejamento a longo prazo. Em vez do investimento em projetos estruturantes a nível nacional, são executadas medidas paliativas (ou projetos de cunho político) nos âmbitos estadual e municipal.

Além disso, a política privatista bolsonarista na área do transporte, ademais de medidas que visam alterar o Código de Trânsito Brasileiro (MP nº 882/2019), pode ser vista através da continuidade do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI/Lei nº 13.334/2016), ancorado na lógica de desestatização e concessão de serviço ao setor privado através de parcerias, com o risco do aumento das tarifas do transporte público — vale lembrar das Jornadas de Junho de 2013, cujas manifestações tiveram como mote principal o aumento abusivo das tarifas de ônibus. Contudo, os preços continuaram subindo, com reajustes que ultrapassam a inflação (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020).

A falta de investimento na área de mobilidade urbana também é notória na atualidade. Dados de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, apontam que apenas 0,01% do Orçamento da União foi direcionado para implantação de projetos de transporte público coletivo.[21] Na mesma área também se viu a paralisação de mais de 200 obras em andamento relativas ao transporte de ônibus.

Vê-se, portanto, na gestão bolsonarista, o abandono da PNMU e a redução dos recursos destinados à mobilidade urbana, fato que vem contribuindo com

19 BORGES, André. País tem 248 obras de mobilidade urbana paradas. **UOL**, 20 ago. 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/08/20/pais-tem-248-obras-de-mobilidade-urbana-paradas.htm. Acesso em: 4 nov. 2021.

20 BRASIL. **Lei n. 12.587, de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana... Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

21 BORGES, André. País tem 248 obras de mobilidade urbana paradas. **UOL**, 20 ago. 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/08/20/pais-tem-248-obras-de-mobilidade-urbana-paradas.htm. Acesso em: 4 nov. 2021.

o crescimento das desigualdades no acesso ao direito à mobilidade, com o aumento das taxas do transporte coletivo (causando redução na renda familiar dos setores empobrecidos), com a paralisação de obras estruturais, entre outras consequências. Levando em conta o caráter liberal e conservador do governo, o cenário que vem sendo construído poderá ser ideal para justificar possíveis futuras concessões e privatizações na área.

CULTURA

A cultura pode ser vista como um importante instrumento de resistência em diversos aspectos, entre eles, resistência à mercantilização da cidade, que exclui diversos grupos e desfavorece a diversidade cultural e a ocupação dos espaços públicos, minando as manifestações culturais diversas que ocorrem na rua.

O Plano Nacional de Cultura (PNC/Lei nº 12.343), de 2010, foi criado para fortalecer as políticas culturais com a participação da sociedade civil, compondo o Sistema Nacional de Cultura (SNC), previsto pela Constituição. Devido à descentralização proposta para fortalecer os governos locais, municípios espalhados por todo o país aderiram ao sistema, se comprometendo a criar seus próprios planos de cultura, além de órgãos de gestão cultural, conselhos e linhas de financiamento (SANTOS JR. *et al.*, 2020).

Ainda no âmbito do PNC e visando incentivar a cultura de base comunitária, instituiu-se o PNC Viva (Lei nº 13.018), em 2014, que estabeleceu os "Pontos de Cultura" para o reconhecimento de grupos que atuam em suas próprias comunidades, os fortalecendo institucionalmente como agentes produtores de atividades culturais e gerando, assim, maior visibilidade e reconhecimento.[22]

Após o golpe parlamentar de 2016, a pasta ministerial responsável pela cultura datada de 1985, época da redemocratização do Estado, também foi extinta. Ainda no governo Temer, o Ministério da Cultura (MinC) foi reincorporado ao Ministério da Educação — como na época da ditadura —, mas somente por um breve período. Porém, em 2019, logo no início do governo Bolsonaro, a extinção se deu de forma definitiva, e o órgão foi subordinado (e, portanto, rebaixado) ao Ministério da Cidadania, este criado para incorporar, também, as pastas do Esporte e do Desenvolvimento Social.[23] Para suceder ao extinto Minc, criou-se a Secretaria Especial da Cultura (Secult), que foi subordinada ao Ministério do Turismo no final de 2019, sendo este o atual responsável pelas "políticas de promoção da cidadania por meio da cultura". Vale destacar que até o momento a Secult já contou com sete secretários.

O desmonte no campo da cultura, além do que foi descrito, é visto também na redução dos aportes voltados para as políticas públicas culturais e no enxugamento do Conselho Nacional de Política Cultural, que extinguiu as representações culturais LGBT e reduziu pela metade a participação social de estados e municípios, ou seja, diminuiu a representatividade necessária, tornando o órgão apenas consultivo. O portal de notícias UOL (26/07/2019) divulgou um levantamento dos conselhos extintos, demonstrando queda considerável na participação social (de 201 para 104 vagas).[24] O cenário negativo é ainda incrementado pelo conservadorismo do presidente, que publiciza discursos discriminatórios (machistas, racistas, homofóbicos etc.) através da retórica do ódio,[25] esses contrários à multiculturalidade fomentada nas décadas anteriores pelos governos progressistas através de políticas de ação afirmativa/redistributiva para reparar as maiorias que foram menorizadas ao longo da história do nosso país.

Dessa maneira, a atualização do discurso universalista em pleno século XXI reflete no direito universal à cidade e prejudica a vida cotidiana dos grupos urbanos mais vulneráveis e discriminados (ou criminalizados, em alguns casos), como a população LGBTQIA+, os indígenas, a população negra, as mulheres (em especial, as mulheres negras), os imigrantes, entre outras identidades étnicas, pela dificuldade de inserção em diversos âmbitos, como no mercado de trabalho, por exemplo.

Portanto, a negação do direito à diversidade e à cultura dessa parcela da população prejudica as manifestações culturais urbanas de forma ampla e interrompe um ciclo de emancipação e formação de identidade que estava em curso desde o século XX,

22 ÁLVARO. Pontos de Cultura levam o Brasil a outros países. **Cultura Viva**, 6 maio de 2019. Disponível em: http://culturaviva.gov.br/pontos-de-cultura-levam-o-brasil-a-outros-paises/. Acesso em: 5 nov. 2021.

23 Após uma medida provisória para acabar com o MinC, instituiu-se a Lei nº 13.844 que deliberou a diminuição do número de ministérios.

24 ANDRADE, Hanrrikson de. Bolsonaro reduz vagas e murcha participação social em conselhos. **UOL**, 26 jul. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/26/bolsonaro-reduz-vagas-e-murcha-participacao-social-em-conselhos-recriados.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

25 SEVERO, Valdete. Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da Presidência. Carta Capital, 6 ago. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia. Acesso em: 22 jun. 2022.

impactando na forma de ocupação dos espaços públicos da atualidade, cada vez mais esvaziados.

ÁGUA: MERCANTILIZAÇÃO

Ainda em 1997 foi instituída a Lei das Águas, como ficou conhecida a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH – Lei nº 9.433/1997),[26] criada para promover a gestão dos recursos hídricos federais através do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), deliberando a água como um bem público inalienável e que, portanto, não pode ser privatizada e deve ser garantida para todos. Dessa forma, a outorga dos recursos hídricos é autorizada pelos estados e Distrito Federal por órgãos vinculados ao SINGREH, enquanto a Agência Nacional das Águas (ANA) fiscaliza os usos no âmbito na União.

Porém, no governo Temer, um Projeto de Lei (PL nº 495/2017) pretendia criar o Mercado de Águas — seguindo o modelo neoliberal chileno[27] — para o reaproveitamento de recursos hídricos do Estado. A proposta visava transformar o recurso em ativo financeiro, deslegitimando a decisão dos territórios e da população sobre as águas nacionais em prol do mercado.

Caso o projeto seja aprovado, os detentores de outorgas (autorização para o uso das águas), como setores do agronegócio, mineradoras e/ou produtoras de refrigerantes, poderão comercializar as águas excedentes com outros outorgados da mesma bacia hidrográfica, criando, assim, uma reserva de águas para a venda (SANTOS JR.; DINIZ; SAULE JR., 2020). Mas, se a outorga é gratuita, tal projeto é ilegal, pois visa mercantilizar um bem que é público, alterando a Lei das Águas de 1997 e instituindo o risco de privação para os mais pobres da água como direito fundamental, de violação dos direitos humanos, além da possibilidade de aumento dos conflitos existentes em torno do uso da água por comunidades locais.

ÁGUA: SANEAMENTO BÁSICO

Na toada da privatização, um projeto de lei mais recente, de 2019 (PL nº 3261/2019) — proposto pelo senador (e empresário) Tasso Jereissati,[28] também relator do PL nº 495/2017 (Mercado de Águas) e da reforma da Previdência —, visa implementar um novo marco do saneamento básico, que amplia a participação da iniciativa privada na prestação de tais serviços, incluindo a venda das companhias estaduais de saneamento básico — também nos moldes da ditadura chilena. A proposta pretende mudar o aspecto fundamental da Lei das Águas, ao permitir o controle dos recursos hídricos pelo setor privado, além de ferir os princípios da Constituição de 1988, ao restabelecer a propriedade privada da água (Ibid., 2020). Os mais pobres, em especial, serão excluídos do acesso a esse bem como um direito fundamental, corroborando o aumento da desigualdade no acesso aos serviços essenciais de saneamento básico no país, que provavelmente sofrerão com o aumento das taxas cobradas.

PACTOS INTERNACIONAIS

O Brasil é signatário tanto das Metas do Milênio de 2000 quanto do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966,[29] ambos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para que se cumpram as obrigatoriedades estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Dando continuidade a tais acordos, a ONU propôs, em 2015, a Agenda 2030, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para erradicação da pobreza em termos mundiais, além da promoção de vida digna para todos os cidadãos.[30]

Dessa forma, constatou-se até o momento uma série de descumprimentos dos pactos internacionais que reflete o desmonte que estamos vivenciando em diversas áreas. Abaixo, alguns exemplos:

a) Serviços públicos: a precarização dos serviços, especialmente os de assistência social e infraestrutura urbana em função da aprovação da Emenda Consti-

26 BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos... Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

27 Na ditadura de Pinochet, em 1981, o governo privatizou os recursos hídricos e empresas estatais, concedendo à iniciativa privada o direito ao uso das águas de forma gratuita e perpétua, aumentando a desigualdade e instituindo no país uma crise hídrica sem precedentes.

28 Jereissati, do PSDB, ganhou o apelido de "Senador Coca-Cola" por ser acionista de uma das maiores fabricantes do sistema Coca-Cola no Brasil, além de outros vínculos com o grupo, o que pode estar por trás de seu interesse pessoal pelos recursos hídricos do país.

29 O Pacto foi ratificado pelo Brasil em 1992.

30 NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 20 set. 2022.

tucional 95, que prevê o teto nos gastos sociais.

b) Habitação: violação do direito à moradia adequada para os mais pobres com a extinção do emblemático programa social MCMV.

c) Políticas urbanas: extinção de conselhos (ConCidades, por exemplo) e outras instâncias de participação social (asseguradas pela Constituição) para a discussão de políticas públicas de desenvolvimento urbano.

d) Meio ambiente: fragilização da estrutura pública relacionada ao meio ambiente (CONAMA e IBAMA) através do estímulo ao desmatamento de florestas, a invasões de terras quilombolas e indígenas, e ao negacionismo climático — que prejudica a implementação de políticas públicas para mitigar os efeitos do aquecimento global (cientificamente comprovado).

e) Movimentos sociais: criminalização de movimentos sociais legítimos, gerando, como uma das consequências, o acirramento de disputas em territórios rurais, em especial, fomentadas pelos discursos de ódio e intolerância que são propagados frequentemente pelo presidente Bolsonaro e outros integrantes do governo atual.

PANDEMIA DE COVID-19

A crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, que se instalou no Brasil em março de 2020 num contexto já de crise política e socioeconômica, evidenciou uma federação desequilibrada no que tange às relações intergovernamentais, cujo dissenso em torno da construção de políticas públicas de enfrentamento à doença foi notório e problemático. A ausência de coordenação do governo federal dificultou a implementação de medidas emergenciais, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por parte de alguns governos estaduais e municipais, provocando uma série de efeitos negativos sobre a população, como o grande número de mortes e internações. Acrescenta-se a esse cenário de negligência as denúncias de corrupção e descaso no campo da vacinação, prejudicada tanto pela compra atrasada de doses quanto pela falha de administração e distribuição das mesmas, conforme aponta o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.[31]

Consequentemente, o Brasil contabilizou mais de 10% das mortes mundiais por Covid-19 (ultrapassando 600 mil mortes em outubro de 2021), além de uma média de óbitos quase cinco vezes maior do que a média mundial, sendo uma das piores situações do mundo (MIRANDA, 2021).

Além de maior incidência de óbitos, a falta de articulação entre os entes federados corroborou, ainda, com a sobrecarga no sistema de saúde em diversas localidades e com o aumento da vulnerabilidade entre os setores mais pobres da população, que vivem majoritariamente em áreas periféricas e de assentamentos informais sem acesso à infraestrutura urbana de qualidade. A ausência de medidas socioeconômicas voltadas para esses segmentos, no âmbito federal, fez com que estados e municípios atuassem de formas variadas com relação à promoção de políticas de proteção social, ademais dos protocolos sanitários. Contudo, essas medidas foram insuficientes e sem o alcance necessário para garantir as condições básicas de saúde, higiene, moradia e alimentação para os setores mais vulnerabilizados, os mais atingidos pelos efeitos da pandemia (MIRANDA, 2021).

Em outras palavras, não foram promovidas pelo governo federal, nos últimos dois anos, ações públicas de enfretamento à pandemia que levassem em conta as desigualdades territoriais que caracterizam as nossas cidades, além da ausência de medidas econômicas para a manutenção de empregos de parcelas da população. Mesmo com o avanço da vacinação, os impactos negativos da pandemia sobre os mais pobres estão ainda em evidência, principalmente após a redução do valor e do alcance do programa de transferência de renda emergencial instituído pelo governo federal em 2020.

O efeito disso pode ser exemplificado pelo caso de Belo Horizonte, Minas Gerais. Durante as medidas mais restritivas impostas pela prefeitura municipal no intuito de controlar a disseminação do vírus — contrariando as recomendações do presidente —, a população das áreas de maior vulnerabilidade sofreu os efeitos mais graves da Covid-19, apresentando maiores taxas de óbitos e internações (SALLES *et al.*, 2021). A precariedade das condições de habitabilidade e a alta densidade das habitações dificultam o distanciamento social e, hipoteticamente, podem aumentar o contágio e a propagação do vírus. Além disso, a falta de recursos para a aquisição de itens de higiene, como máscara de proteção e álcool em gel, também expõe os grupos mais vulneráveis às consequências mais graves da Covid-19. Além disso, há o permanente risco de despejo daqueles que, sem condições de arcar com a moradia, ocuparam terrenos ociosos ou edificações abandonadas. A falta de uma

31 STRUCK, Jean-Philip. Relatório da CPI expõe "estratégia macabra" de Bolsonaro. **DM**, 20 out. 2021. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/relat%C3%B3rio-da-cpi-exp%C3%B5e-estrat%C3%A9gia-macabra-de-bolsonaro-na-pandemia/a-59566825. Acesso em: 22 jun. 2022.

política metropolitana de enfrentamento da pandemia se soma aos inúmeros conflitos e às consequentes desarticulações entre as políticas (ou a falta delas) do governo federal. No caso de Belo Horizonte, ficou evidente o conflito entre o prefeito da capital, o presidente Bolsonaro e o governador do estado – apoiador do governo federal (Ibid., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da política urbana nacional, é possível afirmar que um novo ciclo foi instaurado no Brasil, nos anos 2000, com a criação de importantes órgãos institucionais que possibilitaram uma efetiva participação social nos âmbitos municipal, estadual e federal. Dessa forma, iniciou-se um novo modelo de gestão e, com isso, o desenvolvimento de inúmeros projetos de interesse social ancorados nas premissas do Estatuto da Cidade, lei federal de 2001 que regulamentou a política urbana constitucional fundamentada na função social da propriedade e no planejamento participativo.

Porém, o cenário pós-golpe parlamentar de 2016 evidenciou o desmonte do aparato social brasileiro, de modo geral, incluindo o campo das políticas urbanas. Os principais avanços realizados pelas administrações petistas anteriores, visando garantir, por exemplo, transporte e moradia digna a todos como direitos fundamentais, vêm sofrendo uma forte ruptura. Nos últimos anos foram extintos importantes órgãos de planejamento e participação social, como o MCID e o ConCidades; o programa MCMV; além do desmonte do PNMU. O Ministério da Cultura, datado de 1985, também foi extinto, e os conselhos da área, esvaziados. A legislação fundiária em vigor desde 2009 foi substituída por uma nova lei, que retoma a ideologia da propriedade privada como um direito sagrado e absoluto, excluindo os direitos adquiridos pela população mais vulnerável. A Lei das Águas, de 1997, corre um grande risco com a lógica privatista instaurada, que pretende transformar a água em ativo financeiro, excluindo os mais pobres do direito a esse bem público e inalienável.

Enfim, é evidente os efeitos desastrosos que a inflexão conservadora e neoliberal vem causando no campo habitacional, fundiário, de mobilidade urbana, saneamento etc. Precisamos debater e denunciar as consequências desastrosas das ações implementadas para frear o desmantelamento do Estado antes que seja tarde demais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.257. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Composição**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-das-cidades-concidades. Acesso em: 07 out. 2021.

MIRANDA, L. Introdução. *In:* MIRANDA, L. (org.). **As Metrópoles e a Covid-19**: dossiê nacional - volume II. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/01/Dossie-COVID_v2_comISBN.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

SALLES *et al.* Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). In: MIRANDA, L. (org.). **As Metrópoles e a Covid-19**: dossiê nacional - volume II. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/01/Dossie-COVID_v2_comISBN.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS JR. O.; DINIZ, T.; SAULE JR., N. (org.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf. Acesso em: Acesso em: 15 out. 2021. ■

Renata de Leorne Salles é arquiteta urbanista, doutoranda em Ciências Sociais e pesquisadora no INCT Observatório das Metrópoles/RMBH e no LabUrb/UFMG. *renatasalles2020@gmail.com*

Erick Vinicius Pereira Lopes

Alexandre Magno Alves Diniz

Pichações Metropolitanas

o comportamento espacial dos grupos de pichadores na RMBH-MG

Resumo

Este estudo trata da relação entre a pichação e o contexto geográfico metropolitano. Explora-se a presença de pichações, pichadores e grupos recorrentes em três importantes centralidades da RMBH-MG: Hipercentro de Belo Horizonte, bairro Eldorado, em Contagem, e bairro Esperança, em Ribeirão das Neves. O estudo está baseado no levantamento primário de informações, catalogação e mapeamento das pichações e assinaturas de grupos de pichadores encontrados nesses três espaços. Os resultados indicam que o comportamento espacial dos pichadores está estreitamente conectado ao contexto metropolitano, utilizando-se dos seus principais eixos viários de integração para espalhar as suas marcas e estabelecer a sua presença nas centralidades metropolitanas estudadas.

Geografia cultural | Territórios | Pichação | RMBH

Abstract

This study deals with the relationship between graffiti and the metropolitan geographic context. We explore the occurrence of graffiti, taggers and tagger groups in three important centralities of the RMBH: Hipercentro de Belo Horizonte, Eldorado neighborhood in Contagem and Esperança neighborhood in Ribeirão das Neves. The study is based on primary information gathering, cataloging and data mapping. The results show that the spatial behavior of the taggers is intimately connected to the metropolitan context, using its main integration road networks to spread their tags and establish their presence in the metropolitan centralities of reference.

Cultural geography | Territories | Graffiti | RMBH

INTRODUÇÃO

O processo de metropolização contemporâneo tem gerado profundas alterações na configuração espacial e na natureza das metrópoles brasileiras, além de estender a espaços cada vez mais distantes a sua trama de relações e significados, atraindo para os núcleos metropolitanos intensos fluxos de pessoas, mercadorias e informações (MOURA, 2013). Trata-se de processo complexo e dinâmico que, como sugere Davidovich (2001), abrange o entorno contíguo das metrópoles, definido pela acessibilidade e pela circulação. Como processo, a metropolização está intimamente relacionada à urbanização, mas não se reduz a ela, uma vez que é fruto de um conjunto de complexos processos socioeconômicos, políticos e culturais (DINIZ; ANDRADE, 2015). Portanto, essa deve ser entendida como uma metamorfose do processo de urbanização, responsável pela emergência de arranjos espaciais em contínua expansão e desconfiguração da cidade tradicional monocentral (MOURA, 2013; LENCIONI, 2020).

Ao se dispersar no espaço e alterar as estruturas pré-existentes, a "metropolização leva consigo hábitos e valores sociais que, até então, eram característicos do viver em metrópole" (LENCIONI, 2020, p. 175-176). Esse processo disruptivo reforça aglomerações descontínuas, dispersas e com contornos nem sempre discerníveis. Um dos atributos mais proeminentes do processo abarcado diz respeito à crescente interdependência funcional que se estabelece no espaço metropolitano, onde se intensificam os movimentos pendulares (MOURA, 2013).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) abarca um espaço complexo e dinâmico do qual o processo de metropolização segue inexoravelmente a marcha. Atualmente com 34 municípios marcados por diferentes realidades socioeconômicas e dinâmicas metropolitana (Mapa 1), a referida região possui uma área total de 9.471,7 km², com a estimativa da população total em 2020 de 5.392.436 habitantes e com o Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 180.535.516,86 em 2017 (IBGE, 2020).

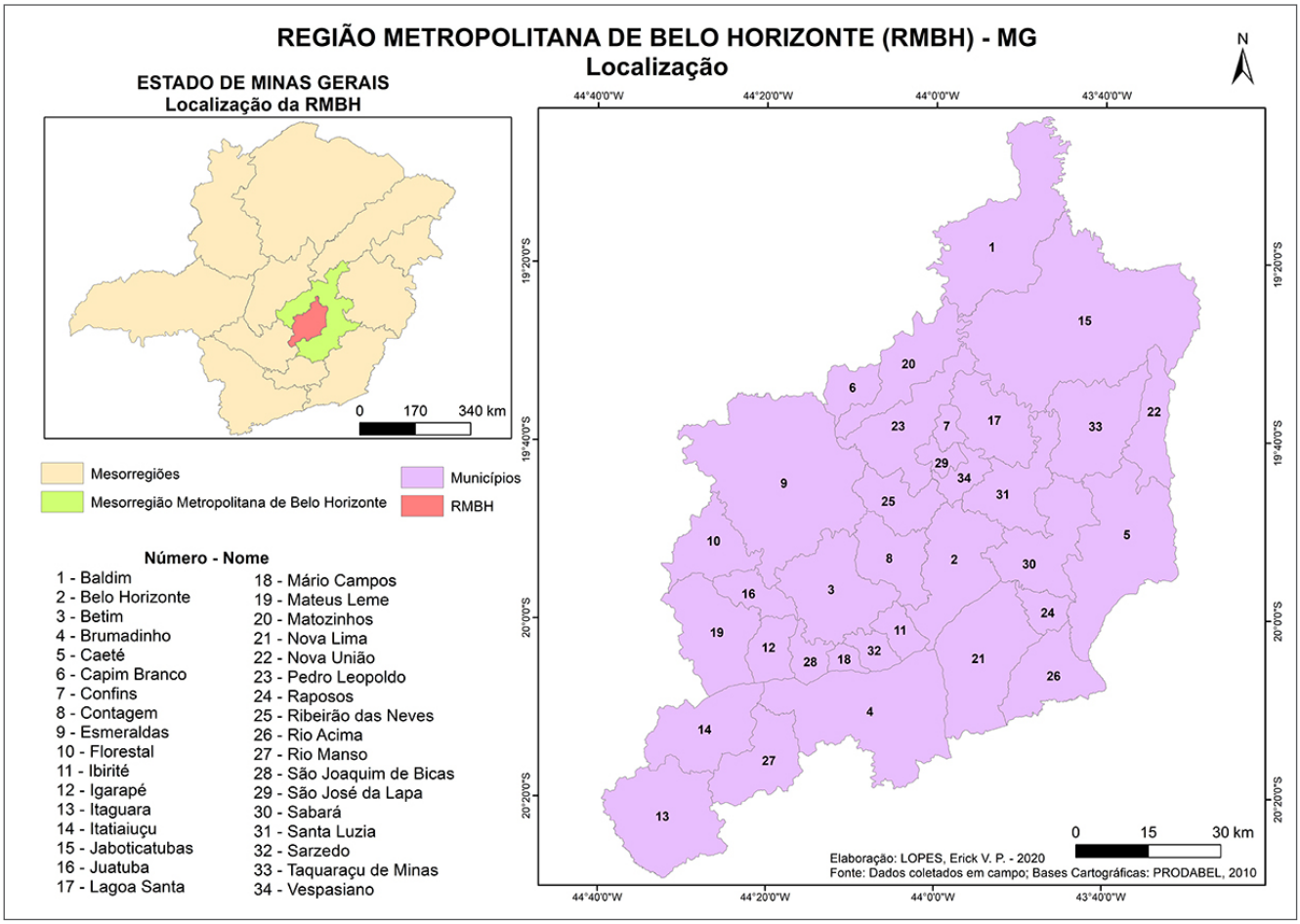
O processo de metropolização na RMBH iniciou-se na década de 1940, a partir do desenvolvimento do vetor de expansão na direção oeste, com a implantação da Cidade Industrial de Contagem (em 1946) e do prolongamento da Avenida Amazonas. Outro importante vetor se desenvolveu na direção norte, a partir do complexo turístico e de lazer da Pampulha, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1963 e do Estádio Mineirão em 1965, favorecido, ainda, pela construção da Avenida Presidente Antônio Carlos, em direção a Ribeirão das Neves (DINIZ; ANDRADE, 2015). Em função da antiguidade do processo de metropolização e da proximidade física com a metrópole Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves apresentam forte integração com a capital mineira.

Um dos grandes indicadores de integração dos municípios metropolitanos são os movimentos pendulares. No âmbito da RMBH, registrou-se, entre 1982 e 2010, uma intensificação desses fluxos, relacionada à ampliação da infraestrutura viária, ao crescimento populacional, à crescente integração entre núcleos urbanos, bem como à desconcentração de funções urbanas (Ibid.). Neste contexto, Belo Horizonte sobressai como o maior receptor dos movimentos pendulares, enquanto Contagem é a principal origem desses movimentos; e Ribeirão das Neves obtém o maior saldo negativo, tendo em vista a sua alta evasão e baixa atratividade.

Entre os fenômenos culturais mais evidentes das paisagens urbanas na RMBH figuram os grafismos urbanos, que são qualquer expressão considerada artística ou não, produzida geralmente manualmente com o intuito de passar-se mensagem e que possua como suporte a cidade (RAMOS, 1994). Entre esses, destacam-se as pichações, que representam demarcações simbólicas das paisagens urbanas, sob a forma de marcas, palavras, signos, cores, formas e desenhos no ambiente urbano. Essas marcas, por sua vez, além de fazerem parte da construção da notoriedade e distinção do pichador na subcultura da pichação, também representam uma forma de expressão e crítica aos valores sociais, grupos de poder e meios de produção hegemônicos (LOPES, 2020).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o comportamento espacial dos pichadores que operam em três das principais centralidades da RMBH (Hipercentro de Belo Horizonte, parte do bairro Eldorado, em Contagem, e parte do bairro Esperança, em Ribeirão das Neves), buscando evidências alternativas sobre o processo de metropolização.

A justificativa reside no fato de que, apesar da dimensão cultural ser parte intrínseca das relações intrametropolitanas e intermunicipais, ela tem sido negligenciada pela literatura. Os estudos sobre integração metropolitana são baseados em dados de pendularidade, centrados nos censos demográficos e nas pesquisas de origem e destino (O-D), ficando secundarizado nessas análises o modo como as pessoas circulam com a finalidade de recreação, lazer ou diversão. Este trabalho também é oportuno, porque o processo de metropolização faz com que os hábitos culturais e os valores urbanos típicos da metrópole se difundam pelo espaço metropolitano, chegando a áreas cada vez mais distantes. A identificação de gru-



Fonte: IBGE, 2010.

Mapa 1: Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais

pos de pichadores que operam em distintas centralidades é sugestiva do espraiamento dessas práticas pelo tecido metropolitano.

Para atender aos objetivos propostos, a metodologia baseou-se em conceitos e práticas associados à Geografia Cultural e Urbana, refletindo sobre os recortes espaciais definidos no Mapa 2.

O levantamento de dados e as subsequentes comparações em relação às pichações encontradas nas três áreas seguiram os procedimentos metodológicos estabelecidos por Diniz e outros (2015, 2017, 2019). Esses procedimentos são divididos em oito etapas: definição dos recortes espaciais; definição dos roteiros a serem seguidos durante os trabalhos de campo (os dados foram coletados em Belo Horizonte no ano de 2017 e, em Contagem e Ribeirão das Neves, em 2018); realização de registros fotográficos das pichações; utilização de um formulário de observação composto de 14 variáveis que orientaram o processo de catalogação e caracterização das pichações, das quais apenas três serão apresentadas neste trabalho: localização das pichações, se as pichações trazem ou não a identificação dos grupos de pichadores, e, em caso positivo, o nome do grupo.

Ao término do trabalho de campo, as informações foram incorporadas a uma planilha de dados alfanuméricos em ambiente IBM SPSS®; sendo que posteriormente foram realizadas análises estatísticas descritivas, incluindo a geração de frequências simples e medidas gráficas, que estão aqui apresentadas sob a forma de elementos gráficos elaborados a partir do Microsoft Excel®.

Os dados referentes às coordenadas geográficas foram importados em ambiente ArcGIS®; e, por fim, para identificar a principal área de atuação dos grupos, foram realizados mapas isopléticos com a técnica de Kernel (densidade de pontos). Esses mapas representam a distribuição espacial das densidades de pontos, demonstrando a concentração desses nas chamadas "ilhas de calor", onde as áreas com maior densidade têm cores mais fortes e vibrantes, enquanto as áreas com menor densidade são representadas por cores mais fracas e sutis. Tal constatação baseia-se no acúmulo de registros em localidades próximas, mostrando a tendência de ocupação dos pichadores, que não é aleatória. Tendo em vista a grande quantidade de grupos de pichadores operando nas três áreas de estudo, optou-

se por representar cartograficamente apenas os cinco grupos mais atuantes.

TERRITÓRIOS CULTURAIS GRÁFICOS DA CIDADE

A pichação é um fenômeno que nos acompanha desde o paleolítico (cerca de 40 mil anos atrás) e que apresenta evidências da sua presença em várias culturas e lugares ao longo do tempo, seja entre os egípcios, romanos, vikings e maias, seja entre os contraculturalistas e os adeptos da cena Hip-Hop no século XX (LOPES, 2020).

A pichação pode ser considerada uma forma de manifestação cultural, apresentando dimensão material (a escrita nas paredes e muros) e imaterial (envolvendo todo o jogo de poder, territorialização e territorialidades nela impregnados). Está presente quase que ubiquamente nos centros urbanos, trazendo grafias ilegíveis aos não iniciados na cultura da pichação, além de uma estética marginal, contestatória e avessa ao *mainstream*.

Em grande medida, os pichadores são indivíduos oriundos de áreas denominadas periféricas ou marginalizadas, marcadas pela exclusão e segregação sociais, que buscam por meio da pichação dar voz aos seus sentimentos e experiências no espaço urbano. Desta forma, a pichação representa uma forma de protesto contra a ordem vigente, que lhes nega uma série de direitos. Ao deixar as suas marcas nas paisagens urbanas, os pichadores buscam a maior visibilidade possível, fato que confere às centralidades metropolitanas, como os três recortes analisados neste estudo, grande relevância.

A compreensão do comportamento espacial dos pichadores não pode prescindir do aporte de alguns conceitos, tais como o de território e territorialidade. O território é um espaço de identidade cultural, de identificação e de pertencimento. Esse espaço é "defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado cuja força afetiva e simbólica é forte". Esses aspectos são caros ao processo de construção, manutenção e relações dos territórios (MEDEIROS, 2008, p. 218), encontrando forte conexão com o comportamento dos pichadores.

Segundo Raffestin (2009), esses processos ocorrem por meio de apropriações concretas ou simbólicas de determinado espaço. A partir disso, um grupo se sente pertencente ou parte de uma fração do território, uma vez que a paisagem ali presente é por ele ressignificada, quando sobre ela são impostas as marcas desse grupo. "As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios." (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, p. 10). Dando suas significações intrínsecas, modos de vivências e culturais às parcelas dos espaços.

Mas sem o substrato oferecido pelo espaço da cidade, essas relações seriam impensáveis. [...] O território não é feito de poeira cósmica, mas construído a partir do espaço constituindo-se resultado de uma apropriação concreta ou abstrata." Deste modo, "o espaço urbano é um organismo vivo e complexo, onde múltiplas dimensões se integram e se articulam estabelecendo formas, contornos, relações e vivências diversas. (DINIZ; FERREIRA; LACERDA, 2019, p. 87-88). A cidade é apropriada por diferentes grupos sociais constituindo-se "como fator de coesão e de integração das comunidades, dos grupos e dos espaços [...]", tendo-se "[...] uma relação espacialmente hierarquizada com os diferentes 'territórios' do urbano – sejam econômicos, políticos, culturais ou sociais." (BARRETO, 2010, p. 39).

Em função de atributos físicos (morfologia, geologia, hidrologia etc.) da infraestrutura instalada (equipamentos de transporte, eixos viários, entre outros), das funções urbanas presentes (comércio, serviços, administração pública e afins), certas cidades destacam-se na rede urbana, da mesma forma que internamente alguns setores da cidade também ganham proeminência, construindo-se centralidades urbanas. A condição de centralidade (característica eminente de toda metrópole) é tida como o lugar onde convergem fluxos de diversas naturezas e onde se encontram concentrados importantes equipamentos e funções urbanas, além de poder político e econômico (CASTELLS, 1999; BARRETO, 2010).

Nesse sentido, as metrópoles destacam-se em relação às centralidades, tanto material quanto simbólica, que exercem sobre o seu espaço interno e o seu entorno.

> [...] a formação das metrópoles decorre da intensificação do processo de urbanização e reflete o desenvolvimento de pelo menos um núcleo urbano (uma cidade nuclear), em torno do qual se desenvolvem outros núcleos urbanos a ele articulados, integrados e, finalmente, conurbados. (BALBIM *et al.*, 2011, p. 151).

Cabe ressaltar que a conurbação representa a "ação de reunir em um todo diversos núcleos e cidades pela unificação das suas malhas urbanas, respeitando uma hierarquia funcional [...]" (MEYER, 2000, p. 7). Uma das principais características da metrópole é sua habilidade de se fundir fisicamente com os centros urbanos ao seu redor, derivada do intenso magnetismo que ela exerce sobre o seu entorno. Por

sua vez, a conurbação encontra-se fortemente vinculada à metropolização e ao processo de formação de RMs.

> A metropolização consiste em um processo de integração de território a partir de uma cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilha um conjunto de funções de interesse comum. A metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade [...] que pode comandar um território maior do que o da cidade-núcleo e desempenhar papéis de comando e de poder importantes [...]. (BALBIM *et al.*, 2011, p. 152).

O processo é concebido em suas dimensões materiais e imateriais, sua centralidade e seu papel formador e fomentador de suas regiões. "Tudo aquilo que 'ganha corpo' na vida metropolitana exprime as relações estabelecidas em todas as suas esferas de vida social e produtiva, convertendo-se em expressão e não em reflexo dessas relações." (MEYER, 2000, p. 5). Dessa forma, as trocas e os fluxos têm natureza diversa, com destaque para as dimensões social, física, produtiva, econômica e cultural.

Porém, é importante destacar que no caso brasileiro existe uma nítida distinção entre o processo de metropolização e o estabelecimento de RMs, sendo o primeiro um processo natural e socioeconômico, enquanto o segundo é resultante de um processo político. No Brasil, "nem todas as regiões metropolitanas são de fato metropolitanas ou têm todos os seus municípios integrantes com características que permitem defini-los como metropolitanos." (FREITAS-FIRKOWSKI; BALASKI, 2018, p. 639). Tal fato ocorre porque, a partir de 1988, quando as RMs passaram a ser criadas e definidas pelos estados, várias unidades da federação criaram arbitrariamente RMs sem qualquer critério técnico, antecipando a possibilidade de auferir vantagens econômicas e benefícios fiscais.

Outro atributo das RMs que interessa ao presente artigo é o seu nível de integração interna, tradicionalmente mensurado empiricamente com base nos fluxos estabelecidos entre as suas partes integrantes, com destaque para a mobilidade pendular. Segundo Moura, Branco e Firkowski (2005), essa classe de deslocamentos representa a ida e vinda dos indivíduos entre os locais de residência e aqueles onde desempenham as suas atividades cotidianas, que, no caso de RMs, abarca relações intermunicipais próximas, por motivos diversos, como trabalho, estudo e lazer.

Assim, os espaços metropolitanos são marcados por intensos intercâmbios, inspirando a noção de "espaço de fluxos" de Castells (1999), que representa a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Santos (1979), por sua vez, concebe a presença de fixos (estruturas físicas, incluindo equipamentos urbanos e cidades, por exemplo) e fluxos (deslocamentos/movimentos estabelecidos entre os fixos) no âmbito do espaço geográfico. Dessa forma, além de apresentarem os "espaços de fluxos" (relações entre territórios), as RMs também apresentam "espaços de fixos", com a constante alteração e compartilhamentos de suas estruturas físicas.

Esses conceitos são importantes para a compreensão do comportamento espacial dos grupos de pichadores na RMBH em sua conexão com a metropolização, que passaremos a explorar na próxima seção.

GRUPOS DE PICHADORES E A INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

O fenômeno da pichação brasileira é marcado pela presença de indivíduos que picham de forma independente, em conexão com grupos ou bondes de pichadores, ou, ainda, de modo híbrido. Neste estudo, voltamos a atenção para a presença de grupos de pichadores que pendulam entre as três centralidades metropolitanas de referência, utilizando os principais eixos viários integradores da RMBH para ampliar o escopo espacial da sua atuação, juntamente com o número e a visibilidade de suas marcas coletivas.

São numerosos os grupos de pichadores que atuam na região, utilizando assinaturas e/ou símbolos específicos que os identificam e notabilizam na paisagem urbana. São organizados de modo informal, caldados em vínculos de amizade e solidariedade entre os adeptos da pichação, contando com números que variam de alguns poucos indivíduos até dezenas/centenas de pichadores. De modo geral, eles se originam em regiões ou bairros específicos da cidade, sendo fortes os vínculos de pertencimento entre os seus integrantes, que costumam encarar esses grupos como verdadeiras famílias.

O prestígio desses grupos está associado à sua maior ou menor presença no espaço urbano, e, sobretudo, pela capacidade de fazer-se notar em locais mais evidentes e/ou com maior grau de dificuldade, seja em função da vigilância, do aparato repressivo ou em função da acessibilidade física. Naturalmente, os grupos mais renomados são mais seletivos em relação aos seus integrantes, exigindo portfólios mais robustos dos seus adeptos.

As primeiras evidências da importância dos grupos de pichadores nas centralidades metropolitanas em questão podem ser encontradas no Gráfico 1.

Note-se que, do conjunto de pichações presentes nos três recortes estudados (5.319), aproximadamente a metade (48,5%) está acompanhada das assinaturas dos grupos. Existe certa equivalência nessa proporção nas três centralidades, com um ligeiro destaque para Belo Horizonte (49,3%), mas com números muito próximos em Contagem (47,6%) e Ribeirão das Neves (45,8%). Tal fato pode estar associado à hierarquia das centralidades, uma vez que pichadores e grupos de pichadores buscam sempre a maior visibilidade, notoriedade e ousadia possível para as suas marcas (CEARÁ; DALGALARRONDO, 2008), priorizando, tanto física quanto simbolicamente, Belo Horizonte (metrópole), Contagem (extensão do polo metropolitano) e Ribeirão das Neves (cidade-dormitório) (DINIZ; ANDRADE, 2015), nessa ordem.

Outra evidência para a relação entre o nível hierárquico das centralidades metropolitanas e a atuação dos pichadores está inequivocamente presente no Gráfico 2. Note-se que em Belo Horizonte foram encontrados 235 diferentes grupos de pichadores, contra 114 em Contagem e 44 em Ribeirão das Neves. Portanto, o hipercentro de Belo Horizonte, por contar com uma população flutuante diária de mais de um milhão de pessoas (Ibid.), constituindo-se a maior e a mais influente centralidade metropolitana, contabiliza 59,7% dos grupos catalogados nesta pesquisa. Contagem posiciona-se em segundo lugar (29%), tendo em vista sua característica de subcentro, com visibilidade menor, e Ribeirão das Neves, em última posição (11,3%), devido às maiores atividades residenciais.

Buscando explicitar o comportamento espacial dos pichadores e sua conexão com o processo de metropolização na RMBH, voltamos a atenção para os cinco grupos de pichadores mais expressivos que atuam de modo concomitante nas três áreas de estudo (Gráficos 3 e 4). Esses cinco grupos foram responsáveis por 387 pichações no total, com o primeiro grupo apresentando 42,8%; o segundo com 37,9%; o terceiro com 12,6%; o quarto com 3,4%; e o quinto com 3,3% das pichações encontradas nas três áreas. Chama a atenção o fato de que os cinco grupos de pichadores em questão têm a sua gênese relacionada a Belo Horizonte, sendo que os três primeiros grupos são grifes, ou seja, associações que congregam pichadores renomados e com amplo histórico e diverso portifólio de pichações na cidade, enquanto o quarto e quinto grupos constituem-se

Gráfico 1: Pichações com marcações de grupos nas áreas de estudo

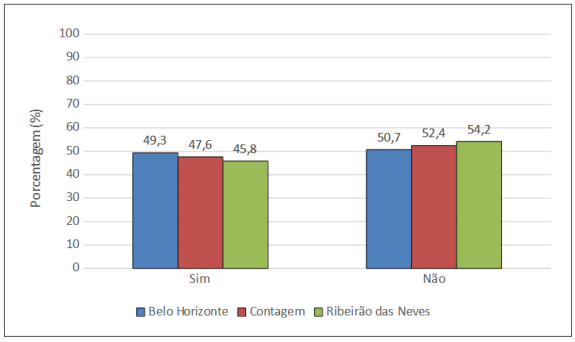
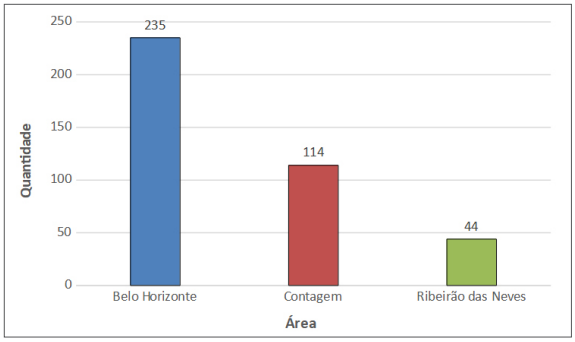


Gráfico 2: Quantidade de grupos encontrados nas áreas de estudo



Fonte: Dados da pesquisa, 2017, 2018.

Gráfico 3: Quantidade de pichações dos cinco grupos mais atuantes nas áreas de estudo

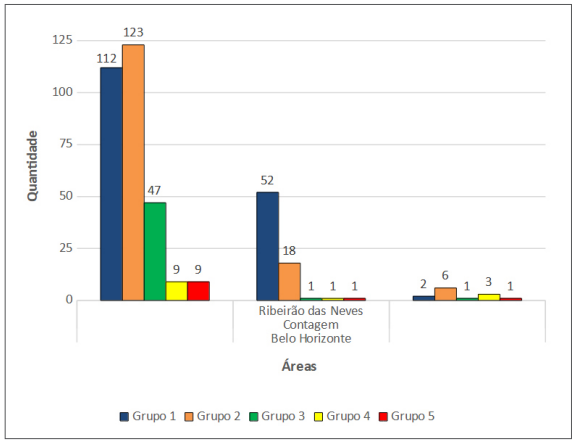
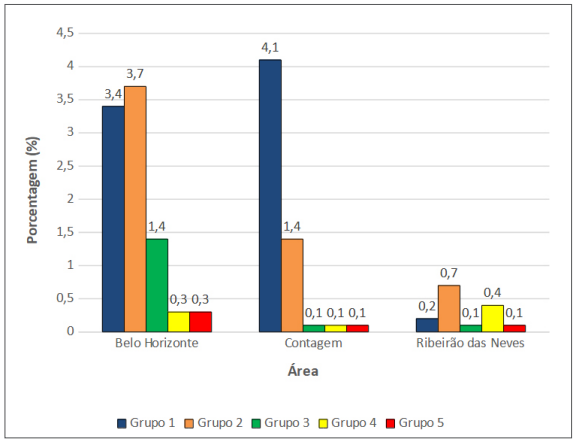


Gráfico 4: Porcentagem das pichações produzidas pelos cinco grupos mais atuantes nas áreas de estudo



Fonte: Dados da pesquisa, 2017, 2018.

agremiações de menor impacto.

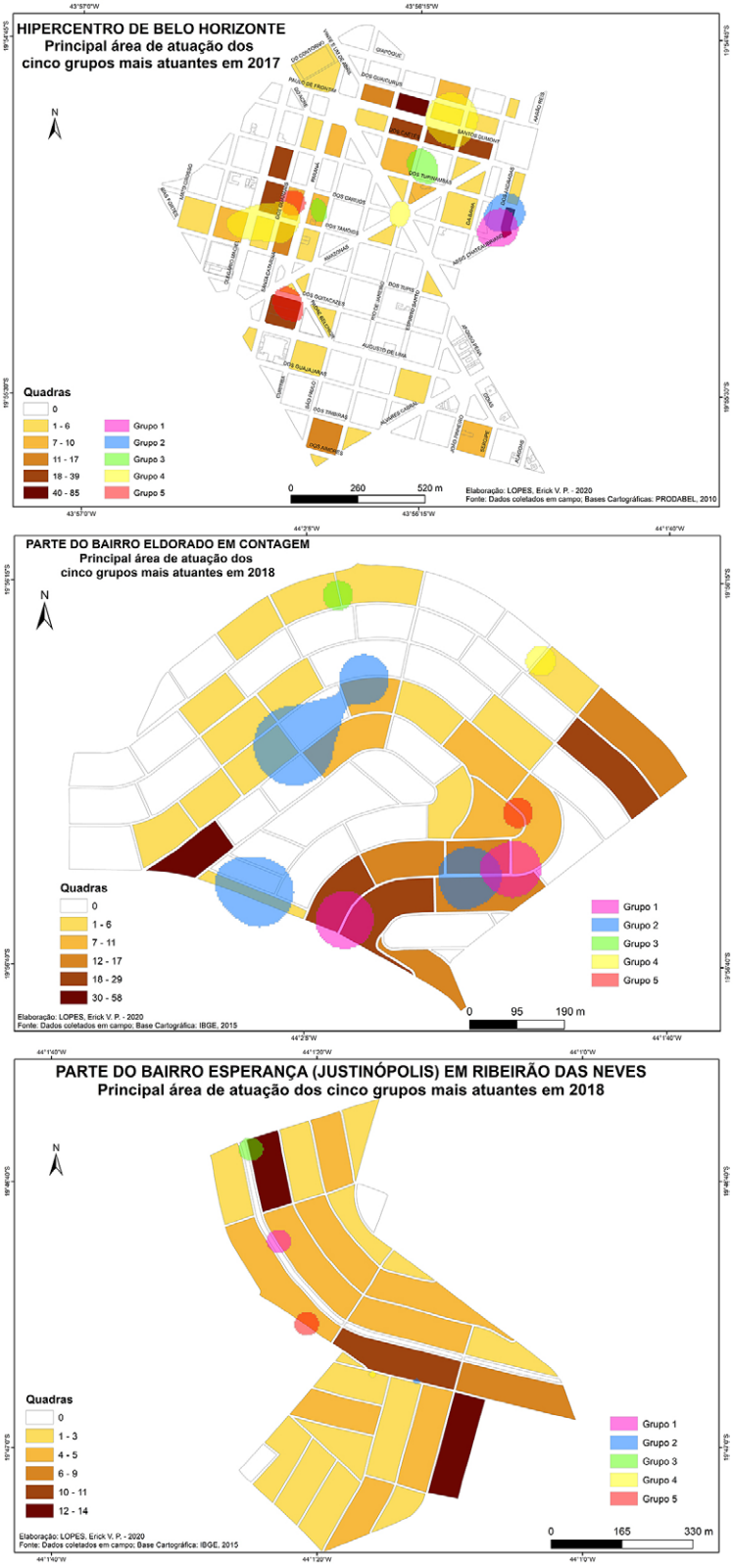
Pode-se ver uma intensa troca de relações, ao passo que os grupos se deslocam constantemente. Apesar de sua origem estar conectada a Belo Horizonte, esses grupos também deixam as suas marcas em Contagem e Ribeirão das Neves, que contam com maior integração e facilidade de acesso.

Analisando a distribuição espacial da atuação desses grupos (Mapa 3), destaca-se que, apesar de estarem engajados em constante disputa territorial e simbólica pela saturação das centralidades da RMBH, travando entre si uma guerra silenciosa (mas significativamente escrita), eles apresentam lógica espaço-territorial diversa, priorizando, nas três áreas estudadas, espaços específicos.

Essas escolhas espaciais estão associadas às áreas onde ocorre uma maior circulação de pessoas e veículos, principalmente de ônibus, e onde é forte a presença de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços. Por utilizarem, em grande medida, transporte público para se deslocar na RM, os pichadores reconhecem os principais eixos de circulação e articulação, utilizando as áreas adjacentes aos pontos de ônibus e estações de metrô, bem como os corredores de transporte como suporte para a sua demarcação. A ação dos pichadores, portanto, se apropria das conexões intrametropolitanas, reforçando-as com forte conteúdo simbólico.

Nota-se que a área de estudo localizada em Belo Horizonte apresenta diversas funções urbanas, tais como comercial, residencial, educacional, religiosa e administrativa. Dois grupos (grupos 1 e 2) têm sua maior atuação espacial no principal ponto de referência da cultura de rua da RMBH, no Viaduto Santa Tereza, conhecido popularmente como Santê (LOPES, 2020). Nas proximidades há equipamentos de lazer, como a Serraria Souza Pinto e o Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Já no quadrante nordeste/norte, há dois grupos (grupos 3 e 4) que atuam de forma mais evidente nas proximidades da interseção das Avenidas dos Andradas com a do Contorno e com o viaduto que faz a ligação do bairro Floresta com o Centro, local marcado pela intensa movimentação de pessoas e veículos. Também estão concentrados nas proximidades da Avenida Santos Dumont, passagem obrigatória da maioria dos *Bus Rapid Transit* (BRT), localmente denominado de "Move" (há três estações nessa Avenida), onde também se encontra intensa atividade comercial. Nessa área há, ainda, a presença de equipamentos culturais (Centro Cultural da UFMG) e administrativos (BH Resolve) importantes.

A oeste tem-se três grupos (grupos 2, 4 e 5), cuja atuação se concentra na Avenida Amazonas, por onde circulam diversas linhas de ônibus e transeuntes (intra e intermunicipais) e onde estão localizados diversos equipamentos comerciais, entre os quais se destaca o Mercado Central, importante comercial e culturalmente. Destaque-se, ainda, as pichações desses grupos localizadas ao longo dos principais corredores usados pelo Move: Rua Padre Belchior e Avenida Paraná (há quatro estações) e forte e variada atividade comercial.



Fonte: IBGE, 2010; PRODABEL, 2010; Dados coletados em campo, 2017, 2018.

Mapa 3: Principal área de atuação dos grupos de pichadores em Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves

Partindo do Hipercentro de Belo Horizonte, os principais eixos viários de acesso a Contagem são as Avenidas Amazonas, Dom Pedro II, Professor Clóvis Salgado, Xangri-lá, além da BR-040, BR-381 e da Via Expressa. Contagem também pode ser acessada por meio da Linha 1 do Metrô — Eldorado (Contagem) – Vilarinho (Belo Horizonte). No contexto e articulação metropolitanos, a estação de ônibus e metrô do Eldorado se destacam, pois ali convergem fluxos de passageiros oriundos ou destinados de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Juatuba, Mateus Leme, Mário Campos, Ribeirão das Neves, Rio Manso e São Joaquim de Bicas (todos esses municípios da RMBH).

No bairro Eldorado de Contagem também se encontra, principalmente, as funções residencial, comercial, administrativa, religiosa, educacional e de saúde. A principal área de atuação de dois grupos (grupos 1 e 2) coincide com as Ruas José Faria da Rocha e Delfim Moreira, que são passagem obrigatória para praticamente todos os ônibus e veículos que se originam ou se destinam à estação de ônibus e de metrô do Eldorado. A sudoeste, observa-se também a presença desses dois grupos, com destaque para a Avenida João César de Oliveira, por onde transitam grande número de linhas de ônibus e circulam todos os dias milhares de veículos e transeuntes. O bairro Eldorado representa uma das principais centralidades da RMBH, abrigando grandes equipamentos comerciais, como o Big Shopping, além de unidades de saúde, como a Unidade de Pronto Atendimento Juscelino Kubitschek (UPA JK), equipamentos de administração, como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e o Cartório Eleitoral de Contagem, entre outros.

O que desperta a atenção e sai do padrão são os grupos que operam a leste (grupo 5), nordeste (grupo 4), norte (grupo 3) e centro-oeste (grupo 2) da região, sendo áreas distantes das centralidades urbanas, caracterizadas como zonas residenciais, onde é baixa a movimentação de pessoas e veículos. Duas hipóteses podem ser aventadas para explicar esse padrão espacial não usual das porções leste e centro-oeste: algum integrante ou amigo do grupo ali reside ou trabalha (por estar localizado em pequenos galpões de indústrias e mecânicas, mas que, apesar disso, a movimentação e visibilidade é diminuída), representando as pichações um gesto de cortesia, sinal de amizade e reconhecimento; ou por ali viver um indivíduo que está em conflito com o grupo, sendo que as marcações ali impostas são uma provocação. Nas porções norte e nordeste, a presença de grupos está relacionada à proximidade com a estação de ônibus e de metrô do Eldorado, possivelmente por ter sido utilizada pelos integrantes dos grupos, mas também por sua visibilidade, além de que nessa porção existe alguns comércios (principalmente de cunho alimentício).

Partindo do Hipercentro de Belo Horizonte, as principais vias de acesso a Ribeirão das Neves são a Avenida Presidente Antônio Carlos, Cristiano Machado, Vilarinho e as Ruas Maria Gertrudes Santos, Maria Lourdes da Cruz e Padre Pedro Pinto. A estação de ônibus e metrô da Vilarinho ganha destaque, pois é utilizada para se chegar até Ribeirão das Neves. Ali convergem fluxos de passageiros originados ou destinados a Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano (todos esses municípios da RMBH).

Partindo do Eldorado em Contagem, as principais vias de acesso até Ribeirão das Neves são as rodovias BR-040, MG-432, MG-808 e a Rua Cerro Azul. A estação de ônibus e metrô do Eldorado tem seu destaque, como mencionado anteriormente. Em Ribeirão das Neves, há na área de estudo uma importante centralidade, com relativa concentração de equipamentos residenciais, comerciais, religiosos e educacionais. Ali, os grupos de pichadores estão dispersos e aparentam ter pouco contato entre si, provavelmente devido à distância percorrida por eles para chegar até a área. Porém, nota-se que eles procuram demonstrar sua influência e onipresença. Todos os grupos concentram a sua atuação nos principais eixos viários da área, sendo as Avenidas Canadá (grupo 1) e Tancredo de Almeida Neves (grupos 2 e 4), e as Ruas Wembley (grupo 3) e a México (grupo 5) os principais pontos, contando com intensos fluxos de ônibus, veículos, transeuntes e presença de comércios variados. Tem-se, ainda, os equipamentos educacionais, como a Escola Estadual José Joaquim Lages e comerciais, como diversas lojas automotivas.

Portanto, apesar das especificidades locais, os cinco principais grupos de pichadores atuantes nas três centralidades metropolitanas analisadas constroem os seus territórios e territorialidades em áreas marcadas pelo fácil acesso e grande circulação de pessoas, com destaque para os principais eixos de integração metropolitana. Nesse complexo e dinâmico "espaço de fluxos" (CASTELLS, 1999), os pichadores circulam pelo espaço deixando as suas marcas nos "fixos" (SANTOS, 1979) mais atraentes, seja por sua visibilidade ou simbolismo, em busca de notoriedade e distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metropolização contemporânea tem concentrado riqueza e poder nas metrópoles, ampliando os limites de sua área de influência. Na esteira desse processo,

observa-se a intensificação das conurbações, quando a metrópole lança os seus tentáculos ao longo dos grandes eixos viários, integrando espaços descontínuos e cada vez mais heterogêneos, trazendo para a sua área de influência direta múltiplas centralidades e espaços rurais. A vitalidade desse sistema depende da intensidade e capilaridade do seu sistema de circulação, onde fluxos materiais (pessoas, mercadorias etc.) e imateriais (informação, energia etc.) garantem não apenas a interatividade, mas, sobretudo, a interconectividade e a interdependência dos lugares. À medida que a metropolização promove a integração espacial, ela também leva aos espaços metropolizados a homogeneização de hábitos culturais e valores urbanos típicos da metrópole.

O exame do comportamento espacial de grupos de pichadores na RMBH ilustra esses processos, lançando luzes sobre a sua metropolização. Originalmente associado aos grandes centros urbanos brasileiros, a prática da pichação vem percolando a hierarquia urbana e utilizando os canais de metropolização para se difundir no espaço. Antes prática restrita ao Hipercentro de Belo Horizonte e a alguns bairros periféricos, hoje a pichação está presente em toda a RM, incluindo alguns espaços rurais.

Os resultados deste estudo revelam como alguns grupos de pichadores vinculados a bairros de Belo Horizonte espalham as suas marcas em três das principais centralidades da RMBH. Mas, além disso, os resultados demonstram a existência de grupos locais originados nos municípios de Contagem e Ribeirão das Neves (que não foram aqui destacados), confirmando os pressupostos teóricos sobre a homogeneização de hábitos e práticas metropolitanos. Além disto, demostram que estão mais presentes na metrópole, mas que, pela facilidade de deslocamento e visibilidade, se encontram fortemente em Contagem e que, pelos mesmos motivos, mas de forma negativa, em menor quantidade em Ribeirão das Neves.

Afinal, os pichadores, assim como os demais cidadãos metropolitanos, transitam livremente entre os territórios municipais, ignorando os seus limites territoriais e as jurisdições espaciais das autoridades. Portanto, esses utilizam da metropolização e da conurbação, utilizando dos canais de comunicação, principalmente os percorridos pelos transportes públicos e transeuntes.

Por fim, gostaríamos de sugerir que a pichação pode vir a ser um indicador alternativo de mensuração do nível de integração municipal, intra e intermunicipal e intrametropolitana, extrapolando os dados de mobilidade presentes nos censos demográficos e nas pesquisas de O-D, tradicionalmente utilizados em estudos sobre metropolização, RMs, pendularidade e integração. A identificação das marcas deixadas por um mesmo conjunto de pichadores em diferentes centralidades e ao longo de diferentes corredores de integração metropolitana tem o potencial de lançar luzes sobre o processo de metropolização, fato a ser confirmado e aprofundado em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBIM, Renato; BECKER, Maria Fernanda; COSTA, Marco Aurélio; MATTEO, Miguel. Desafios contemporâneos na gestão das cidades metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 149-176, jan./jun., 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277261523_Desafios_contemporaneos_na_gestao_das_regioes_metropolitanas. Acesso em: 5 nov. 2021.

BARRETO, Rogério. O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia** - FLUP, 2010. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8280.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEARÁ, Alex; DALGALARRONDO, Paulo. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. **Psicologia USP**, v. 19, n. 3, 2008.

DAVIDOVICH, Fany. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, n. 06, p. 67-77, 2001.

DINIZ, Alexandre Magno; ANDRADE, Luciana. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre (ed.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC - Minas, 2015.

DINIZ, Alexandre; FERREIRA, Rodrigo; ALCÂNTARA, Sérgio. Pichação, paisagem e território no hipercentro de Belo Horizonte. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 85-103, 2015. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2015v22n30p84. Acesso em: 6 nov. 2019.

DINIZ, Alexandre; FERREIRA, Rodrigo; LACERDA, Angélica. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno**

de Geografia, v. 27, n. 50, p. 589-616, 2017. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p589. Acesso em: 6 nov. 2019.

DINIZ, Alexandre; FERREIRA, Rodrigo; LACERDA, Angélica. Territórios Verticais Grafismos Urbanos no hipercentro de Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, 2019. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45174. Acesso em: 6 nov. 2019.

FREITAS-FIRKOWSKI, Olga Lúcia; BALISKI, Patricia. Os sentidos da metrópole: balanço conceitual com base nas publicações dos Cadernos Metrópole. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 625-647, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-99962018000300625&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 5 nov. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população das Regiões Metropolitanas em 2020**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 6 nov. 2019.

LENCIONI, Sandra. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

LOPES, Erick. **A Metropolização da Pixação**: evidências de Contagem e Ribeirão das Neves. 2020. Monografia (Graduação em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000076/000076e4.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria. Território, Espaço de Identidade. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular UNESP, 2008.

MEYER, Regina Maria. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000400002. Acesso em: 5 nov. 2019.

MOURA, Rosa. Configurações espaciais da metropolização brasileira. **E-Metropolis**, v. 4, p. 29-39, 2013.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa; FIRKOWSKI, Olga Lucia. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez. 2005. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/2962/50370fd747fcc1910072afe9447ad27452df.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAMOS, Celia. Maria. **Grafite, pichação & cia**. São Paulo: Annablume, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, 2009. Disponível em: http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf. Acesso em: 8 nov. 2019. ■

Erick Vinicius Pereira Lopes é geógrafo (licenciado e bacharel) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas. *erick.viniciuspl@gmail.com*

Alexandre Magno Alves Diniz é doutor em Geografia pela *Arizona State University* (Canadá), professor adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da PUC Minas e pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo RMBH. *alexandremadiniz@gmail.com*

Maria Fernanda Fontenele
Hipólita Siqueira

Renda Básica e inclusão financeira em tempos de crise

o caso da moeda social digital em Maricá-RJ

Resumo

Com a eclosão da pandemia da Covid-19, as medidas governamentais de enfrentamento de seus impactos socioeconômicos centraram-se na concessão de auxílios financeiros ao precariado e à população mais vulnerável. Esse movimento fez reacender o debate sobre a necessidade de implementação de uma renda básica universal. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar o percurso da renda básica no Brasil e como as moedas sociais podem auxiliar nesse processo de inclusão financeira, principalmente em tempos de crise. A partir de estudo bibliográfico, buscou-se refletir sobre o modelo de transferência de renda através da iniciativa da moeda social digital, Mumbuca, em Maricá-RJ.

Renda básica universal | Inclusão financeira | Moeda social digital | Maricá-RJ

Abstract

With the outbreak of Covid-19 pandemic, the governmental measures to handle its socioeconomic impacts have centered on financial help for basic needs. This movement has reignited the debate on the need for a universal basic income. In this sense, this article aims to analyse the basic income path in Brazil and how social currencies can help the financial inclusion process, mainly in times of crisis. Based on bibliographic research, we reflected on the income transfer model through the digital social currency initiative, Mumbuca, in Maricá-RJ.

Universal basic income | Financial inclusion | Digital social currency | Maricá-RJ

INTRODUÇÃO

No contexto de crise da pandemia da Covid-19, países governados por lideranças de distintos vieses políticos implementaram medidas de apoio financeiro à população mais vulnerável e desempregada e, com isso, reacendeu-se o debate sobre a importância da implementação da Renda Básica Universal (RBU). Em 2020, foi possível observar que a implementação de uma renda básica emergencial por governos centrais e subnacionais foi uma das principais medidas de enfrentamento dos impactos socioeconômicos da pandemia (CARDOSO, J., 2020).

No Brasil, a crise atingiu principalmente a população inserida na informalidade. Tendo em vista o aumento do desemprego, foi concedido o Auxílio Emergencial, viabilizado pela Lei nº 13.982/2020, que dispunha de um valor de R$ 600, durante três meses, para os beneficiários que se adequassem aos pré-requisitos estabelecidos. O benefício foi estendido por mais dois meses, mantido o valor original, incluído pelo Decreto nº 10.412/2020. Posteriormente, ainda no mesmo ano, o benefício teve seu valor reduzido para R$ 300, sendo prorrogado até o fim do exercício fiscal pela Medida Provisória (MP) nº 1.000/2020. A renovação do Auxílio Emergencial deu-se através da MP nº 1.039/2021, mas com as limitações da redução de valor do benefício e a impossibilidade de inscrição de novos beneficiários ao programa.

Cabe destacar que, em novembro de 2021, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Auxílio Emergencial foram extintos, sendo substituídos por um novo programa denominado Auxílio Brasil. Com o novo valor de R$ 400, o benefício foi permeado por várias incertezas políticas. A fila de espera para recebê-lo, em janeiro de 2022, era de cerca de 434 mil famílias, o que representa uma queda de 86,4% quando se compara à fila de espera do PBF no mês de sua extinção (CAVALINNI, 2022). Ressalta-se ainda que essa diminuição foi resultado da inclusão de beneficiários ao cadastro do antigo PBF, cujo público-alvo passou de 14,6 milhões de famílias para mais de 17 milhões atendidas pelo novo programa (BRASIL, 2021).

Antes de ser implementado, o Auxílio Emergencial teve diferentes perspectivas confrontadas pelos poderes Executivo e Legislativo quanto ao valor a ser pago. Após ter sido proposto o valor de R$ 200, frentes parlamentares favoráveis ao aumento do Auxílio Emergencial impulsionaram a tramitação do projeto à quantia de R$ 500. O valor final do Auxílio Emergencial foi definido em R$ 600, uma aposta política do governo federal de "esvaziar o discurso de vitória dos parlamentares" e apropriar-se do programa emergencial para aumentar os níveis de popularidade do presidente[1] (ROUBICEK, 2020).

Ao operacionalizar o programa, o governo federal reaproveitou arranjos preexistentes, como o Cadastro Único (CadÚnico), que, combinado às tecnologias de informação, buscou facilitar a inscrição e acesso ao benefício, tal como requerimentos on-line e a criação de uma "Poupança Social Digital". O CadÚnico, sistema que reúne informações sobre as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza no Brasil, atuou como um validador de parâmetros, autenticando a operacionalização do Auxílio Emergencial para que o benefício chegasse ao beneficiário final (CARDOSO, B., 2020).

O cadastro pode ser realizado por meio dos municípios em visitas domiciliares ou por meio de autodeclaração em um dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), visando atender aos critérios estabelecidos por lei (CAIXA, 2020). Apesar dessa articulação entre mecanismos governamentais e produtos tecnológicos, o déficit de inclusão digital, seja financeira, seja informacional, foi um dos grandes entraves à plena funcionalização do Auxílio Emergencial.

O resultado final não ocorreu como o esperado. Mesmo que a previsão de inclusão do público-alvo fosse abrangente, desde o trabalhador formal ativo até a mãe adolescente, muitos cidadãos não tiveram acesso ao benefício, ora por rejeição dos dados, ora por falta de acesso ao sistema financeiro (GONZALEZ *et al.*, 2020). Além disso, vários casos de fraude têm sido denunciados pela mídia.

Com base nessas considerações, o presente artigo tem por objetivo analisar o percurso da RBU no Brasil e como as moedas sociais podem auxiliar nesse processo de inclusão financeira, principalmente em tempos de crise. Desse modo, têm-se como ilustração o caso da moeda Mumbuca e o Programa de Renda Básica da Cidadania de Maricá, município com população estimada de cerca de 167 mil habitantes (IBGE) e integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nos interessam as seguintes questões: quais são as principais linhas do debate sobre a RBU e suas bases legais no Brasil? Como o caso da moeda social de Maricá ajuda a compreender a importância da inclusão financeira e digital para este debate?

1 Cabe destacar aqui o desdém do presidente em relação à pandemia e sua resistência às medidas de contenção do espraiamento do vírus, bem como sua estratégia de imunização pelo contágio às custas de milhares de vidas.

O DEBATE SOBRE RENDA BÁSICA UNIVERSAL

A proposta sobre uma Renda Básica Universal (RBU) surgiu no século XX. A ideia de renda mínima pode ser definida pelas palavras de seu precursor, Philippe Van Parijs, como "uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho" (VAN PARIJS, 2000). Van Parijs defende que a população não deixaria de trabalhar para ter esse direito de cidadania universal, mas sim teria mais incentivos para procurar empregos de boa qualidade.

Do mesmo modo, Guy Standing (2013) defende a importância da RBU contra a formação de uma classe cada vez mais numerosa do "precariado"[2], que, para sobreviver, se submete a uma instabilidade no mercado de trabalho e insegurança de renda.

Nesse debate, foram elaborados alguns conceitos norteadores para a RBU a partir da sua incondicionalidade. A RBU poderia ter, portanto, incondicionalidade forte, ou seja, fornecida a todos, sem quaisquer distinções; incondicionalidade débil, associada a um imposto de renda negativo, para aqueles que não dispõem do mínimo para viver dignamente; ou ainda poderia ser do tipo *workfare*, em que a concessão do benefício é condicionada ao trabalho (DINIZ, 2007). Diversos países, tais como a Dinamarca, Alemanha, Irlanda e França, definiram núcleos comuns às suas RBU: o princípio da universalidade, demanda por parte do próprio interessado, prerrogativas e contrapartidas e valor baseado nas demais contribuições sociais existentes.

No Brasil, desde a década de 1990, o ex-senador Eduardo Suplicy (PT) vem defendendo os benefícios de se adotar um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). O primeiro deles seria a redução da burocracia de inscrição e verificação dos beneficiários, situação que, como veremos a seguir, apresentou complicações na implementação do Auxílio Emergencial no contexto pandêmico. A abrangência seria total, tendo em vista que a população não enfrentaria requisitos ou critérios eliminatórios. Outro ponto importante apontado por Suplicy é a eliminação do estigma de se receber uma renda governamental. Como também veremos a seguir, com o avanço tecnológico e o acesso cada vez maior da população aos meios de comunicação, os custos de manutenção e operação dos programas de transferência de renda podem ser minimizados. O último benefício apontado pelo referido ex-senador é o alcance da dignidade humana e da justiça social, concedendo ao beneficiário a garantia de uma renda básica mensal.

Atualmente, a literatura reconhece que apenas uma localidade conseguiu promover uma renda mínima garantida aos seus cidadãos: o estado do Alasca, nos Estados Unidos. Na década de 1970, foi aprovada a criação de um fundo para investimento de 50% dos royalties da exploração de petróleo. Como aponta Suplicy (2003), os proventos do fundo eram reinvestidos em títulos nacionais e em ações, com um sistema de dividendos baseado em pagamentos igualitários aos seus cidadãos, produzindo um crescimento econômico local significativo.

Com o intuito de garantir uma renda mínima aos cidadãos, de maneira a combater os níveis de desemprego e estimular o desenvolvimento econômico e social do país, segundo Suplicy e Dallari (2020), o Brasil foi o primeiro país no mundo a aprovar uma lei para instituir uma Renda Básica da Cidadania.

LEGISLAÇÃO E REPERCUSSÕES EMPÍRICAS NO BRASIL

Em 1992, o então senador Eduardo Suplicy elaborou o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), baseado na lógica de pagamentos a partir de um Imposto de Renda Negativo, que teria uma implantação gradual, ao longo de sete anos, para pessoas acima de 25 anos. O PGRM, que não foi aprovado pelo Congresso, teria uma base de cálculo específica, e o seu financiamento dar-se-ia por parte da União, não excedendo 3,5% do PIB, enquanto fossem desativadas as políticas compensatórias então vigentes (DINIZ, 2007).

Alguns anos depois, em 1995, o Deputado Nelson Marchezan (PSDB) elaborou um projeto que vinculava a transferência de renda à frequência escolar dos dependentes maiores de 7 anos, enquanto impunha a condição extra de que o chefe da unidade familiar deveria frequentar cursos de capacitação profissional, independentemente de sua empregabilidade. O financiamento do projeto seria dividido, proporcionalmente, entre a União e os municípios e teria uma vigência de 10 anos, com avaliações anuais (DINIZ, 2007).

O projeto foi transformado na Lei nº 9.533/1997, após ajustes pelo relator, na qual somente os municípios cuja implementação de políticas de transferên-

2 Composta por um neologismo entre os termos precário e proletariado, a nova classe surgiu em decorrência das medidas neoliberais de flexibilização no mercado de trabalho, ainda na década de 1980. Para Standing (2013), essa "classe-em-formação" poderia ser representada pelos empregos temporários ou de meio período e pelos autônomos, que se encontram acima dos indivíduos marginalizados e desempregados.

cia de renda não pudesse ser integralmente custeada pelos orçamentos locais poderiam ganhar o incentivo financeiro. Além disso, o público-alvo foi delimitado apenas por famílias que recebessem menos do que meio salário mínimo. Diniz (2007) aponta que o caráter autorizativo do programa poderia ser um entrave ao combate à pobreza e à marginalidade social, mas que a aproximação da escala municipal seria um fator positivo na fiscalização e na modelagem do programa.

No primeiro governo Lula (2003-2006), a aprovação do Programa Bolsa Família, consolidado pela Lei nº 10.836/2004, unificou a existência de alguns programas pré-existentes, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. A estipulação do benefício seria dada pelo caráter básico ou variável, de acordo com os dependentes infanto-juvenis da unidade familiar, além de condicionar o pagamento ao cumprimento de medidas relacionadas à saúde e à educação dos menores de idade. Segundo Souza *et al.*, "a coexistência desses quatro programas gerou complexidade e ineficiência, com vários registros administrativos e regras de elegibilidade, o que prejudicava inclusive a focalização dos benefícios" (2019, p. 8).

Ainda no mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 10.385/2004, que estipulava o Programa de Renda Básica da Cidadania (PRBC), também proposto por Eduardo Suplicy, que tinha como intuito o pagamento de um benefício igual a todos os cidadãos, que fosse suficiente para o atendimento das necessidades básicas. O Programa seria implementado por etapas, e o valor seria definido pelo Poder Executivo, de tal maneira a não desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) (DINIZ, 2007).

O PBF poderia ser considerado a primeira etapa do macro Programa de Renda Básica da Cidadania, mas, após quase duas décadas do início de sua operacionalização, o programa manteve suas condicionalidades e seu público-alvo, revendo apenas ajustes no cálculo de base monetária. A falta de uma legislação específica, detalhando como essa transição e ampliação das condicionalidades para o alcance de sua universalização deveria ser feita, é um dos entraves atuais para o avanço dessa questão no país, uma vez que a base legal já está estabelecida.

Dessa forma, apesar de uma ampla focalização, devido aos critérios de elegibilidade serem voláteis, não é possível estimar com precisão qual é a taxa de cobertura do benefício. Ainda, considerando que um dos condicionantes para manutenção do benefício é a frequência escolar, alguns críticos do programa contestam que não só as crianças e adolescentes deveriam frequentar a escola, mas também os adultos para que pudessem se profissionalizar e/ou continuar os estudos básicos.

No entanto, além da unificação inicial de programas, é possível considerar que um dos pontos positivos do programa é o seu baixo custo, em termos orçamentários, representado pelas transferências do benefício. Ademais, Souza *et al.* (2019) consideram que o PBF é um programa de transferência de renda que segue o padrão de programas implementados em países desenvolvidos, usando a renda autodeclarada do beneficiário, e não a amostra de domicílios, tornando mais concreta sua implementação.

Além do custo baixo, o PBF também ajudou cerca de 3,4 milhões de pessoas a saírem da situação de pobreza extrema, somente no ano de 2017. Aliás, o benefício possibilitou que a cada R$ 1,00 pago, 80% a mais fosse reinvestido na economia, ajudando a diminuir em 10% o índice de desigualdade no país, durante toda sua vigência (NAIME, 2021).

Cabe ressaltar, contudo, a diferença entre um programa social que busca a universalização, levando em conta o princípio da igualdade, e outro que procura estabelecer uma focalização, isto é, busca atender ao princípio da equidade. Programas como o de Renda Mínima de Cidadania utilizam do mesmo tratamento para todos os beneficiários, ou seja, independentemente da classe que o beneficiário se encontra, ele receberá o mesmo valor que os demais. Por outro lado, programas como o PBF, ou seja, focalizadores, delimitam um grupo de potenciais beneficiários e buscam aplicar suas políticas de maneira a adequá-las à situação concreta de desigualdade socioeconômica da população. Desse modo, por exemplo, os beneficiários em situação de extrema pobreza recebem um benefício fixo, além de um variável de acordo com a presença de crianças e adolescentes em seu núcleo familiar, ao passo que beneficiários em situação de pobreza recebem apenas o benefício variável.

No entanto, após 18 anos de existência exitosa e de reconhecimento internacional, o PBF, símbolo das gestões nacionais do PT, foi extinto pela MP 1061 em novembro de 2021, sendo substituído por um novo programa, o Auxílio Brasil.

O Quadro 1 sintetiza os principais programas de transferência de renda condicionada e discricionária implementados no Brasil.

Reitera-se, aqui, portanto, que todos os programas ilustrados acima foram constituídos a partir do financiamento do Poder Executivo Federal e que quatro deles constam como inativos ou descontinuados. Além disso, é importante ressaltar a diferença entre um programa social que busca a universalização, levando em conta o princípio da igualdade,

Quadro 1: Programas de transferência de renda no Brasil

PROGRAMA	LEGISLAÇÃO	BENEFÍCIO*	PÚBLICO-ALVO
Salário Família	Lei 4.266/63 EC 20/98	R$ 51,27/filho	Trabalhadores de baixa renda
Imposto de Renda Negativo	PL 2.561/92	Equivalente a 30% da diferença entre o rendimento real e o mínimo estabelecido	Maiores de 25 anos com renda menor a 45 mil cruzeiros
Renda Familiar Mínima	PL 667/95 LO 9.533/97	R$ 30/mês	Famílias com rendimento per capita até ½ salário mínimo
Bolsa Escola	Lei 9.533/97	R$ 15/mês por filho	Famílias com renda abaixo de meio salário per capita.
Bolsa Alimentação	Decreto 3.934/01	R$ 15/mês	Gestantes, Lactantes ou mães portadoras de HIV de famílias com renda abaixo de meio salário mínimo.
Bolsa Renda	Lei 10458/02	R$ 30/mês	Famílias rurais atingidas por períodos de calamidade pública.
Renda Básica de Cidadania	Lei 10835/04	Valor a ser definido pelo Poder Executivo, respeitando a LCP 101/00	Todos os brasileiros e estrangeiros residentes há no mínimo cinco anos no país.
Bolsa Família	Lei 10836/04 Decreto 5209/04	Benefício Básico: R$ 89/mês Benefício Variável: R$ 41/mês	Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Fonte: Elaboração própria com base em SUPLICY (2003) e DINIZ (2007).

*Alguns dos valores estão atualizados com base nas diretrizes e correções em 2021, mas alguns projetos, por não terem sido continuados, estão com seus valores descritos conforme o previsto na legislação publicada.

como o proposto pelo Programa de Renda Básica de Cidadania, e outro que procura estabelecer uma focalização, isto é, busca atender ao princípio da equidade, como no caso do PBF. Nesse último, o modelo muitas vezes associa o pagamento do benefício à existência de um membro infanto-juvenil ou pessoa com deficiência no núcleo familiar, além de vincular a prerrogativas de saúde e educação.

Apesar de considerado um avanço para o modelo social-democrata de transferência de renda, o PBF, extinto oficialmente pela Lei nº 14.284/2021, foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, projeto do presidente Jair Bolsonaro. Em seu artigo 1º, parágrafo único, o novo programa é apresentado como "uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004." (BRASIL, 2021).

A lógica de um programa de governo de transferência de renda que subsidie universalmente um valor mínimo para assegurar a dignidade humana parece ainda uma meta distante a ser alcançada. No entanto, em algumas localidades, projetos complementares vêm sendo desenvolvidos, como a experiência em Maricá, município do Rio de Janeiro, cuja transferência de renda via moeda social tem alcançado cada vez mais beneficiários.

A TRANSFERÊNCIA DE RENDA VIA MOEDA SOCIAL E BANCO COMUNITÁRIO: EXPERIÊNCIA EM MARICÁ/RJ

O primeiro banco comunitário no Brasil surgiu ainda na década de 1990, no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza, Ceará, tendo como mote a reivindicação social por maior acesso aos serviços públicos. Contudo, à medida que o poder público investiu na melhoria da infraestrutura básica da cidade, os custos de vida local aumentaram. Com isso, de maneira a contornar a migração de muitas famílias para cidades adjacentes, a associação de moradores local investiu no microcrédito para fomentar a economia local, gerido pelo Instituto Palmas. Essa iniciativa, norteada pelo princípio da economia solidária, garantiu à população marginalizada o acesso aos serviços financeiros (CERNEV; PROENÇA, 2016).

Como apontado em Cernev e Proença (2016), a

metodologia tradicional do microcrédito visa resultados individuais, enquanto a metodologia do Instituto Palmas, banco comunitário, é gerar renda e desenvolvimento social em uma determinada região, a partir de incentivos aos produtores e consumidores, assegurando, assim, a manutenção de empregos e o estímulo ao comércio dentro da comunidade. Para que esse objetivo seja alcançado, os bancos comunitários criam moedas sociais, ativo dissociado da moeda oficial do Estado-Nação, mas que tem paridade com a mesma.

Seguindo a trajetória do Instituto Palmas, diversos bancos comunitários e moedas sociais emergiram no Brasil, com o intuito de estimular a economia local e manter estáveis os mercados de trabalho regionais. Atualmente, existem 148 bancos comunitários localizados em 25 estados brasileiros e mais de uma centena de moedas sociais no país. A expansão territorial desses bancos ocorreu após a sua institucionalização e integração com políticas públicas durante as gestões nacionais do PT. Com as dificuldades impostas pela pandemia, vem ocorrendo um processo de digitalização de moedas sociais através da plataforma digital e-Dinheiro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (PUPO *et al.*, 2022).

Seguindo essas experiências bem-sucedidas, a cidade de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, sob o governo de Washington Luiz Cardoso Siqueira (PT), tomou a iniciativa de adotar a primeira moeda social digital do país. O município está localizado em uma região de exploração de petróleo e, por isso, recebe royalties, que configuram receitas transferidas não tributárias originárias. Desse modo, diferente da origem popular do Instituto Palmas, o Banco Mumbuca surge como segmento operacional do Instituto e-Dinheiro Brasil Maricá, incentivado pelo Poder Executivo local, a partir da criação de um fundo comunitário, cujo aporte financeiro é realizado pelas receitas dos royalties do petróleo.

Essa iniciativa foi regulamentada pela Lei Municipal nº 2.448/2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social, em Maricá, cuja operacionalização dar-se-ia através da Política de Fomento à Economia Solidária, implementação do Banco Comunitário Popular da cidade, do uso da moeda social Mumbuca[3] e da criação de Centros de Empreendimentos Solidários e Comitês Gestores para todas as instituições previstas na lei (MARICÁ, 2013). Surgia, assim, o primeiro programa de transferência de renda de Maricá: o Renda Mínima Mumbuca, que oferecia um valor de 85 mumbucas para 14 mil famílias vinculadas ao CadÚnico (INCOME, 2022).

Complementarmente a todos esses programas, em 2015, Maricá aprovou a Lei Municipal nº 2.641/2015, que dispunha sobre o Programa de Renda Básica da Cidadania (PRBC), concedido a todos os cidadãos residentes no município, brasileiros e estrangeiros, conforme temporalidade prevista em lei, sem considerar a condição socioeconômica. A implementação da RBC de Maricá seria gradual, priorizando as classes precarizadas, e dar-se-ia através da moeda social Mumbuca, com paridade com o real.

Após um processo licitatório, foi firmada uma parceria entre o Banco Mumbuca e o Instituto Palmas para a implementação e operacionalização da transferência de renda no município, com a possível ampliação do programa para a oferta de microcrédito, similar àquela concedida no Conjunto Palmeiras em Fortaleza. A proposta da Prefeitura de Maricá era, em uma mesma política pública, conceber o incentivo tanto para a oferta quanto para a demanda (CERNEV; PROENÇA, 2016).

No começo, a concessão do PRBC foi realizada por um cartão magnético pré-pago de débito, com utilização restrita ao comércio local cadastrado no programa. O valor inicial previsto pela lei, em 2015, era de 10 mumbucas por domicílio, adicionais ao pagamento do Programa Mumbuca[4], cuja dupla operacionalização durou até 2019, quando esses programas foram unificados.

Com a unificação dos programas, portanto, o remodelado PRBC viabilizou a elevação do valor do benefício, sendo sua concessão por indivíduo, e não mais por família (NEUMANN, 2021). Atualmente, são assistidas mais de 42 mil pessoas no município, que, para estarem aptas ao pagamento, devem ter renda familiar de até três salários mínimos (INCOME, 2022). Em 2020, o valor passou para 130 mumbucas e, em 2021, foi corrigido para 170 mumbucas (MARICÁ..., 2021). Vale ressaltar que, durante o período de pandemia, o município aumentou o valor para 300 mumbucas, como forma de mitigar as perdas geradas pela crise e, ainda, com foco no precariado, trabalhadores informais receberam por 15 meses um salário mínimo em reais, beneficiando mais de 20 mil pessoas só com essa ação exclusiva (INCOME, 2022).

O lado da demanda foi implementado com o uso

3 Em homenagem ao rio de mesmo nome que atravessa a cidade de Maricá.

4 Em 2015, era feito um pagamento de 10 mumbucas adicionalmente às 85 já pagas pelo Programa Mumbuca, enquanto que, em 2017, eram 20 mumbucas adicionais às 110 já pagas pelo programa (INCOME, 2022).

dos cartões magnéticos, enquanto foi necessária a criação de uma infraestrutura para viabilizar a leitura dos cartões por parte da oferta, isto é, dos comerciantes locais. Dessa maneira, os empreendedores deveriam realizar um cadastro para adquirir gratuitamente uma máquina de captura de transações por cartão que registrasse as compras em mumbucas. Ao fim do mês, os comerciantes receberiam, em mumbucas, os valores correspondentes às transações, com um desconto de 3% referente à manutenção do sistema das máquinas, que era realizado por uma empresa privada terceirizada, Vale Shop, de Brasília (CERVEN; PROENÇA, 2016).

Fonte: Instituto e-Dinheiro Maricá.
Disponível em: https://institutoedinheiromarica.org/.
Acesso em 22 set. 2022.

Figura 1: Sistema Mumbuca e-Dinheiro

A moeda mumbuca tornou-se meio de troca. Entretanto, alguns fatores foram limitantes no princípio da implantação do programa, tais como o tempo de 30 dias para pagamento aos comerciantes, que refletia em problemas no fluxo de caixa. Há ainda o obstáculo de transpor o ciclo de vida dessa moeda social, que circula da prefeitura para os beneficiários via transferência de renda, que, por sua vez, é usada no comércio local. Os empreendedores, no entanto, não recebem o resgate das vendas em mumbucas, mas sim na moeda oficial, o real.

Outro entrave é a dependência de máquinas e cartões, que pode representar um desentendimento quanto à instituição que deverá realizar o conserto: a empresa terceirizada ou o Banco Mumbuca. Segundo Cernev e Proença (2016), quando a máquina apresenta defeitos, é responsabilidade da empresa operante, mas quando os cartões apresentam problemas, o Banco Mumbuca é quem deve realizar a substituição, fora os casos em que o contratempo é uma mera instabilidade na rede de dados móveis, configurada para ser utilizada pelas máquinas.

Após buscas para solucionar essas questões, em 2018, a Prefeitura de Maricá aperfeiçoou a forma de transferência de renda aos beneficiários do programa via plataforma e-Dinheiro. Dessa maneira, o Banco Mumbuca seria o gestor principal de todo o sistema, excluindo a empresa terceirizada que antes operava as máquinas de cartão magnético.

A operacionalização ocorreu através do aplicativo, conforme apresentado na Figura 1, a seguir. Para quem a aquisição de um aparelho de telefonia móvel fosse inviável por conta dos custos ou por falta de acesso à tecnologia, a Prefeitura continuaria a disponibilizar cartões gratuitos, mas com uma tecnologia aprimorada, que usa de pagamentos por aproximação junto ao aparelho do comércio local. Ainda, como forma de incentivar essa migração dos cartões para o aplicativo, o Banco concedeu R$ 10 àqueles que baixassem o e-Dinheiro (CERNEV, 2019).

Segundo dados do Instituto e-Dinheiro Maricá, desde o início de sua implementação, já são mais de 26 mil cartões emitidos, mais de 10 mil comércios cadastrados e mais de 13 mil beneficiários em uma cidade que, de acordo com a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, tem cerca de 167 mil habitantes, assim, representando 7,75% da população. Vale ressaltar que, segundo dados do IBGE de 2019, o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,4 salários mínimos e, no Censo de 2010, era de 33,% o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. Economicamente, a cidade de Maricá representava, em 2018, o segundo maior PIB per capita do estado do Rio de Janeiro, com quase 80% das suas receitas provenientes do pagamento de royalties (IBGE).

Em parceria com o Instituto e-Dinheiro, o Banco Mumbuca, além de ser o agente operacional e pagador da RBC de Maricá, oferece também serviços financeiros, como linhas de crédito produtivo e habitacional, conta salário e vale-alimentação. O Banco Mumbuca promove, ainda, ações sociais voltadas para toda a população maricaense, tais como cursos de aprimoramento e capacitação profissional, simi-

lar a uma das primeiras propostas de renda mínima aprovadas no Congresso brasileiro.

A ideia de que um melhor aprimoramento do uso das tecnologias da informação é importante para políticas públicas de transferência de renda é reforçada a partir do aumento de beneficiários do Programa Mumbuca. Idealizado para ser operacionalizado via moeda social digital, em seis meses teve o cadastro concluído de 7.576 beneficiários, em busca da expansão desse número para englobar todas as famílias em situação de pobreza (CERNEV, 2019). Após oito anos de operação, o Banco Mumbuca, que já abriu mais de 65 mil contas, utiliza a lógica das transferências digitais, isto é, sem contato e remotas, para oferecer facilidade e rapidez na entrega do benefício, além de viabilizar a articulação com outros projetos sociais locais (MOEDA..., 2021).

Contudo, para que a inclusão social seja alcançada por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento e das moedas sociais, há uma certa dependência de articulação com políticas públicas e governos locais. Por isso, o trabalho feito pela Prefeitura de Maricá ilustra formas de diversificação do público-alvo, uma vez que são ampliados os critérios de acessibilidade ao programa, por meio da oferta de outros serviços, tais como o microcrédito.

Ainda, quando se trata de bancos comunitários, sua atuação ocorre em um recorte territorial reduzido. Desse modo, sua proximidade com os beneficiários, dentro de uma comunidade social, permite que, além da desobstrução da logística de pagamentos, encarregue-se também de uma rápida resposta a problemas técnicos inerentes à administração de um projeto tecnológico.

Levando em consideração os entraves enfrentados na implementação do Auxílio Emergencial, durante a pandemia, nota-se que há um caminho promissor em Maricá-RJ, sendo trilhado através da integração entre políticas públicas de renda básica, banco comunitário e moeda digital. Em suma, essa articulação "pode expandir a inclusão financeira, de forma a contribuir para a mitigação dos efeitos negativos desta crise nas pessoas mais pobres, colaborando tanto na dimensão da elegibilidade como na execução (logística) do pagamento" (GONZALEZ *et al.*, 2020, p. 1153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou evidenciar que a construção da lógica universal de uma renda básica perpassa não só aspectos políticos e econômicos, mas também a inclusão comunitária, social e financeira.

Em contexto pandêmico, pôde-se observar como medidas de enfrentamento dos impactos socioeconômicos da Covid-19 centraram-se especialmente na concessão de auxílios financeiros ao precariado e à população socioeconomicamente vulnerável, tal como no caso do Auxílio Emergencial. Contudo, tendo em vista suas limitações de acesso e operacionalização, seu alcance tornou-se cada vez menor, uma vez que a inclusão de novos beneficiários não foi possível e as transferências apresentaram problemas técnicos, acarretando a demora do recebimento do benefício.

A implementação de uma renda básica universal, em um país periférico e subdesenvolvido tal como o Brasil, pode parecer distante, mas, em escalas municipais, já é implementada, através de moedas complementares e sistemas totalmente digitais, tal como no caso do Banco Mumbuca, em Maricá-RJ, aqui apresentado.

Atualmente, a Frente da Renda Básica (www.frentepelarendabasica.com.br), no Brasil, é composta por mais de 200 parlamentares[5], com partidos de todas as escolas teóricas, que buscam, através de parcerias com órgãos do setor privado e do terceiro setor, estruturar propostas que assegurem o direito à proteção da renda. O consenso idealizado pela frente é de que a implementação de uma política de transferência de renda, tal como previsto pela Lei 10.835/2004, tenha como foco primário a população marginalizada. Contudo, sua implementação dar-se-ia de maneira gradual até atingir a população como um todo, enquanto resgata sistemas já operantes e amplia a base cadastral. Desse modo, enfrentando as desigualdades sociais, tendo como modelo de financiamento a redistribuição da renda, a partir de uma reforma tributária expansiva (BÁSICA, 2020).

O movimento pela Renda Básica da Cidadania é antigo no Brasil, promulgado por lei e parcialmente implementado através do PBF, que deslocou massas sociais da situação de pobreza e de extrema pobreza para níveis mais salutares. Contudo, momentos de crise econômica e sanitária, como o vivenciado pela pandemia do coronavírus, escancaram a fragilidade do sistema de Seguridade Social, tendo em vista que o precariado no país fica desamparado pela falta de políticas públicas de garantia de renda mínima. Com isso, o apoio à Frente Parlamentar é necessário tanto por parte da sociedade civil quanto de instituições não governamentais para que se possa avançar na jornada da Renda Básica da Cidadania no Brasil.

5 Segundo informações do site, além de parlamentares, essa frente conta com a organização conjunta da Rede Brasileira de Renda Básica formada por centenas de organizações da sociedade civil, tais como Oxfam Brasil e Central Única de Favelas (CUFA).

REFERÊNCIAS

BÁSICA. **Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda. Carta de Princípios.** 2020. Disponível em: https://frentepelarendabasica.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Carta-de-Principios.pdf. Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.284, 29-12-2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil e dá outras providências. Brasília, DF. 2021.

BRASIL, Agência. Auxílio Brasil: 8 perguntas para entender como funciona. **InvestNews**, 2021. Disponível em: https://investnews.com.br/geral/auxilio-brasil-8-perguntas-para-entender-como-funciona/amp/?gclid=CjwKCAjw0dKXBhBPEiwA2bmObe10UEd_-fcK-3JiFaWiEmbnlX8bRSb68aBmInC9N0T8lSZCaeYdexoCZt4QAvD_BwE. Acesso em: ago. 2022.

CAIXA. **Cadastro Único: uma iniciativa do Governo Federal para identificar e conhecer as famílias brasileiras de baixa renda.** Disponível em: https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx. Acesso em: ago. 2022.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1052-1063, jul./ago. 2020.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a coronacrise. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 615-624, 2020.

CAVALINNI, Marta. Auxílio Brasil: mais de 1 milhão de famílias estavam na fila de espera em fevereiro. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/03/auxilio-brasil-mais-de-1-milhao-de-familias-estavam-na-fila-de-espera-em-fevereiro.ghtml. Acesso em: maio 2022.

CERNEV, Adrian Kemmer; PROENÇA, Bruna Auad. Mumbuca: a primeira moeda social digital do Brasil. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 6, n. 2, p.1-13, 2016.

CERNEV, Adrian Kemmer. Mumbuca é dinheiro. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 9, n. 2, p. 1-8, 2019.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 105-114, 2007.

EDINHEIRO Brasil. **Instituto e-Dinheiro Maricá**. 2021. Disponível em: https://institutoedinheiro-marica.org/. Acesso em: out. 2021.

GONZALEZ, Lauro; CERNEV, Adrian Kemmer; ARAUJO, Marcelo Henrique de. Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise de COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1146-1180, 2020.

INCOME, Maricá Basic. **Renda Básica de Maricá – Ficha técnica**. 2022. Disponível em: https://www.jainfamilyinstitute.org/assets/ficha-te%CC%81cnica-agosto-2022.pdf. Acesso em: set. 2022.

MARICÁ: Valor do cartão mumbuca passará para R$170 em abril. **ErreJota**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://errejotanoticias.com.br/marica-valor-do-cartao-mumbuca-passara-para-r170-em-abril/. Acesso em: out. 2021.

MARICÁ. **Lei Municipal nº 2.448, 26-jun-2013**. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá, RJ, 2013.

MARICÁ. **Lei Municipal nº 2.641, 11-dez-2015**. Institui o Programa de Renda Básica de Cidadania – RBC no Município de Maricá. Maricá, RJ, 2015.

MOEDA Mumbuca completa 8 anos de benefícios à população de Maricá. **O Fluminense**, 2021. Disponível em: https://www.ofluminense.com.br/cidades/marica/2021/12/1235470-moeda-mumbuca-completa-8-anos-de-beneficios-a-populacao-de-marica.html.

NAIME, Laura. Após 18 anos, Bolsa Família faz seu último pagamento nesta sexta-feira. **G1**, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/29/apos-18-anos-bolsa-familia-faz-seu-ultimo-pagamento-nesta-sexta-feira.ghtml. Acesso em: set. 2022.

NEUMANN, Denise Maria. **Mumbuca: moeda social e/ou renda básica de cidadania?** São Paulo: FGV, 2021.

PUPO, Carolina Gabriel de Paulo; PAVAN, Henrique; FARIA, Luiz Arthur Silva. Bancos Comunitários "o chão contra o cifrão". **Outras Palavras**, 23 mar. 2022. Disponível em: https://outraspalavras.net/descolonizacoes/bancos-comunitarios-o-chao-contra-o-cifrao/. Acesso em: 24 mar. 2022.

ROUBICEK, Marcelo. Como o governo se apropria da criação do auxílio emergencial. **Nexo Jornal**, 12 jun. 2020. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/12/Como-o-governo-se-apropria-da-cria%C3%A7%C3%A3o-do-aux%C3%ADlio-emergencial. Acesso em: out. 2021.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES,

Sergei. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Texto para Discussão IPEA**, n. 2449, 2019.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação dm Economia (ANPEC), XXXIII, 2005, Natal. **Anais**... Natal: ANPEC, 2005, p. 1623-1628.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 61-71, 2003.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; DALLARI, Mônica. Citizen's basic income and Kenya. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 3, p. 566-583, 2020.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Revista Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 79-93, 1997.

VAN PARIJS, Philippe. Renda Básica: renda mínima garantida para o século XXI?. **Revista Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 179-210, 2000. ■

Maria Fernanda Fontenele é gestora pública.
mfazevedo1@gmail.com

Hipólita Siqueira é economista e professora associada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
hipolitaufrj@gmail.com

Julia Silveira

Gabriel Barth da Silva

Construir comunidade

a instrumentalização de ferramentas educacionais enquanto configuração de um imaginário territorial coletivo

Resumo

O presente trabalho pretende discutir, a partir de reflexos decorrentes de um imaginário hegemônico brasileiro, com suas diversas especificidades de elementos de raça e classe, por exemplo, como há impedimentos para a criação de um sentimento de comunidade nas classes exploradas e periféricas. Pensar essa dinâmica é essencial, antes de iniciar qualquer trabalho de mudança estrutural nas realidades territoriais locais, o que leva ao uso de referências como Paulo Freire e bell hooks, para buscar elaborar ferramentas que possam resolver ou mitigar as desigualdades presentes em dinâmicas urbanas, gerando um ambiente que visa à emancipação opressiva da realidade, respeitando sua pluralidade. A partir das experiências da prática extensionista, metodologias de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e modelos alternativos de gestão de posse, como o Community Land Trust (CLT), alicerçado em uma base em torno de um arcabouço teórico pautado em práticas educacionais, espera-se fomentar o debate acerca do desenvolvimento de ferramentas em comunidade para realidades historicamente oprimidas no território urbano brasileiro.

Comunidade · Opressão · Território urbano · Emancipação

Abstract

The present work intends to discuss, from reflections arising from a brazilian hegemonic imaginary with its various specificities of race and class elements, for example, how there are impediments to the creation of a sense of community in the exploited and peripheral classes. Thinking about this dynamic is essential before starting any work of structural change in local territorial realities, which leads to the use of references such as Paulo Freire and bell hooks to seek to develop tools that can solve or mitigate the inequalities present in urban dynamics, generating an environment that aims at the oppressive emancipation of reality respecting its plurality. From the experiences of extension practice, training methodologies of the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) and alternative tenure management models, such as the Community Land Trust (CLT), based on a theoretical framework of educational practices, it is expected to promote the debate about the development of tools in community for historically oppressed realities in the brazilian urban territory.

Community · Oppression · Urban territory · Emancipation

INTRODUÇÃO

Para pensar as dinâmicas identitárias brasileiras, deve-se, primeiramente, considerar os aspectos que envolvem a formação da nação enquanto uma comunidade imaginada. O termo deriva do trabalho de Anderson (2008, p. 32), que define uma nação enquanto "uma comunidade política imaginada —e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana". Essa definição utiliza-se da prática do imaginar, pelo fato de que um membro nunca verá todos os outros sujeitos que compõem seu grupo, mesmo sabendo de suas existências, dado inerente sobre comunidades que superam a dimensão do contato face a face, sendo limitada por suas fronteiras territoriais.

Nessa comunidade imaginada brasileira, é possível perceber a democracia racial como um dado de imensa importância para compreender esse fenômeno. Partindo do trabalho de Vianna (1995), pode-se observar como há um processo planejado culturalmente, partindo da produção acadêmica até a nível político federal, para criar uma ideia de pátria brasileira, com símbolos como o samba e a mestiçagem guiando esse imaginário de uma nação que sofria de uma falta identitária que unisse seus membros. Neste contexto, Munanga (2019) avalia como a narrativa de democracia racial atrasou em diversos níveis a discussão e a emancipação no que envolve o debate racial brasileiro, seja criando um ideal de embranquecimento a partir da mestiçagem, que resultou na busca por uma ascensão social a partir de processos familiares geracionais de miscigenação alçando uma identidade branca, ou a partir da negação da identidade negra de diversos sujeitos, impedindo um reconhecimento enquanto coletivo para luta social pautada na identidade comum.

Evocando o modelo teórico de Elias e Scotson (2000), é possível pensar também as dinâmicas territoriais a partir de um modelo pautado entre estabelecidos e *outsiders*. Os estabelecidos ocupam historicamente um local há um maior período de tempo, constituindo costumes entre si para evitar sua "contaminação" pelo contato com os *outsiders*, grupos que buscam posteriormente compartilhar o mesmo espaço e, por consequência, sofrem as investidas culturais e ideológicas do grupo estabelecido. Havendo um ideal de superioridade por parte do grupo estabelecido, o sujeito *outsider* internaliza um sentimento de inferioridade perante o outro grupo.

Partindo desse processo, pode-se pensar os *outsiders* como fragilizados em uma estrutura social, principalmente perante uma maior coesão do grupo estabelecido. O fenômeno vivenciado nessa realidade faz com que não haja, necessariamente, uma percepção no grupo tido como "inferior" como uma comunidade compartilhada por sujeitos estigmatizados em uma realidade cotidiana. Nesse contexto, indivíduos subalternos não se percebem em uma realidade vivenciada por pares que compartilham um modelo opressivo estruturado pelos estabelecidos. Se considerarmos o fenômeno percebido por Munanga (2019), esse mecanismo pode ser observado a partir da interiorização do modelo de ideal branco e de desidentificação com manifestações de negritude, afastando o indivíduo de seus pares e internalizando a posição de subalterno em um modelo previamente elaborado por estabelecidos.

No contexto de dinâmicas identitárias, torna-se necessário entender a interface territorial na construção de comunidades. Para Haesbaert (2003), o poder envolvido na concepção de território é duplo: o mais explícito, de dominação, e o implícito, de apropriação. Considerando isso, o entendimento de quem são e de como se reconhecem os sujeitos que controlam o espaço — e, como resultado, os processos sociais que o produzem — é fundamental para a compreensão da realidade. Em especial, para grupos vulnerabilizados, o território ganha um caráter especialmente potente por meio da combinação de funcionalidade e identidade (HAESBAERT, 2003).

Partindo dessa realidade, o presente ensaio busca refletir como essa estrutura social pode ser pensada em um recorte urbano e territorial, considerando relatos de práticas extensionistas em parceria com órgãos municipais, metodologias de formação e atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e de estudos de modelos alternativos de gestão de posse, como o *Community Land Trust* (CLT). Os casos abordados são analisados a fim de compreender como essa dinâmica identitária se reflete na realidade em diversas instâncias e formas. Após realizar esse processo, busca-se refletir de que formas são possíveis mitigar ou inverter esse fenômeno a partir das reflexões propostas por Freire (2011, 2014) e hooks (2020, 2017, 2021), buscando a produção teórica da educação como ferramenta de transformação social em comunidade.

São apresentadas as dificuldades de equacionar as diferenças dos sujeitos que compõem uma categoria social territorial oprimida junto com seus fatores comuns, pelos quais torna-se possível orientar para uma transformação da realidade. Considerando e pautando uma reflexão a partir da complexidade desses processos, espera-se que a presente produção teórica permita refletir criticamente sobre a formação social periférica e excluída brasileira, com sua pluralidade e fatores comuns estruturais.

IDENTIFICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA LUTA COLETIVA TERRITORIAL

O pré-requisito comunitário do Termo Territorial Coletivo

Nas lutas coletivas territoriais, a segurança de posse é objeto de disputa. O modelo de posse estadunidense de *Community Land Trust* (CLT) busca garantir a permanência de populações vulneráveis em seus territórios, face às ameaças de gentrificação e remoção (DAVID, 2008). O caráter emancipatório do modelo, que subverte a lógica da propriedade capitalista individual por meio da gestão e posse coletiva, é propício para uso de comunidades fragilizadas no enfrentamento da opressão estrutural, como indicado pelas aplicações de sucesso (FIDALGO, 2021). A segurança de posse é garantida pelo modelo por meio da gestão coletiva da terra, a qual é feita de forma tripartida, entre moradores, vizinhos da comunidade e membros externos para apoio técnico. Permite-se a criação de critérios para o ingresso dos moradores, como a restrição da venda restringida à comunidade de baixa renda e um valor máximo de revenda. Além disso, a própria retirada das terras do mercado imobiliário contribui para a acessibilidade de moradia (FIDALGO, 2021).

Historicamente, questões identitárias revelaram-se protagonistas na elaboração do modelo e em sua continuidade. A origem do modelo na Geórgia, EUA, foi motivada pela busca de independência financeira — e seu consequente poder político — por famílias negras de Albany (DAVID, 2008). Em um panorama no qual leis segregacionistas dificultavam o acesso à terra, a aspiração a um modelo alternativo de segurança de posse, considerando uma comunidade definida pela identidade negra, ilustra a correlação entre percepções identitárias e luta territorial em busca de emancipação.

Na importação do modelo para outras realidades além da estadunidense, a aplicação no Quênia traz novas reflexões referentes à identificação entre os membros de uma comunidade e o sucesso de aplicação do modelo. No Quênia, diferentes regiões foram apresentadas a uma proposta de modelo de CLT, mas somente em Tanzania-Bondeni, em Voi, a população votou a favor da implantação da proposição. Basset e Jacobs (1997) estudaram os fatores que levaram as comunidades a essa decisão, pensando na replicabilidade do modelo. Com base nas dinâmicas quenianas, apontam-se a composição das comunidades como fator de interesse, já que a relativa homogeneidade ou heterogeneidade foi relatada como qualidade significativa de indicativo de sucesso de implantação. Diferente do que pode ser esperado, o aspecto heterogêneo de comunidades se demonstrou mais positivo para o modelo, com a presença de diferentes grupos étnicos. Pode-se perceber que a ausência de um grupo dominante contribuiu para uma atmosfera favorável à gestão democrática comunitária, ecoando a proposta elisiana previamente estruturada da dinâmica estabelecidos e *outsiders*.

Para a adoção de um modelo incomum coletivo cujo objetivo é a manutenção de uma comunidade e seu desenvolvimento democrático, nota-se necessário o reconhecimento dos moradores de uma identidade compartilhada. Algoed *et al.* (2021) reconhecem que, para a aplicação com sucesso de modelo, são necessárias a consolidação de uma comunidade e a percepção de ameaças em comum, como a gentrificação. Em grupos nos quais há a diferenciação entre estabelecidos e *outsiders*, a percepção da chegada dos novos membros como processo disruptivo da harmonia comunitária impede a consolidação de uma nova identidade em comum. A escolha do compartilhamento de posse implica confiança mútua, objetivos e ameaças conjuntas, bem como o aceite da horizontalidade advinda da gestão democrática interna.

Não existência advinda da não identificação da Madre

Rio Branco do Sul, cidade da região metropolitana de Curitiba-PR, abriga o bairro da Madre, região vulnerabilizada pelos conflitos socioambientais envolvendo habitação em áreas de risco e pela relação turva com os órgãos municipais. A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, buscou suporte no projeto de extensão "Formas de Habitar", da Universidade Federal do Paraná, para um conjunto de ações visando não somente à melhora nas condições da Madre, mas ao auxílio para a formação dos servidores públicos que atuam na área, aspirando a uma intervenção mais humanizada, que objetiva a organização política e comunitária dos moradores para a subsequente atuação participativa de tais nas tomadas de decisões que os envolvem.

A oficina "Travessias da Madre – Caminhos para o Direito à Cidade" fez parte desse projeto. Em 04 de dezembro de 2021, moradores da área de vulnerabilidade social deram relatos expressivos, ilustrando a relação complexa e defensiva que mantêm com a imagem da própria comunidade e seus pares. A proposta consistia no mapeamento da região da Madre, mais especificamente a área conhecida como "Pinheiros", pela Prefeitura de Rio Branco do Sul, por

meio da criação de uma cartografia subjetiva. A atividade constituía na atribuição de valores pré-determinados (potencialidade, historicidade e necessidade de reparo) a lugares identificados por grupos que se dividiram entre os voluntários.

Em um primeiro momento, a própria concepção básica do exercício buscando fortalecimento comunitário foi posta em xeque na afirmação de uma moradora: "O que é Madre? Não existe a Madre. É a R. João Froma". Revelou-se rapidamente que a convicção da Madre enquanto território não era acolhida pela habitante. Essa não identificação nominal permitiu reconhecer que os moradores não se identificam enquanto comunidade territorial Madre — região delimitada arbitrariamente por membros externos, como a Prefeitura, e não advinha de um autorreconhecimento. Não obstante, a substituição da ideia da Madre pela R. João Froma, rua plana abaixo dos morros, ilustra o distanciamento do território que, em vez de possuir uma identidade expressa por um nome adotado comunitariamente, é referido por um nome oficializado. O relato da moradora destaca a inexistência perante a realidade formal exterior — afinal, R. João Froma não existe no GPS usado por aplicativos de corrida. A ausência da conexão com uma identidade territorial dificulta a percepção de uma rede comunitária unificada e estruturada.

Em contraponto, a região da Vila São Pedro, que faz divisa com o bairro, é notoriamente percebida enquanto outra — nota-se uma homogeneidade interna nessas duas regiões distintas. Visualmente, a tipologia de residências e a infraestrutura (notadamente, a existência de esgoto, asfalto e postes de eletricidade) justificam as diferenças enxergadas. Além disso, fatores estruturais invisíveis, como a titulação das casas, foram informados pelos moradores da Madre como delimitadores de identificação. Percebe-se, assim, que, apesar de não se reconhecerem enquanto moradores da Madre, seus residentes se distinguem dos residentes das áreas limítrofes por fatores mais abrangentes de discernimento, envolvendo reconhecimento do Estado, cidadania, legalidade e aspectos estéticos.

Um indício para uma possível preocupação com a imagem da Madre e seus membros comunitários enquanto unidade percebida surge na omissão recorrente por parte dos moradores adultos sobre crimes. Por outro lado, percebeu-se a fala livre no grupo das crianças sobre diversos casos de violência doméstica, incluindo minuciosas especificações, que foram omitidas pelos quatro outros grupos compostos exclusivamente por adultos. A partir da experiência, é propício refletir acerca dos motivos que impulsionaram os moradores adultos a exporem problemas originários de agentes externos, como falhas específicas de diversas secretarias, mandatos e servidores, mas suprimirem os relatos de violência interna.

O espaço abordado não oferece locais de encontro. O suporte ambiental para confraternização oferecido pelas praças parece não encontrar substituto na terra batida das proximidades dos destroços da Casa-Lar, instituição pública de cunho social abandonada há quase uma década. Essa, cujo fim é marco temporal e cujas ruínas são lembranças do descaso da Prefeitura, é tida como um dos poucos pontos de agrupamento identitário e espacial. A percepção de uma unidade vicinal não existe, minando o potencial de poder para intervenções espaciais coletivas de urbanismo tático que facilitariam encontros e consequente engajamento político comunitário.

No final, escolhe-se permanecer. Quando indagados, os moradores relatam não desejarem sair da Madre, devido à falta de confiança na avaliação de imóveis feita pela Prefeitura e no subsequente processo de indenização. Além disso, os investimentos já feitos nas moradias não são passíveis de serem recuperados. Nesse contexto, o convite à organização política da comunidade parece ensaiar aflorar, em uma relutante comissão inicial para assembleias na casa da Dona Tânia.

A partir do caso, percebe-se a falta de noção identitária coletiva da Madre, apesar de um reconhecimento exógeno. A ideia de que um grupo de mesma localização territorial e faixa econômica se entende necessariamente como comunidade é errônea. A historicidade comum construída percebe-se necessária para a constituição de concepção de comunidade, basilar para a efetivação de redes de apoio. Por elas, pode ser possibilitado o suporte entre pares que permite facilidades logísticas materiais de grande impacto, como ajuda na tutela de crianças e partilha de serviços (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Para além disso, também referente à proximidade geográfica e à distância identitária percebida de forma exclusiva entre os membros internos, a desvalorização de identidades *outsiders* pode gerar um distanciamento identitário em populações que compartilham qualidades em um movimento no qual "a proximidade leva ao refinamento das separações para que a percepção de diferença seja mantida" (CALDEIRA, 2000, p. 75). Dessa forma, sem a historicidade e a construção da identidade comunitária ao longo do tempo, dificultam-se lutas coletivas, redes de suporte e ganhos materiais de potencial emancipatório.

A criação de comunidade na Ocupação Marielle Franco

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) abriga, em sua centralidade, o papel da comunidade para a luta coletiva no território (MTST, 2015). Acerca de sua história, a transição do Movimento Sem Terra (MST) para o contexto urbano traz novas problemáticas distintas das enfrentadas no contexto rural, que, para além da espacialidade dessemelhante, necessita de novos moldes para guiar a luta dos trabalhadores urbanos devido ao novo contexto. Assim, com a Marcha Nacional de 1997 e a aproximação do movimento com organizações urbanas, nasce o MTST, que iniciou sua história com a herança dos métodos de ação da luta rural (SIMÕES *et al.*, 2017).

O processo de contato intenso no meio rural, no qual o trabalho, lazer, socialização e a moradia coexistiam no mesmo lugar e criavam este laço intenso entre o território e a comunidade, característico de como o MST se relacionava com o meio, deixou de existir quando a luta se tornou urbana. Considerando isso, o MTST teve dificuldade em estabelecer a mesma intensidade de laços construída com maior facilidade no contexto do MST, no qual múltiplas esferas do cotidiano eram vividas no mesmo lugar pelos trabalhadores rurais, de forma relativamente síncrona (SIMÕES *et al.*, 2017). Para além disso, a luta urbana foi moldada por ocupações, as quais inevitavelmente sofrem com ordem de despejo (MTST, 2015). Nessas condicionantes — a menor convivência e a evasão em ondas de membros, até então acreditadas inevitáveis — deixa visível que o panorama de ações de luta coletiva urbana difere das do campo.

Em 2005, a Ocupação Chico Mendes, em Taboão da Serra, no Jardim Helena, em São Paulo, é a primeira a superar o despejo e tem sucesso em acumular membros, apesar da reintegração de posse. Os aprendizados metodológicos desse evento permitiram a nacionalização do movimento (SIMÕES *et al.*, 2017), como a criação da Ocupação Marielle Franco, no Tatuquara, em Curitiba-PR. A partir da militância da autora como membro do MTST na ocupação, foi possível perceber a metodologia de criação de senso comunitário para atender às demandas da luta territorial coletiva urbana.

O processo de entrada de novos militantes na Ocupação Marielle Franco, conhecido como processo de brigadas, e as atividades de formação política dos assentados na mesma compartilham de características metodológicas defendidas pelo setor nacional do movimento. A partir de uma vivência experimental advinda de um processo de brigadista na ocupação, foi possível notar a valorização de outras lutas identitárias tangentes à luta de moradia. Em atividades educativas, questões como a legalização do aborto e aspectos de identidade racial foram debatidas visando à compreensão das interseccionalidades que atravessam a luta coletiva pela terra. A desidentificação apontada por Munanga (2019) que atravessa o imaginário brasileiro e afasta as pessoas dos seus pares é aqui ativamente reconhecida e combatida.

Para além disso, o processo de brigadas foi feito de forma a intencionalmente fomentar a criação de vínculos entre os membros. Ao impossibilitar a entrada de brigadistas a qualquer momento em nome de períodos específicos de inscrição, a organização do MTST afirma intencionar criar uma relação de paridade entre membros ingressantes, marcada por uma entrada e caminhada conjunta. Referente à criação de redes de afeto, a constituição de grupos entre os assentados com locais de encontro e eventos fora da ocupação é estimulada, buscando fortalecer o laço dos assentados entre si e com o movimento, não somente com a terra, visto a inevitabilidade do despejo. Assim, o compromisso encorajado é com a comunidade sendo criada, para evitar as ondas de abandono do movimento.

Dessa forma, percebe-se que um movimento baseado na luta territorial coletiva, cujas raízes estão na criação de comunidade por meio do território, teve que buscar o fortalecimento dos laços comunitários para além da terra e estabelecer parâmetros rígidos contra preconceitos para obter ganhos materiais, como habitação. Em uma realidade opressora, nota-se que movimentos sociais, como o MTST, aprenderam a importância da utilização de estratégias que valorizam a criação de percepção comunitária coesa entre grupos *outsiders* como instrumento de luta e enfrentamento de opressão capitalista.

Assim, com base nos casos explicitados, percebe-se simultaneamente a necessidade do autorreconhecimento enquanto comunidade e os desafios dessa identificação. As complexidades da composição e percepções identitárias envolvidas na luta territorial coletiva são percebidas no assentamento informal da Madre, na ocupação do MTST e no processo de formação de um CLT. Considerando o intuito de garantir o direito à cidade e acesso à habitação digna do modelo de posse coletiva, nota-se a relevância da construção de concepção de comunidade para tal.

UMA HIPÓTESE POSSÍVEL: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E ENSINANDO COMUNIDADE

Pensar as dinâmicas comunitárias é, necessariamente, pensar em uma dinâmica transdisciplinar, já que elas envolvem diversos fenômenos que atravessam a vida de seus sujeitos, gerando processos individuais e coletivos. Considerando isso, buscar formas de repensar estratégias comunitárias em outros campos do conhecimento não só é possível como inerente ao processo de intervenção comunitária.

A obra de Freire (2011, p. 109) permite explorar a potencialidade da palavra e do diálogo enquanto práxis para transformar o mundo, sendo direito de todos, propondo o diálogo enquanto o "encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado". Os temas não advêm de quem busca intervencionar na realidade de fora, mas estruturam-se em torno dos que já existem nas relações dos sujeitos com o mundo, devendo agir apenas como um mediador de reflexão crítica da própria realidade.

Sendo essa prática revisitada em Freire (2014), que ressalta como esse nomear o mundo permite atravessar as socializações opressoras com seus ciclos viciosos de contínua opressão entre posições hierárquicas sociais e entre os próprios pares dos indivíduos, percebe-se como o falar e o repensar a linguagem é central na formação de uma comunidade emancipatória. No caso da atuação extensionista no bairro da Madre, nota-se a centralidade do desafio da autonomeação, sendo este o primeiro passo proposto: pensar as formações de comunidades *outsiders*, já que, como previamente foi demonstrado, ocorrem reproduções ideológicas decorrentes de discursos institucionalizados na socialização dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira, com um ideal comum que reflete o pensar da classe dominante enquanto modelo. Nesse processo, as próprias demandas são invisibilizadas e não defrontadas enquanto objeto comum a todos, mesmo sofrendo suas consequências estruturais decorrentes da imensa desigualdade social presente em seu contexto.

Ao repensar sua realidade, reduzindo, por exemplo, expressões do que seria ser "favelado", até ser negro ou periférico, rico ou branco, é proposto refletir o próprio contexto para buscar novas percepções do que é do próprio sujeito ou consequência de uma socialização subalterna, ressignificando seu contexto social e seus fatores comuns com seus pares. Além disso, o uso da linguagem e de um diálogo antes de qualquer intervenção permite alcançar as próprias dinâmicas comunitárias para impedir possíveis opressões internas futuras, em decorrência de mecanismos de vivência hegemônicos, como valorizado em práticas metodológicas de formação do MTST.

Essa dinâmica é aprofundada por hooks (2017, p. 17), que percebe como "nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros". Nesse processo dialógico, a experiência e o relatar sua experiência são centrais para perceber o todo que envolve sua realidade, desmontando a necessidade de competição internalizada para privilegiar uma prática crítica coletiva. A vivência oprimida pode potencializar os laços, recuperando uma forma de poder pessoal, em que "ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros, e às vezes relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos torna mais conscientes uns dos outros" (HOOKS, 2017, p. 247).

Em outro trabalho, hooks (2010) ressalta como há a necessidade de criar novas formas de linguagem para ir além das instituições opressivas, independentemente de classe, gênero ou raça, descolonizando a mente de suas estruturas históricas herdadas. Cria-se, portanto, sujeitos ativos e transformadores em seus projetos de vida. Recuperando o legado de Paulo Freire, hooks (2021) ressalta que, para formar uma comunidade, deve-se confrontar com sentimentos de perda, e para isso há uma necessidade de fomentar a reconexão, explicitando a necessidade de criar um espaço para o possível e para a esperança no processo de construção do novo. Um trecho que permite aprofundar sobre os sentimentos de perda e impactos pessoais em um contexto de diálogo, e da importância da esperança, é:

> Esse medo de ser descoberto como alguém que tem alguma falha pessoal é uma das maiores barreiras para desenvolver uma consciência crítica, ainda mais sobre a dominação racista e sexista. Uma vez que a prática do pensamento crítico requer de todos nós engajamento de algum grau de avaliação crítica, tanto de si quanto do outro, ajuda muito se conseguirmos engajar as pessoas de tal forma que elas se autoquestionem espontaneamente, em vez de apenas responderem de maneira reativa a desafios exteriores (HOOKS, 2021, p. 175).

Por fim, é possível ressaltar como hooks (2021) defende a importância do desenvolvimento de confiança nesses processos coletivos e comunitários, superando as dificuldades previamente colocadas. Modelos de gestão territorial alternativos que subver-

tem a lógica capitalista individualista, como o CLT, têm sua aplicação condicionada na crença em uma identidade comunitária e ações coletivas. No Brasil, a tradução do nome do modelo se deu devido à dificuldade de uma tradução direta, considerando o sistema originário de *common law* (FIDALGO, 2021). Em português, foi adotado o nome Termo Territorial Coletivo (TTC), visando à fácil compreensão do caráter voluntário e comum, fazendo referência a "fundo de posse coletiva". No Rio de Janeiro, a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat) investiga a possibilidade de aplicação em favelas cariocas (ALGOED *et al.*, 2021). Objetivando o sucesso da implantação, as questões levantadas referentes à identificação, dinâmica de estabelecidos e *outsiders*, nomeação e fortalecimento de laços percebem-se relevantes. A partir da criação de alianças, permite-se desmontar uma autodefesa que impeça pensamento crítico sobre uma prática cotidiana comunitária em suas relações intra e interpessoais, processo necessário para a constituição de uma realidade comunal emancipatória, como defendido por hooks (2021).

Toda a presente exposição permite observar como os processos de construção de comunidade atravessam diversos desafios e como a busca por nomear o mundo, dialogar e circunscrever demandas e fatores comuns enquanto respeito à alteridade é essencial para poder reconfigurar relações em grupos. A consolidação e confiança de comunidades para o salto em direção a modelos que questionam o *status quo* do individualismo da propriedade privada, como o CLT e sua tradução brasileira TTC, são facilitadas pela instrumentalização de práticas emancipatórias de nomeação e potencialização de laços. Nomear, como defendido por Freire (2011), torna-se necessário em um contexto social comunitário, sendo de imensa importância refletir como o cotidiano é pensado e trabalhado em seus próprios termos, com possíveis armadilhas de opressão nas palavras corriqueiras, acompanhadas também por possibilidades de emancipação, em contextos subalternos. Atrelar a prática de questionamento das palavras e seus significados a contextos subalternos alicerçando-a com práticas como as propostas pelo CLT é estruturante em uma prática genuinamente libertadora em um contexto coletivo, pois assim a própria comunidade pode perceber suas semelhanças e diferenças e, partindo de suas próprias potencialidades, fortalecer-se na busca de um objetivo de reinvindicação territorial comum. Pensar, portanto, os significados da Madre ou da R. João Froma é central, pois são nomeações que separam ou agregam conjuntos de indivíduos que buscam uma emancipação de circunstâncias opressoras cotidianas, refletindo sobre o potencial de uma linha comum que atravessa cada agrupamento familiar que está inserido em uma mesma situação estrutural.

É possível perceber como, ao evocar os presentes educadores, diversos pontos previamente elencados são presentificados em seus desafios, como os mecanismos opressores aprendidos na trajetória de vida do sujeito a partir de modelos institucionalizados, bem como há o medo de pertencimento sobre uma identidade minada e estigmatizada socialmente, tornando necessário, para superar uma relação pautada em desigualdade de classe, gênero ou raça, o estabelecimento de um diálogo que ressignifique a própria relação de quem vivencia a comunidade com a própria linguagem que reproduz em seu cotidiano, que afeta intrinsecamente seu modo de vida e relação com o outro. Ao perceber os diversos casos de comunidades que não se tornam concisas em uma percepção comum sobre suas condições materiais em um elemento identitário comum, reitera-se a importância de recuperar um olhar transdisciplinar com outros campos do conhecimento, como, no presente caso, demonstrado pela educação, para reinventar intervenções territoriais, apropriando-se de diversos conhecimentos para fomentar um bem e causa comuns.

CONCLUSÃO

Considerando o imaginário hegemônico brasileiro, percebem-se entraves na criação de uma percepção compartilhada de pertencimento coletivo em comunidades vulnerabilizadas, principalmente em justaposição da coesão de grupos estabelecidos hegemônicos. Em relação à dinâmica de *outsiders* em uma estrutura social, a diferenciação internalizada no contato com grupos estabelecidos não gera necessariamente uma identificação interna dentro dos sujeitos *outsiders*, apesar de um reconhecimento unitário exógeno. Em um recorte territorial, o afastamento de pares impossibilita o estabelecimento de redes de suporte e lutas coletivas contra a opressão.

No processo de conquista de emancipação e enfrentamento de realidades opressivas, percebe-se necessária a materialização da identidade comunitária. Isso é exemplificado na estruturação do modelo do CLT, que garante segurança de posse e subverte a lógica capitalista, realizando-se por meio da gestão e propriedade coletiva. Para tal, exige-se um reconhecimento de identidade comunitária para a sua formação e continuidade. O mesmo é observado na luta de movimentos sociais por terra, como o MTST, que, como demonstrado, toma como necessária a criação

de uma percepção de comunidade entre os assentados, membros e brigadistas.

A potencialidade da palavra, como explorado por Freire enquanto práxis de transformação de mundo, atravessa os casos exemplificados, como as práticas extensionistas no bairro da Madre. A não identificação da comunidade enquanto tal, apesar do reconhecimento exógeno e a diferenciação entre outros territórios limiares percebida pelos habitantes do bairro, demonstrou-se como entrave para a luta visando a ganhos materiais coletivos.

A nomeação do mundo que permite o atravessamento de realidades opressoras se vê impedida pela desvalorização de identidades *outsiders*. Esse impedimento de pares de vivências periféricas e exploradas do reconhecimento de si enquanto sujeito coletivo dificulta a emancipação em dinâmicas opressoras. O processo dialógico de escuta e reconhecimento sensível relatado por hooks é uma possível instrumentalização para a criação de percepção de identidade compartilhada. No recorte territorial, cuja concepção envolve o poder de dominação e apropriação, o (não) entendimento de grupos vulnerabilizados enquanto sujeito coletivo é substancial para a compreensão do controle de produção do espaço e do potencial para a mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGOED, Line *et al*. Community Land Trusts and Informal Settlements: Assessing the feasibility of CLT instruments developed by the Caño Martin Peña communities in Puerto Rico for Favelas in Rio de Janeiro. **Lincoln Institute of Land Policy**, 2021.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASSETT, Ellen M.; JACOBS, Harvey M. Community-based tenure reform in urban Africa: the community land trust experiment in Voi, Kenya. **Land Use Policy**, v. 14, n. 3, p. 215-229, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os *Outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DAVIS, John Emmeus (Ed.). The community land trust reader. **Lincoln Institute of Land Policy**, 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2000.

HAESBAERT, Rogerio. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Teaching Critical Thinking**: Practical Wisdom. New York: Routledge, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Cartilha de princípios**, 2015.

MUNANGA, Kabengele. R**ediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O Termo Territorial Coletivo e o Direito à Moradia Adequada: potencialidades a partir de uma experiência do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. *In*: CARDOSO, Adauto Lucio; D'OTTAVIANO, Camila. (Org.). **Habitação e Direito à Cidade desafios para as metrópoles em tempos de crise**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, v. 1, p. 78-107.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RUD, Rafael. **MTST - 20 Anos de História**: Luta, Organização e Esperança nas Periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. ■

Julia Silveira é bacharelanda de Arquitetura e Urbanismo na UFPR com interesse em Planejamento Urbano. É bolsista CNPq. *julia.silveira@ufpr.br*

Gabriel Barth da Silva é mestre em Sociologia pela Universidade do Porto (Portugal) e bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua principalmente em temas envolvendo estudos culturais. *gabrielbarths@gmail.com*

João Pedro
Silveira-Martins

Ensayo visual sobre Usera

el castizo barrio chino y latino de Madrid

Fotografía 1: Publicidad china vandalizada en el metro de Usera en agosto de 2020

INTRODUCCIÓN

El año es 2020, cuando la pandemia de la COVID-19 ha asolado todo el mundo, y transformado radicalmente la manera cómo las personas se relacionan y ocupan los espacios urbanos. En agosto, pleno verano, las primeras semanas tras el duro confinamiento en el Estado Español son de incertidumbre, pero muchas ganas de entender qué es la "nueva normalidad". Luego en la entrada del barrio por la estación de Usera se puede notar las primeras consecuencias sociales de la COVID-19, con la palabra "Plandemia" escrita en una publicidad en chino, haciendo alusión al inicio de la pandemia como un plan internacional, supuestamente de origen chino, para diseminar una enfermedad mortal.

Este artículo viajará hasta Usera, uno de los distritos de Madrid que circundan la mítica avenida M-30, al lado del río Manzanares, una de las principales fuentes de vida para la ciudad desde que era un pequeño pueblo morisco en tiempos medievales. Hoy, este río delimita lo que se conoce por los madrileños y las madrileñas como el centro y la periferia, como una réplica *wallersteineineana* (WALLERSTEIN, 1976) castiza de quien está dentro y quien está fuera. O, en términos más concordantes con el día-a-día de la ciudad, los barrios *del centro* y los barrios *obreros*.

Este distrito tiene como su microcosmo comercial la región del Barrio de Usera, dónde está la administración del distrito, la biblioteca y, principalmente, el barrio chino con tiendas que suelen poner el chino mandarín como primera lengua en sus escaparates, como se nota en la siguiente fotografía. Hoy, Usera es conocido como la "*Chinatown* madrileña", término muy discutible porque suele acercarse más a la

João Pedro Silveira-Martins

é professor associado e doutorando em Sociologia pela Universidade Autônoma de Barcelona, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduado em Relações Internacionais pela PUC Minas.

jipemartins@gmail.com

Fotografía 2: Tienda china con escaparate en chino mandarín y apenas algunas traducciones en castellano

Fotografía 3: Escaparate de Royal Mandarín

apropiación cosmopolita de culturas extranjeras para construir un modelo de marketing urbano basado en la diversidad y "tolerancia", pero poco centrado en los derechos de la ciudadanía, en especial de las poblaciones extranjeras (SZE, 2020; LIN, 2008).

Sin embargo, este fenómeno no es exclusividad de la capital española. Desde la creación de las míticas *Chinatown* en Estados Unidos, hay una creciente tendencia en las ciudades globales de desarrollar barrios similares con inspiración étnica y cierto fetichismo por la cultura asiática. Lo hemos visto en San Francisco, Nueva York, Incheon, Yokohama, São Paulo, Buenos Aires, Lima, Kuala Lumpur. En todas estas ciudades se ha desarrollado la idea o concepto de un barrio chino, *Chinatown*, o barrio asiático - a veces apropiándose de comercios ya existente por comunidades chinas, japonesas, taiwanesas, cantonesas y otras; pero incluso a veces creando artificialmente un entorno de inspiración asiática y transformándose en atracción turística. En Usera se encuentra el Royal Mandarín, uno de los principales restaurantes de cocina cantonesa del país, que atrae turistas de diversas partes de Madrid y España. Estos barrios cosmopolitas con inspiración asiática son una especie de sello de diversidad, y este proceso tiene sus ventajas para creación y desarrollo comunitario, y promoción de autoempleo y emprendimiento para inmigrantes, pero tiene inúmeras desventajas debido a la gentrificación, especulación financiera, e incluso procesos de desarrollo de guetos (SZE, 2020; LIN, 2008; NARAM, 2017).

La actividad económica en las ciudades metropolitanas y megalópolis está cada vez más influenciada por la economía y la política global (SASSEN, 2010, 2018). Las instituciones, personalidades, empresas y organizaciones internacionales tienen tanta influencia que son capaces de decidir lugares para construir casas, fincas, barrios, negocios y traer efectos positivos o negativos a toda la comunidad de ciudadanos, y es de interés primordial crear una especie de aura cosmopolita, diversa y abierta al mundo, para enseñar cómo esta ciudad está conectada con flujos internacionales de comercio (GOTTDIENER; HUTCHISON, 2011; CALHOUN, 2002).

Fotografía 4: Inmobiliaria haciendo publicidad para inversión en pisos en el barrio de Usera para conseguir residencia en el Estado Español

LA CONSTRUCCIÓN DE LA *CHINATOWN* EN EL USERA DE "TODA LA VIDA"

El barrio, creado a partir del eje de la calle Marcelo Usera, importante teniente coronel del inicio del siglo 20, cuyo matrimonio con Carmen del Río Fernández le ha beneficiado de una herencia de importantes terrenos en la zona. En esta época, todo el entorno era destinado para agricultura y ganadería, y justamente en esta región se localiza el matadero Madrid, del lado del río que da al centro de la ciudad - y que luego irá nuevamente a convertirse en punto importante para Usera, como veremos más adelante (DELGADO PIÑA, 2017; REAL ACADEMIA HISTORIA, 2022; ALVARDO, 1982).

Posteriormente, el barrio ha crecido como espacio de migrantes provenientes de regiones cercanas a Madrid, especialmente Extremadura, Castilla y León y Castilla-la-Mancha, para vivir en la región durante la época de la dictadura franquista. A finales del siglo 20, Usera se convierte en importante región para migrantes latinoamericanos y latinoamericanas, con gran afluencia de la comunidad boliviana, pero también muchas personas de origen dominicano, peruano, colombiano y otros (FERNÁNDEZ et al. 2005).

Luego, a diáspora china empieza a establecerse en la región de Usera, transformando las calles en una mezcla fantástica entre restaurantes vendiendo *jiozi*, o las populares empanadillas chinas (que ya se encuentran muy integradas en la gastronomía de bares en casi todo el territorio español, y podrían ser incluso consideradas como tapas por algunas personas), lado al lado de las peluquerías afro-dominicanas o las tiendas andinas que venden salteñas.

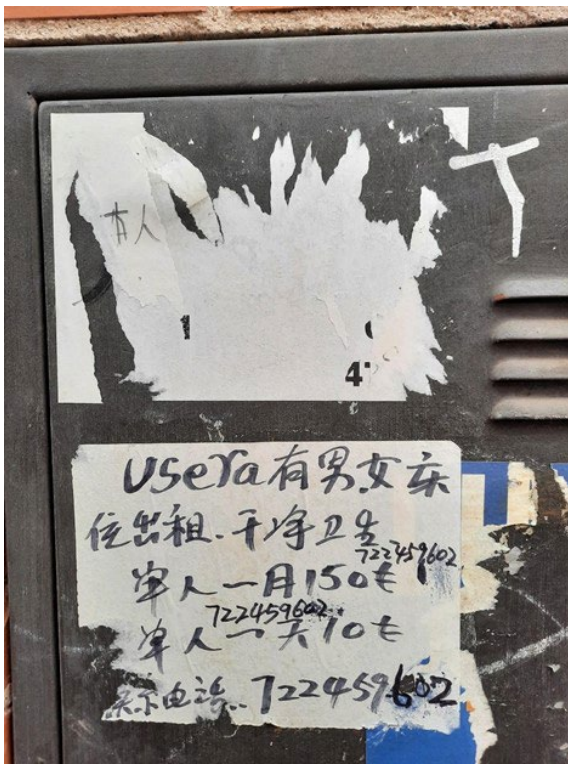
Uno de los principales desafíos para la manutención de la diversidad en el barrio es la gentrificación. Usera es hoy conocido en medios nacionales e internacionales tras varios reportajes y noticias sobre la comunidad china[1], desde abordajes sobre la diversidad y cosmopolitismo del barrio (DUVA, 2020; AHIJADO, 2019), pero también vertiendo a reportajes sobre la lucha de las vecinas y vecinos contra el racismo, estima y gentrificación, muy reforzados des-

Fotografía 5: Grafitti representando la Usera afro-latina

Fotografía 6: Escaparate de una barbería latina con inspiración en el hip hop

1 Para mencionar algunas, Fernández (2022); Vera (2021), YE e LLANOS, (2020), Duva (2020), Ahijado, 2019.

Fotografía 7: Anuncios por la calle en chino son muy comunes en el barrio de Usera



de el inicio de la pandemia (FERNÁNDEZ, 2020; VERA, 2021, YE; LLANOS, 2020).

Sin duda es una región de alto interés inmobiliario por su proximidad con el Parque Madrid Río, importante obra de intervención urbanística que ha aterrado la avenida M-30 para recuperación del Río Manzanares. Esta obra ha atraído numerosas inversiones importantes, como el Centro Cultural Matadero, sediado en el antiguo matadero de la ciudad, que recibe diversos eventos y exposiciones artísticas y culturales, valorando el valor de inmuebles de toda la zona y transformando el entorno cultural de la región del Manzanares. Justo enfrente se encuentra el Centro Comercial Plaza Río 2, una enorme construcción moderna entre los antiguos edificios de ladrillo del barrio, atrayendo no solamente la clase media con más poder económico, y forzando las vecinas, vecinos y comercio a buscaren nuevo sitio (LÓPEZ-GAY, 2020; SORANDO, ARDURA, 2021).

Fotografía 8: Muchas tiendas seguían cerradas en agosto de 2020 debido a la COVID-19

Fotografía 9: Uno de los principales símbolos de fetichización étnica en un barrio son la decoración en el alumbrado urbano (ALEXANDER, 2011)

Este proceso de creación del espacio, según Harvey (2013), es uno de los más importantes fenómenos del capitalismo contemporáneo, en dónde las crisis se resuelven en el espacio y la especulación de la tierra y del ladrillo. Observamos la producción de espacio para beneficiar el mercado y la cultura capitalista contemporánea, olvidando de los derechos de las poblaciones autóctonas (HARVEY, 2013, 2018).

Sin embargo, la vida sino-española sigue creciendo y Usera se mantiene como un espacio de cultura, educación, activismo y día-a-día para las personas de origen asiático en Madrid (AHIJADO, 2019; LORENZO, 2020;YE, LLANOS, , 2020). La comunidad china en España es hoy una de las más importantes del mundo, y ha llegado en las primeras posiciones en grupos de migrantes en pocos años. El volumen total de personas de origen chino viviendo en el país ha duplicado en pocos años, y hoy los comercios y las vivencias sino-españolas son marcadas por una hibridación de cultura, aunque hay un trabajo enorme de lucha contra el estigma, la separación, la integración forzada y el racismo, que ha aumentado durante la pandemia de la COVID-19 (WANG, 2021, ZHANG, 2020).

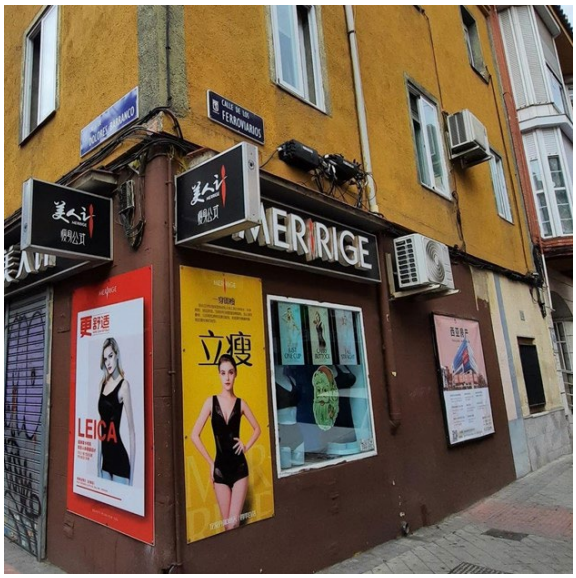
Algunas personalidades, sobre todo en el medio artístico, de la comunidad asiática madrileña han destacado en los últimos años, creando contenido potente contra la discriminación, xenofobia, y enlazando la lucha de las personas migrantes y asiáticas con luchas interseccionales, como el feminismo y la performance queer. A destacar, Chenta Tsai Tseng, el *Putochinomaricón*, cantante y DJ que hace performances queer luchando contra patrones de belleza y consumo dentro (y fuera) de la comunidad LGBTI+, y ha salido en los medios de comunicación de todo el mundo en *Madrid Fashion Week 2020* con el lema *I'm not a Virus* (en inglés, No soy un Vírus) dibujado en su pecho (ESQUIRES, 2018; YE; LLANOS , 2020). Otra artista para destacarse es Quan Zhou Wu, ilustradora nacida en Andalucía afincada en Madrid, como muchas otras españolas y españoles, que ha creado una serie de libros llamada Gazpacho Agridulce, dibujando sobre su vida como sino-española (WU, 2015; ZHOU WU, 2017).

NARRATIVAS VISUALES CORTAS EN TIEMPOS DE PANDEMIA

El movimiento urbano y artístico sino-español ha sido inspiración para el desarrollo de esta pequeña narrativa visual realizada durante el mes de agosto de 2020 en Usera. Durante este periodo de incertidumbre, preocupaciones con salud, futuros grises y miedo

Fotografía 10: Las fruterías latinoamericanas siguen prevaleciendo en el barrio y conviviendo con los mini-mercados chinos

Fotografía 11: Elementos típicos españoles se mezclan con los nuevos elementos y tipografías en chino



Fotografía 12: Una interesante expresión espacial son los anuncios en chino mandarín y modelos blancas para el público español

constante en presencia pública, diversas salidas pelas calles de Usera, en especial la parte de mayor afluencia de comercios orientales – entre calle Marcelo Usera y Parque Pradolongo, en la hora de apertura de restaurantes para comida.

Estas salidas tuvieron inspiración en el trabajo de Yi-Fu Tuan (TUAN, 1977, 1982, 2012, 2013b, 2013a), teórico (y migrante) sino-estadunidense que describe la relación del cuerpo con el espacio, dialogando con subjetividades presentadas en los trabajos de psicoanalistas que desarrollaron teorías sobre la relación entre el niño / la niña y la madre y la integración del ser humano durante su crecimiento (KLEIN, 2011) y sobre la relación entre el ser humano, el espacio y los objetos de afección (WINNICOTT, 2021).

Según el autor, el espacio debe entenderse como expresión. El espacio es donde experimentamos (tacto, olfato, vista). Así como el bebé sale del lado de su madre y necesita experimentar el espacio que lo rodea con el tacto, el mordisco, la imaginación, para crear sus propias nociones de corporeidad, el espacio es para hombres y mujeres donde se experimentan y se crean experiencias (TUAN, 1977).

El *lugar* se entiende como *protección*, creado a partir de una experiencia iniciada por la imaginación individual. Un lugar es donde ya has experimentado, descubierto la forma de los objetos que te rodean, percibido la presencia de tu propio cuerpo, y donde has establecido acuerdos intersubjetivos con objetos, paredes, personas, colores, fotografías o cualquier elemento que transforme ese espacio en "tu lugar". Y las ciudades y sus signos son el reflejo del proceso de hibridación de cultura y protección de sus habitantes. Este proceso es lento y ocurre con el descubrimiento de lo desconocido (TUAN, 1977).

Las ciudades tienen un potencial constructivo de creación de lugares para sus ciudadanos y ciudadanas. Al mismo tiempo que un/a residente establece una relación de protección con los objetos de esta ciudad, la misma pasa tener un significado por las personas que en tu territorio habitan y en su territorio imaginan (TUAN, 1982, 2013a).

El barrio de Usera es un espacio que vivió un salto de urbanismo intenso (ALVARADO, 1982) y un salto de zona rural para una Cosmópolis extrarradio en pocas décadas, prácticamente acompañando los principales procesos, dolores y desarrollos sociopolíticos y económicos de España en el siglo XX. La migración de las zonas rurales durante la dictadura

Fotografía 13: La experiencia espacial en Usera también se puede llevar a casa comprando ornamentos y símbolos de la cultura oriental para decoración

franquista, redemocratización y entrada en Unión Europea, aumento de la migración latinoamericana y posteriormente apertura internacional, que viene también con la llegada de la comunidad china y de gentrificación en el espacio urbano.

Hoy, el país vive un proceso intenso de revisión de identidades, y ruptura de prejuicios y concepciones sobre nacionalidad, aún sesgadas por la "hispanidad" y blanquitud. Hablar de racismo es un tema difícil en el país y el tema es tratado con negación. Los mitos de la "reconquista" y "descubrimiento" han dibujado el pensamiento sociopolítico en el país (ALCARAZ, 2020).

Sin embargo, hoy el país cuenta con enorme diversidad de nacionalidades (mas allá de la vasca, gallega, catalana), contando con seis millones (o 12% de la población) de migrantes en su demografía, y el debate sobre racismo cambia rápidamente (ALCARAZ, 2020). Ya no se puede considerar como español/a solamente personas blancas de origen ibérico. Esto es evidente, pero aún no está difundido ampliamente en la educación, ni medios de comunicación del país (ZHANG, 2020), y enorme parte de los agentes del proceso son propios grupos racializados que luchan por visibilidad, y van de poco a poco cambiando las estructuras de pensamiento del país (ALCARAZ, 2020; LORENZO, 2022; WU, 2015). Las calles son el principal espacio de ocupación y diálogos sobre diversidad. El autoempleo y apertura de comercios son una señal importante del establecimiento de una comunidad migrante que se establece, crea raíces y está arraigada.

Este ensayo fotográfico está enfocado en enseñar la diversidad urbana a partir de los símbolos de diversidad (TUAN, 2013) en el barrio de Usera. Si los símbolos de la ciudad representan las personas que allí habitan, los signos urbanos representados en las fotografías representarán la hibridez y nuevo cosmopolitismo español. De manera secundaria, las fotografías representan también el proceso de reapertura de todos estos comercios tras el primer confinamiento causado por la pandemia de la COVID-19.

Fotografía 14: Un edificio antiguo de inicios del siglo XX tiene escaparates en chino

Fotografía 15: Restaurantes que aún no habían conseguido abrir sus puertas tras la pandemia de la COVID-19

Durante el período de narrativa visual, los comercios seguían tímidos y muchos con las puertas aún cerradas por afectación de la pandemia, pero los pequeños símbolos del barrio enseñan que hay vida en los interiores, ruidos por las calles y una vida que empieza a moverse tras tantos meses de cuarentena. En sus calles se encuentran mezclas de olor agridulce de las salsas de los restaurantes con las canciones latinas de los comercios latinos de fruta. De un lado una peluquera dominicana prepara el cabello de una cliente y en la esquina siguiente adolescentes españoles de etnia asiática compran *bubble tea* y preparan una coreografía de *Tik Tok*.

En la calle Marcelo Usera los casinos chinos están llenos, aunque con las puertas cerradas, y los bares bolivianos con sus clientes escuchando bachata y reggaetón de manera muy discreta. Cerca, una panadería colombiana vende una bandeja paisa, y unos turistas perdidos que salen del metro en la calle Pilarica van de camino al Royal Cantonés, uno de los restaurantes del barrio que más han logrado captar la atención de los "occidentales de Madrid". Subiendo un poco más, acercándose a Almendrales, *abuelitos* extremeños toman un vermut cerca de un garaje de sus vecinos gitanos.

En Usera diversas culturas se mezclan. Un *Bronx* castizo, la mezcla de *Liberdade* en Europa. La diversidad a la madrileña, mientras el aire de pueblo se mezcla con el cosmopolitismo subalterno y pequeñas bellezas del día-a-día persisten, a pesar de la pandemia y de la gentrificación.

REFERENCIAS

ALEXANDER, C. Making Bengali Brick Lane: claiming and contesting space in East London. **The British Journal of Sociology**, v. 62, n. 2, p. 201-220, jun. 2011.

AHIJADO, Mariano. Usera construye su identidad multirracial alrededor de un parque. **El País**, Madrid, 20 mar. 2019. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2019/03/19/actualidad/1553016094_086282.html. Acesso em: 26 set. 2022.

ALCARAZ, Antonia Olmos. Racismo, racialización e inmigración: aportaciones desde el enfoque de(s)colonial para el análisis del caso español. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/170980/163240. Acesso em 26 set. 2022.

ALVARADO, Jose Maria García. Contribución al estudio de la geografía urbana de Madrid. La calle de Marcelo Usera. Ensayo de una metodología para la definición de un eje de distrito urbano. **Geographica**, v. 24, p. 167-186, 1982.

CALHOUN, Craig J. Imagining Solidarity: Cosmopolitanism, Constitutional Patriotism, and the Public Sphere. **Public Culture**, v. 14, n.1, p.147-171, 2002.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. Lua Nova: Revista de cultura de política. **Novos Estudos CEBRAP**, v. n/a, n. Dossiê Cidades, p. 152-166, 1996.

DELGADO PIÑA, Lorena. **Living in Usera**: estrategias de intervención e integración urbana de los barrios del distrito. Universidad de Alcalá, Escuela de Arquitectura, 2016.

DUVA, Raquel. El Chinatown de Madrid se prepara para celebrar el Año Nuevo. **Nius Diario**, Madrid, 24 jan. 2020. Disponível em: https://www.niusdiario.es/vida/tendencias/ano-nuevo-chino-asi-se-celebra-usera-chinatown-madrid_18_2887770196.html. Acesso em: 26 set. 2022.

FERNÁNDEZ, Miguel Ezquiaga. Chiñol, ser un inmigrante chino en Madrid. **El País**, 27 abr. 2021. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/01/28/eps/1580222538_614512.html. Acesso em: 26 set. 2022.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. 2019. **Rebel Cities**: from the Right to the City to the Urban Revolution: Londres; Nova York: Verso Books, 2019.

HARVEY, David. The Urban Experience | Hopkins Press. **Jhu.edu**, v.17, n. 58, 1989.

ISABEL; CEBRIÁN, Juan; LOU, Martín; et al. Migración internacional contemporánea en la región de Madrid. **Geodemos**, n. 9/10, p. 23-56, 2005.

KLEIN, Melanie. **Envy And Gratitude And Other Works 1946-1963**. [s.l.]: Random House, 2011.

KLEIN, Melanie. **The Psycho-Analysis of Children**. [s.l.]: Random House, 2011.

LIN, Jan. Los Angeles Chinatown: Tourism, Gentrification, and the Rise of an Ethnic Growth Machine. **Amerasia Journal**, v. 34, n. 3, p. 110-125, 2008.

LÓPEZ-GAY, Antonio; ANDÚJAR-LLOSA, Andrea; SALVATI, Luca. 2020. Residential Mobility, Gentrification and Neighborhood Change in Spanish Cities: A Post-Crisis Perspective. **Spatial Demography**, n. 8, 2020.

LORENZO, Álvaro García Hernández, Clara Giménez. Ciudadanos de origen asiático en España, contra el racismo por el coronavirus: 'Una cosa es la precaución sanitaria y otra el 'bullying' a niños.' **ElDiario.es**, 3 fev. 2020. Disponível

em:https://www.eldiario.es/desalambre/activistas-denuncian-comunidad-asiatica-coronavirus_1_1152374.html. Acesso em 26 set. 2022.

NARAM, K. No Place Like Home: Racial Capitalism, Gentrification, and the Identity of Chinatown. **Asian American Policy Review**, Cambridge, v. 27, p. 1-26, 16, 2017.

REAL ACADEMIA DE HISTORIA. Marcelo de Usera y Sánchez. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: https://dbe.rah.es/biografias/27325/marcelo-de-usera-y-sanchez. Acesso em: 26 set. 2022.

RÍOS, Patricia Reguero. Puto Chino Maricón: Lo que yo hago es la música que se escucharía en un bazar en el año 3000. **El Salto**, 1 jun. 2018. Disponível em: https://www.elsaltodiario.com/musica/chenta-tsai-puto-chino-maricon-musica-que-se-escucharia-en-un-bazar-en-el-ano-3000-. Acesso em: 26 ago. 2022.

SANTOS, Amara. Los comunidad china se triplica en dos años y es la segunda más numerosa. **El País**, Madrid, 21 fev. 2017. Disponível em: https://elpais.com/ccaa/2017/02/20/madrid/1487595130_033723.html. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevidéu: Ediciones Trilce, 2010.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. **The Global City**: New York, London, Tokyo. Princeton University Press, 2013.

SASSEN, Saskia. **Cities in a World Economy**. Newbury Park: SAGE Publications, 2018.

SORANDO, Daniel; ARDURA, Álvaro. Desplazamiento: la gentrificación como proceso de expulsión en Madrid **Documentación Social**: Revista para pensar la intervención social, n.7, 2021.

SZE, Lena. Chinatown Then and Neoliberal Now: Gentrification Consciousness and the Ethnic-Specific Museum. **Identities**, v.17, n. 5, p. 510-529, 2010.

TUAN, Yi Fu. **Space and Place**: The Perspective of Experience. University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Yi Fu. **Segmented Worlds and Self**: A Study of Group Life and Individual Consciousness. University of Minnesota Press, 1982.

TUAN, Yi Fu. **Humanist Geography**: An Individual's Search for Meaning. [s.l.]: George F. Thompson Pub, 2012.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. [s.l.]: EDUEL, 2013.

VERA, Joaquín. 2021. Usera, el Chinatown de Madrid, frente a la libertad de Ayuso. **La Vanguardia**, Madrid, 24 abr. 2021. Disponível em: https://www.lavanguardia.com/politica/20210425/7192615/chinatown-libertad-ayuso-usera-madrid-elecciones.html. Acesso em: 26 set. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. A World-System Perspective on the Social Sciences. **The British Journal of Sociology**, v. 27, n.3, p. 343-352, 1976.

WINNICOTT, Donald. **Playing and Reality**. Londres; Nova York: Taylor & Francis, 2012.

WINNICOTT, Donald. **The Child, the Family, and the Outside World**. Londres: Penguin Books, 2021.

WU, Zhou. **Gazpacho agridulce**: una autobiografía chino-andaluza. Bilbao: Astiberri, 2015.

WU, Zhou, **Gazpacho agridulce**: andaluchinas por el mundo, Bilbao: Astiberri, Septiembre, 2017.

YE, Susana; LLANOS, Héctor. La comunidad asiática lanza la campaña #NoSoyUnVirus contra los prejuicios racistas por el coronavirus. **El País**, 3 fev. 2020. Disponível em: https://verne.elpais.com/verne/2020/02/03/articulo/1580719129_723083.html. Acesso em: 26 set. 2022.

ZHANG, Shilu. **Investigación comparativa y reflexión sobre la competencia intercultural de los institutos educativos con el alumnado chino y familias chinas del barrio de Usera, Madrid**. Alcalá: Univ.Alcalá, 2020. ■

Gabriela Leal Rios

A resistência do simbólico

o Setor de Ervas no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, como território de reprodução da cura e dos anseios de felicidade em meio urbano

"O alecrim eu gosto de usar, jogar na casa, tomar banho, que é pra purificar, tirar as vibrações negativas."

(...) porque ao lado da comida, da bebida, dos gêneros de subsistência, dos objetos regionais, dos artigos corriqueiros, há de persistir, sempre, o mundo do sobrenatural. Os anseios de felicidade. Os eternos sentimentos do amor e do ódio. (TOCANTINS, 1987, p. 337-339)

Através destes registros fotográficos — realizados, em conjunto aos trechos de entrevistas citados ao longo do texto, durante um trabalho de campo em maio de 2021 como parte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "Na banca de cheiro: uma geografia olfativo-imagética das paisagens dos vendedores de cheiro no Ver-o-Peso" —, busca-se expressar a imagética do Setor de Ervas do Ver-o-Peso e afirmá-lo enquanto território de reprodução de práticas de cura e dos "anseios de felicidade" (TOCANTINS, 1987) em meio urbano. Entendendo que as práticas que trazem significado ao território dos vendedores de cheiro e que guiam a produção dos seus artigos se inserem em um contexto de reprodução de saberes populares, tradicionais e ancestrais, este território se configura de forma a contrariar a racionalidade urbana colonial que guia a normatividade das formas de vida na cidade.

Banhos de cheiro, garrafadas medicinais, pomadas, perfumes atrativos, descarregos. Para atrair o amor, o "chega-te-a-mim", "pega-e-não-me-larga", "faz-querer-quem-não-me-quer"; para prosperidade e dinheiro, o "abre-caminho", "chama", "chama-freguês", "banho-da-felicidade".

Gabriela Leal Rios

nascida em Belém, graduada em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia, Espacialidades e Cotidiano (GESCOT) do CNPq.

gabrielalealriosc@gmail.com

Os pequenos vidrinhos e garrafas, com seu enorme potencial curativo ou que prometem solucionar algum problema através das essências combinadas das ervas, compõem as imagens do Setor de Ervas no Mercado Ver-o-Peso, em Belém - PA. O conjunto de corredores repletos de barracas abarrotadas, dentro do cartão-postal da cidade Amazônica, talvez seja o ponto que reúna de forma mais intensa o fetiche do sentimento olfativo de estar no Pará. Além de um fetiche, entretanto, esse conjunto de práticas com significados simbólicos, envolvendo a utilização dos produtos e a crença no poder das ervas, compõe o cotidiano popular de quem habita a cidade e sugere outras formas de agir sobre o espaço e de colocar o próprio corpo no espaço.

A simples decisão de utilizar um perfume e de "seguir à risca" a instrução de certo erveiro sobre a forma de uso de algum produto insinua possíveis desdobramentos espaciais tanto na escala doméstica, privada e corporal quanto na escala pública e coletiva da vida cotidiana. Para além disso, o próprio trabalho dos erveiros mobiliza o traçado de percursos e redes de relações próprias sobre e na cidade.

> Nós temos que comprar ervas também, não só das que têm aqui, mas também das pessoas que trazem pra nós, que se chamam mateiros, e muitos vêm da Boa Vista, da Alça Viária, vêm de todos os cantos, então a gente tem que comprar o que tá faltando, ervas, algumas cascas, alguns óleos medicinais, então você chega cedo pra comprar mercadoria pra você ter, e muitos já têm encomendados, então entregam diretamente pra gente. Algumas eu ainda pego, ainda tem como eu passando no caminho, olhar e pegar, mas outras eu já compro, todo santo dia.

Associados a um conhecimento indígena sobre a função das ervas e à pajelança, os vendedores de cheiro, segundo eles mesmos, abrigam "duas culturas: a parte medicinal dos índios e a parte mística dos negros quando vieram da África". Utilizando os conhecimentos comumente adquiridos em um contexto de aprendizado familiar — através de suas mães e avós —, produzem e nomeiam seus preparados, ornamentam suas barracas e, partindo delas, criam sua própria microterritorialidade urbana dentro do contexto comercial que envolve o Mercado. As instruções dos erveiros se associam às imagens que se constroem sobre as formas de uso e sobre as funções de cada produto, caracterizando o Setor enquanto território de reprodução de outras formas de enxergar a relação entre corpo, cura e o simbólico, sugerindo uma maneira de tensionar as normas das formas de sensorialidade e de percepção no urbano.

REFERÊNCIAS

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 1987

Suzana organiza as ervas na barraca pela manhã

Barraca do Garcia

"'Catinga de mulata', uma erva muito cheirosa, serve pra abrir caminho, pra sorte, pra quem tem entidade pra aparecer a coroa, mas, na medicina, o chá dela com outras ervas que acompanham ela, pra pressão, pra coração, pra derrame, tanto pode fazer chá pra beber quanto pode fazer infusão pra passar no local."

Barraca do Seu Zezinho

"Geralmente você toma o banho normal, depois pega esse banho, você pode dissolver na água, jogar do pescoço pra baixo, 5 minutinhos, tem gente que gosta de deixar um tempo, tem gente que gosta de vestir uma roupa branca, dar uma volta pela frente de casa, e depois tira, com sabão de coco, com sabão de arruda, com o que você quiser, pra limpar o corpo."

"A pomada milagrosa aqui cada qual sabe seu segredo de fazer, o meu é andiroba, copaíba, pequi, arnica, cânfora, sebo de carneiro, além disso, tira a tintura das raízes e ervas, pra botar no meio, pra artrite, artrose, bursite, coluna, derrame, pra AVC e pra dor de cabeça."

“Eu quero o natural, eu gosto do natural, que esse daqui com certeza faz efeito, você vê o resultado, e a química nós fica tomando [sic], às vezes faz bem pra umas coisas, piora outras, esse não, já vai arrastando todos os resíduos da parede do intestino, vai tirando tudo.”

Barraca da Tia Coló

REALIZAÇÃO

APOIOS